

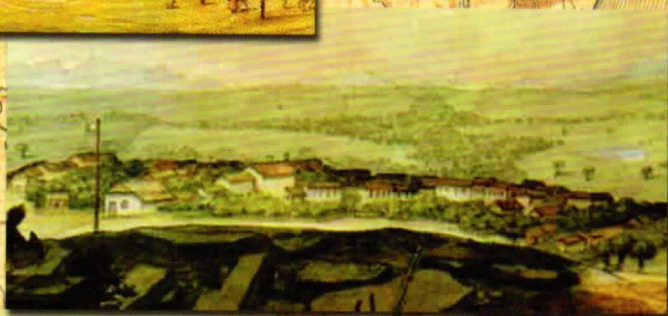
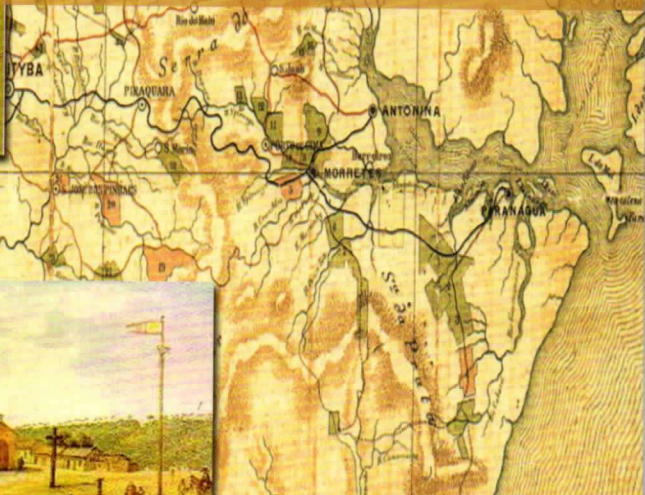
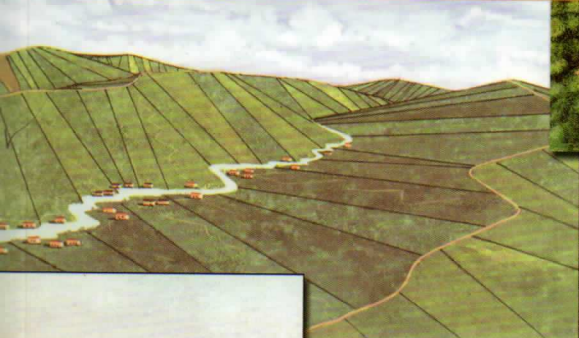
FORMAÇÃO DE PROFESSORES - EAD



Lúcio Tadeu Motta



História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira



60



**HISTÓRIA DO PARANÁ:
RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS
DA PRÉ-HISTÓRIA À ECONOMIA CAFEEIRA**



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Reitor: Prof. Dr. Júlio Santiago Prates Filho
Vice-Reitora: Profa. Dra. Neusa Altoé
Diretor da Eduem: Prof. Dr. Alessandro de Lucca e Braccini
Editora-Chefe da Eduem: Profa. Dra. Terezinha Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Prof. Dr. Alessandro de Lucca e Braccini
Editores Científicos: Prof. Dr. Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima
Profa. Dra. Ana Lúcia Rodrigues
Profa. Dra. Angela Mara de Barros Lar
Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer
Prof. Dr. Antonio Ozai da Silva
Profa. Dra. Cecília Edna Mareze da Costa
Prof. Dr. Clóves Cabreira Jobim
Profa. Dra. Eliane Aparecida Sanches Tonolli
Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik
Prof. Dr. Eliezer Rodrigues de Souto
Prof. Dr. Evaristo Atêncio Paredes
Profa. Dra. Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso
Profa. Dra. Larissa Michelle Lara
Prof. Dr. Luiz Roberto Evangelista
Profa. Dra. Luzia Marta Bellini
Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado
Prof. Dr. Oswaldo Curty da Motta Lima
Prof. Dr. Raymundo de Lima
Profa. Dra. Regina Lúcia Mesti
Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Profa. Dra. Rozilda das Neves Alves
Prof. Dr. Sezinando Luis Menezes
Prof. Dr. Valdeni Soliani Franco
Profa. Dra. Valéria Soares de Assis

EQUIPE TÉCNICA

Fluxo Editorial: Edilson Damasio
Edneire Franciscon Jacob
Mônica Tanati Hundzinski
Vania Cristina Scomparin

Projeto Gráfico e Design: Marcos Kazuyoshi Sassaka

Artes Gráficas: Luciano Wilian da Silva
Marcos Roberto Andreussi

Marketing: Marcos Cipriano da Silva

Comercialização: Norberto Pereira da Silva
Paulo Bento da Silva
Solange Marly Oshima

Lúcio Tadeu Mota

História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira



Maringá
2012

60

Coleção Formação de Professores - EAD

Apoio técnico: Rosane Gomes Carpanese
Luciana de Araújo Nascimento
Normalização e catalogação: Ivani Baptista CRB - 9/331
Revisão Gramatical: Annie Rose dos Santos
Edição, Produção Editorial e Capa: Carlos Alexandre Venancio
Eliane Arruda
Izabela Carolina Pereira Vargas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M917h Mota, Lúcio Tadeu Mota
História do Paraná: relações sócio-culturais da pré-história a economia
cafeeira / Lúcio Tadeu Mota. -- Maringá: Eduem, 2012.
120p. (Coleção Formação de Professores - EAD; v. 60).
ISBN 978-85-7628-494-9
1. História do Paraná – Estudo e ensino. 2. Economia cafeeira – Paraná –
Estudo e ensino. 3. Paraná - História.
CDD 21. ed. 981.6

Copyright © 2012 para o autor

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, do autor. Todos os direitos reservados desta edição 2012 para Eduem.



Endereço para correspondência:

Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790 - Bloco 40 - Campus Universitário

87020-900 - Maringá - Paraná

Fone: (0xx44) 3011-4103 / **Fax:** (0xx44) 3011-1392

<http://www.eduem.uem.br> / eduem@uem.br

Sumário

Sobre o autor	>	7
Apresentação da coleção	>	9
Apresentação do livro	>	11
CAPÍTULO 1		
A ocupação humana dos territórios do Paraná até a chegada das populações europeias em 1500	>	15
CAPÍTULO 2		
O Paraná colonial: da chegada dos primeiros europeus em 1500 até a emancipação da província em 1853	>	35
CAPÍTULO 3		
O Paraná provincial 1853 – 1889	>	61
CAPÍTULO 4		
O Paraná no século XX	>	87
Referências	>	112



Sobre o autor

Lúcio Tadeu Mota

Graduado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1980). Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Pós-doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor Associado I da Universidade Estadual de Maringá. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etno-história Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: fronteiras e populações, Etnohistória indígena, relações interculturais, índios Kaingang e história da bacia do Rio da Prata.



A apresentação da Coleção

A coleção Formação de Professores - EAD teve sua primeira edição publicada em 2005, com 33 títulos financiados pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) para que os livros pudessem ser utilizados como material didático nos cursos de licenciatura ofertados no âmbito do Programa de Formação de Professores (Pró-Licenciatura 1). A tiragem da primeira edição foi de 2500 exemplares.

A partir de 2008, demos início ao processo de organização e publicação da segunda edição da coleção, com o acréscimo de 12 novos títulos. A conclusão dos trabalhos deverá ocorrer somente no ano de 2012, tendo em vista que o financiamento para esta edição será liberado gradativamente, de acordo com o cronograma estabelecido pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), que é responsável pelo programa denominado Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A princípio, serão impressos 695 exemplares de cada título, uma vez que os livros da nova coleção serão utilizados como material didático para os alunos matriculados no Curso de Pedagogia, Modalidade de Educação a Distância, ofertado pela Universidade Estadual de Maringá, no âmbito do Sistema UAB.

Cada livro da coleção traz, em seu bojo, um objeto de reflexão que foi pensado para uma disciplina específica do curso, mas em nenhum deles seus organizadores e autores tiveram a pretensão de dar conta da totalidade das discussões teóricas e práticas construídas historicamente no que se referem aos conteúdos apresentados. O que buscamos, com cada um dos livros publicados, é abrir a possibilidade da leitura, da reflexão e do aprofundamento das questões pensadas como fundamentais para a formação do Pedagogo na atualidade.

Por isso mesmo, esta coleção somente poderia ser construída a partir do esforço coletivo de professores das mais diversas áreas e departamentos da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e das instituições que têm se colocado como parceiras nesse processo.

Neste sentido, agradecemos sinceramente aos colegas da UEM e das demais instituições que organizaram livros e ou escreveram capítulos para os diversos livros desta coleção.

Agradecemos, ainda, à administração central da UEM, que por meio da atuação direta da Reitoria e de diversas Pró-Reitorias não mediu esforços para que os trabalhos pudessem ser desenvolvidos da melhor maneira possível. De modo bastante

específico, destacamos o esforço da Reitoria para que os recursos para o financiamento desta coleção pudessem ser liberados em conformidade com os trâmites burocráticos e com os prazos exíguos estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Internamente enfatizamos, ainda, o envolvimento direto dos professores do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE), vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH), que no decorrer dos últimos anos empreenderam esforços para que o curso de Pedagogia, na modalidade de educação a distância, pudesse ser criado oficialmente, o que exigiu um repensar do trabalho acadêmico e uma modificação significativa da sistemática das atividades docentes.

No tocante ao Ministério da Educação, ressaltamos o esforço empreendido pela Diretoria da Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e pela Secretaria de Educação de Educação a Distância (SEED/MEC), que em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) conseguiram romper barreiras temporais e espaciais para que os convênios para a liberação dos recursos fossem assinados e encaminhados aos órgãos competentes para aprovação, tendo em vista a ação direta e eficiente de um número muito pequeno de pessoas que integram a Coordenação Geral de Supervisão e Fomento e a Coordenação Geral de Articulação.

Esperamos que a segunda edição da Coleção Formação de Professores - EAD possa contribuir para a formação dos alunos matriculados no curso de Pedagogia, bem como de outros cursos superiores a distância de todas as instituições públicas de ensino superior que integram e ou possam integrar em um futuro próximo o Sistema UAB.

Maria Luisa Furlan Costa

Organizadora da Coleção

A apresentação do livro

A princípio, tudo representava um panorama selvático. O seio da terra virginal, recoberto de florestas seculares, abrigava tesouros inestimáveis de fecundação e fertilidade prontos para fornecer colheitas dadivosas (...). Havia, de primeiro, a terra protegida pela floresta imensa. E lentamente a floresta, a floresta tão exuberante e impenetrável cedia lugar àqueles homens intrépidos e valentes.

Frases como essas acima, de diferentes autores, são comuns nos escritos sobre a história do Paraná. Construiu-se a ideologia de que esses territórios estavam vazios, desabitados e prontos a serem ocupados. Essa construção ocorreu dentro dos marcos da expansão capitalista que incorporou imensas áreas do norte, oeste e sudoeste do Estado no século XX ao seu sistema de produção.

Os agentes dessa construção são muitos: desde a história oficial das companhias colonizadoras; os discursos governamentais; os escritos que fazem a apologia da colonização; a geografia que trata da ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia paranaense produzida nas universidades e, por fim, os livros didáticos que, se utilizando dessas fontes, repetem para milhares de estudantes do Estado a ideia de que os vastos territórios ocupados por sociedades indígenas do segundo e terceiro planaltos do Paraná constituíam um imenso “vazio demográfico” pronto a ser ocupado por migrantes vindos de várias partes do Brasil e mesmo do exterior. Com isso, eliminam-se propositadamente da história regional as populações indígenas, caboclas e quilombolas que ali viviam e resistiram à conquista de suas terras e à destruição de seu modo de vida¹.

Observando essas populações enquanto sujeitos ativos da história, percebemos que os territórios localizados entre os rios Paranapanema, Paraná e Iguazu foram ocupados por populações caçadoras e coletoras desde há pelo menos nove mil anos antes do presente. E desde a chegada das populações europeias no novo continente iniciou-se a guerra de conquista contra elas.

Essa guerra é entendida no sentido atribuído por Antônio Carlos de Souza Lima: um processo que requer uma organização militar conquistadora que age em nome

¹ Para maiores detalhes sobre esse assunto, ver MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang**. Maringá, Eduem, 2009.

de um Deus, um Rei, uma Nação ou um Império; um povo de onde se origina o conquistador e que lhe dá uma identidade social e uma direção comum; e o butim, composto pelo povo conquistado com seus territórios e riquezas que passam a ser mercantilizadas. E conquista, quando parte do povo conquistador fixa nos territórios conquistados; faz a exploração sistematizada do butim e passa a veicular os elementos básicos da cultura invasora através de instituições concebidas para essa finalidade².

A guerra de conquista iniciou-se nas primeiras décadas do século XVI com as expedições portuguesas e espanholas que cruzaram o atual território do Paraná em busca de metais, escravos, e de uma rota rumo ao Império Inca no atual Peru. Acentuou-se no seiscentos com a implantação das Reduções Jesuíticas no Guairá, e logo depois com as bandeiras paulistas, que invadiram a região capturando índios e com as atividades mineradoras no litoral e primeiro planalto. Prosseguiu no século XVIII, com a instalação das fazendas de gado nos Campos Gerais, com a descoberta de ouro e diamantes no rio Tibagi e com as expedições militares que construíram fortificações e transitavam pelo território rumo ao Mato Grosso. Recrudescer no novecentos, com a ocupação dos campos de Guarapuava, de Palmas e do sudoeste da Província, das terras da bacia norte do rio Tibagi pelos grandes fazendeiros dos Campos Gerais paranaense na expansão de seus domínios. No século XX, a guerra de conquista continuou sob o manto da “colonização pacífica e harmoniosa”, levada adiante pelas companhias de terras que ocuparam, lotearam e venderam os antigos territórios indígenas com o aval institucional do Estado do Paraná.

Dessa forma, a ocupação humana do Paraná apresenta, em uma primeira olhada, o aspecto das fronteiras. Mas não no sentido de ela constituir-se apenas em uma divisa entre os brancos e os indígenas, uma coluna móvel de colonização em território novo não colonizado, ou como um processo de conquista envolvendo a subjugação de não-europeus por europeus. Mas sim conforme os recentes estudos de fronteira têm apontado: os espaços fronteiriços como locais de encontro de populações diferenciadas e o locus privilegiado dos fluxos e das trocas culturais. A fronteira vista como local não do isolamento e separação de culturas (cultura x cultura), mas de combinações inovadoras, de manejo e de somas culturais (cultura + cultura), como bem aponta Ulf Hannerz³.

2 Cf. Antônio C. de Souza LIMA, **Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil**. Petrópolis, 1995.

3 Cf. Ulf HANNERZ. Fronteiras. *Revista de Antropologia Experimental*, 1, 2001, p. 6. Para uma discussão mais completa sobre essa questão e outras relativas a fronteiras e fluxos culturais, ver: Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chaves da antropologia transnacional. *Mana*, n. 3, v. 1, p. 7-39, e Conexiones Transnacionales – Cultura, Gente Lugares. Ediciones Cátedra, 2001.

Assim, as numerosas “fronteiras” existentes no espaço denominado Paraná não se adéquam a esse ideal simplificador de ser apenas um divisor de culturas diferenciadas entre o “civilizado” e o “selvagem”, ou uma coluna móvel de colonização em território novo não colonizado. Mesmo porque estudos recentes em antropologia, história ou etno-história têm mostrado que as populações locais ofereciam resistência, as doenças impediam a penetração europeia, e a geografia limitava a intrusão estrangeira. Os colonizadores europeus simplesmente não impuseram suas culturas em todas as partes do planeta, inúmeros foram os obstáculos, derrotas, e inúmeros foram os processos de negociação, alianças e acordos que resultaram em fluxos culturais, hibridismos e mestiçagens que compõem a história de grande parte das populações do continente americano e também do Paraná, estabelecendo aqui processos de relações interculturais ricos e complexos⁴, que pretendemos apresentar na sequência deste livro.

⁴ Sobre a mestiçagem na América ver Bernand, Carmen y Serge Gruzinski. **Historia del Nuevo Mundo. II** - los mestizajes. 1550 – 1640. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.



A ocupação humana dos territórios do Paraná até a chegada das populações europeias em 1500

INTRODUÇÃO

O debate sobre as questões relativas à humanização do continente americano tem sido intenso e rico. As disciplinas que tratam dessa temática, como a arqueologia, a história e outras apresentam pontos de concordância e muitos de discordância.

Hoje, é consenso aceitar a premissa de que o homem não é autóctone de nosso continente. Isto é, o *homo sapiens-sapiens* que ocupou as Américas teve suas origens no continente africano há mais ou menos uns cem mil anos antes do presente (AP), e em algum momento migrou para o continente americano.

O segundo ponto, ou a segunda pergunta muito usual nesse debate é: se o homem não surgiu na América, de onde ele veio? Grande parte dos pesquisadores é unânime em afirmar que a maioria das levas humanas que aqui chegou atravessou o estreito de Bering, no extremo norte do continente.

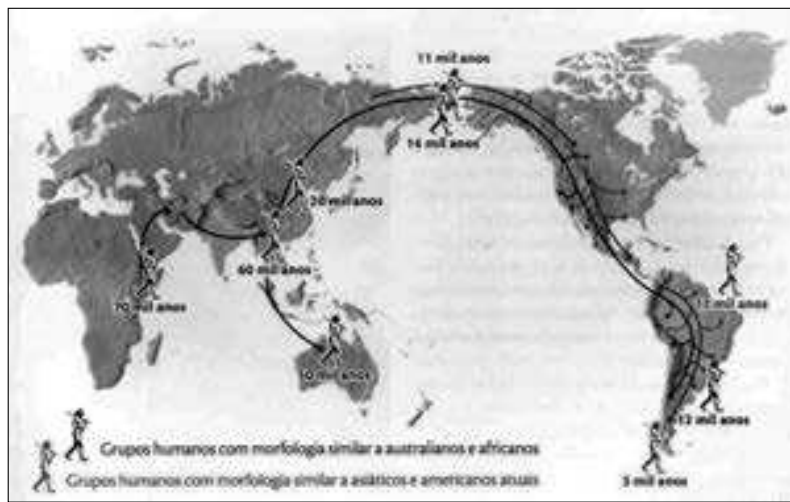


Figura 1 - Possível rota de migração do *Homo Sapiens Sapiens* até o continente americano.

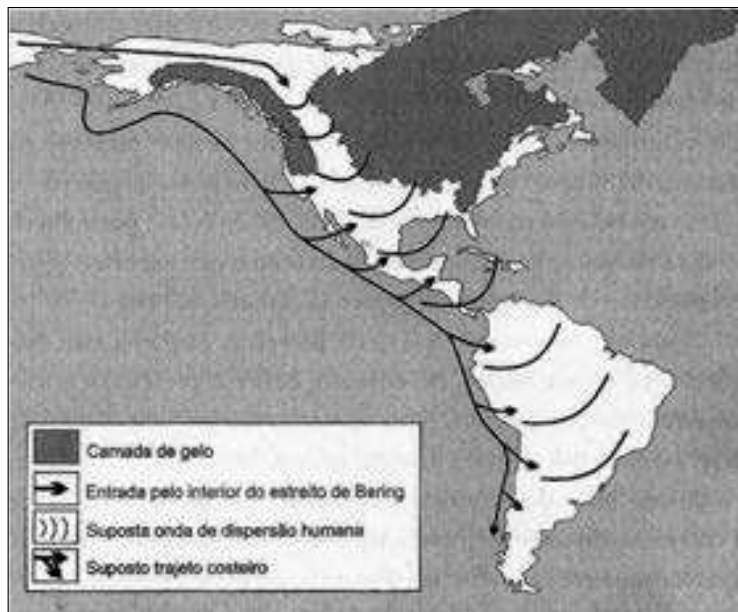


Figura 2 - Possíveis rotas de ocupação do continente americano.

Fonte: NEVES, W. A.; PILÓ, L. B. O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008, p. 84. NEVES & L. B. PILÓ. O povo de Luzia. 2008, p. 84.

Mas existem muitos pesquisadores que afirmam que o continente também foi povoado por grupos humanos vindos das ilhas do Oceano Pacífico. Navegaram do oeste para o leste e desembarcaram na costa oeste da América. E ainda existe quem afirme que também recebemos migrações pelo extremo sul do continente, na Terra do Fogo, provenientes da Austrália e Nova Zelândia.



Figura 3 - Povoamento do Continente Americano.

Fonte: TIME LIFE LIVROS E ABRIL LIVROS. A Aurora da Humanidade. São Paulo, 1993.

A terceira pergunta, e talvez a mais polêmica, é a que questiona qual foi a época da chegada dos primeiros humanos no continente americano. Nesse ponto, há um debate

intenso que está longe de terminar. Existem autores que afirmam que os primeiros homens chegaram à América há mais de 300 mil anos antes do presente (AP). Mas as datações mais aceitas pela comunidade científica são aquelas que giram em torno de 12.000 AP. A grande maioria dos pesquisadores aceita a presença do primeiro homem americano em torno de 11.000 a 12.000 AP, porque se situam nesse período as datações de partes de esqueletos humanos mais antigos encontrados no continente, como é o caso do crânio de uma mulher batizada de Luzia, encontrada em Minas Gerais, que data de 11.500 AP.

As populações caçadoras coletoras pré-cerâmicas no Paraná: do final do Pleistoceno (11.000 anos AP) aos dias de hoje

Os territórios hoje denominados Paraná vêm sendo continuamente habitados por diferentes populações humanas há cerca de pelo menos nove mil (9.000) anos antes do presente (AP). Entretanto, se considerarmos a cronologia dos territórios vizinhos que foram ocupados em épocas anteriores, é provável que ainda possam ser obtidas datas que poderão atestar a presença humana em períodos mais recuados.

As pesquisas arqueológicas têm mostrado que essa presença humana é muito antiga no Paraná. Em 1958, um grupo de arqueólogos do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná foi comunicado acerca de achados arqueológicos nas margens do rio Ivaí, no extremo oeste do Estado, na localidade de Guaporema¹. Quando fizeram as escavações, no sítio denominado José Vieira, ficou demonstrada a existência de dois povoamentos no local. O material lítico, colhido nos níveis mais profundos das escavações e submetido à datação, registrou uma idade entre o sétimo e o oitavo milênio antes de nossa era. Isso significa assentamentos humanos nas barrancas do rio Ivaí há quase sete mil anos AP. Os materiais líticos coletados nas camadas superiores da jazida datam de dois a três mil anos (AP), significando novos acampamentos em épocas posteriores à primeira. Temos, portanto, em um mesmo local, acampamentos em épocas distantes, quatro a cinco milênios uma da outra, em que são verificadas grandes transformações no clima e na vegetação. Outras escavações foram realizadas às margens do rio Paraná e datadas em oito mil anos, assim como as escavações realizadas no centro-leste do Estado, na região de Vila Velha, também com oito mil anos.

Por todo o Paraná vamos encontrar vestígios desses antigos assentamentos humanos. O mais antigo deles, datado de 9.040 AP, foi encontrado por Claudia Parellada, arqueóloga do Museu Paranaense, no vale do rio Iguaçu. Essas evidências anteriores a 6.000

1 Cf. LAMING, Anete; EMPERAIRE, Jose. A jazida Jose Vieira: um sítio Guarani e pré-cerâmico no interior do Paraná. *Arqueologia*, Curitiba, v. 1, 1969. Nesse trabalho, os autores também fazem observações em possíveis sítios arqueológicos na região de Apucarana.

AP também podem ser encontradas em outras partes do território paranaense, como podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 1 - Sítios arqueológicos com mais de 6.000 anos Antes do Presente no Paraná

Sítios arqueológicos com mais de 6.000 anos (AP) no Paraná

Nº	Sítio arqueológico, localidade e/ ou nível amostrado	Vale de rio, w' ou município PR	Tradição	Nº da amostra	Data C14 anos (BP)	Referências bibliográficas
1	Curs Verde 1, quadra C, nível 42cm	Baixo Iguape	Unibú	APU-192-17	9040 ± 400	Parellada, 2005
2	PR NL 8, entre I e 50cm	Baixo Paranaiporema	Unibú	SI-6421	8115 ± 90	Chmyz & Chmyz, 1986
3	Atelgo, Ponta Grossa	Ponta Grossa	Unibú	SI	7.850	Chmyz
4	PR-FI-21, quadra D, entre 40 e 50cm	Rio Paraná, Quaira	Humatã	SI-4994	8910 ± 75	Chmyz, 1983
5	PR AP 45, entre 60 e 50cm	Baixo Paranaiporema	Unibú	SI-6498	6.715 ± 135	Chmyz & Chmyz, 1986
6	José Vieira	Médio Ivaí, Guaporéma	Humatã	Oxy-78	6683 ± 355	Laming-Emperaire, 1968
7	Rurol, Iborá	Morretes	Santiago	SI-1573	6540 ± 105	García, 1979
8	PR-FI-21, quadra D, entre 60 e 75cm	Rio Paraná, Quaira	Humatã	SI-5093	6505 ± 105	Chmyz, 1983
9	PR-FI-21, quadra B, entre 40 e 60cm	Rio Paraná, Quaira	Humatã	SI-4992	6265 ± 80	Chmyz, 1983
10	Tininho da Recreadora, quadra 2, nível 50cm	Baixo Iguape	Unibú	APU-192-18	6240 ± 250	Parellada, 2005
11	Porto Mauricio, Iborá	Paranaguá	Santiago	SI-508	6.030 ± 130	García, 1979

Fonte: PARELLADA, C. I. Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. Fumdhamentos, São Raimundo Nonato, n.7, p. 118-135, 2008.

Podemos afirmar que os territórios hoje denominados Paraná vêm sendo continuamente habitados por diferentes populações humanas há cerca de 9.000 AP de acordo com os vestígios materiais mais antigos encontrados pelos arqueólogos. Entretanto, se considerarmos a cronologia dos territórios vizinhos que foram ocupados em épocas anteriores, é provável que ainda possam ser obtidas datas que poderão atestar a presença humana em períodos mais recuados, podendo alcançar até 11 ou 12.000 mil AP.

As populações que viveram no Paraná entre 9.000 mil a 3.000 anos AP são chamadas pela arqueologia de caçadores e coletores pré-cerâmicos. Elas foram substituídas pelas populações indígenas agricultoras e ceramistas – Kaingang, Xokleng, Guarani e Xetá – que chegaram na região por volta de 2.500 anos AP, e continuam a viver aqui até hoje².

A arqueologia classifica essas populações caçadoras coletoras em três tradições, conforme a Figura 4.

² De aqui em diante, optamos por incorporar parte de um texto feito em parceria com Francisco Silva Noelli e publicado em outras obras, conjuntas ou separadas.

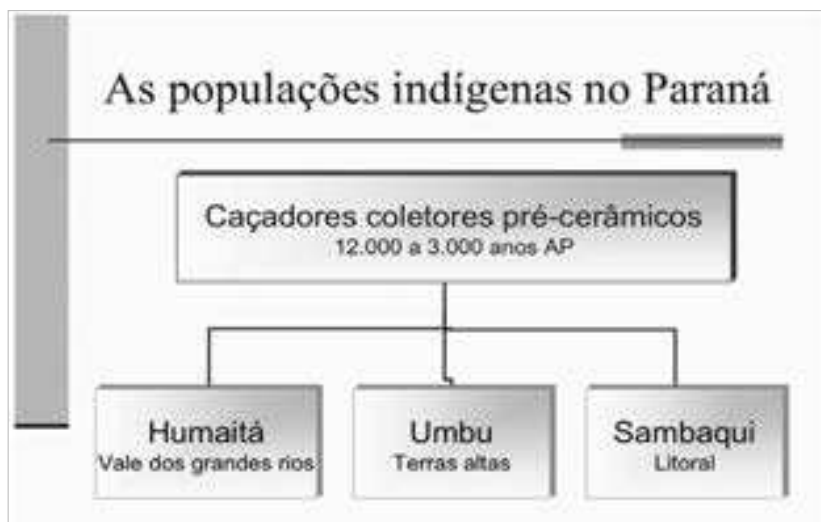


Figura 4 - Populações caçadoras coletoras pré-cerâmicas no Paraná.

Os arqueólogos reuniram uma série de informações sobre essas populações. Aqui, apontamos sucintamente os dados que julgamos mais importantes de cada uma delas.

Tradição Humaitá

As populações que os arqueólogos convencionaram chamar de Tradição Humaitá aparentemente não deixaram descendentes historicamente conhecidos. Por enquanto, é sabido que ocuparam todos os estados do sul brasileiro e as regiões vizinhas do Paraguai e da Argentina entre 9.000 e 2.000 anos atrás.

Os estudos de seus vestígios mostram que essas populações possuíam as características das culturas do tipo bando, compostas de pequenos grupos (40-60 pessoas) que viviam dentro de amplos territórios. Sua subsistência era baseada em diversas fontes animais, obtidos por meio da caça, da pesca e da coleta, bem como de fontes vegetais. A exemplo de outros povos caçadores-coletores sul-americanos, também deveria ter uma série de acampamentos sazonais espalhados dentro de um território definido. Tais acampamentos estariam relacionados a uma série de atividades de subsistência, obtenção e preparação de matérias-primas, rituais e lazer. Suas habitações poderiam ser desde uma simples meia-água até casas mais elaboradas de madeira, cobertas por palha ou folhas de palmáceas. Eventualmente, poderiam ocupar abrigos sob-rocha (reentrâncias em paredes rochosas).

Seus vestígios, mais estudados até o presente, restringem-se aos instrumentos líticos, feitos de rocha, pois a maior parte de seus objetos era provavelmente confeccionada com materiais perecíveis que se destruíram ao longo da formação dos sítios arqueológicos. Entre as ferramentas de pedra, podemos mencionar os grandes instrumentos lascados bifacialmente, as lascas usadas para raspar, rasgar, cortar, tornear, bem como as ferramentas para polir, furar, amolar, macerar, moer, pilar e ralar.

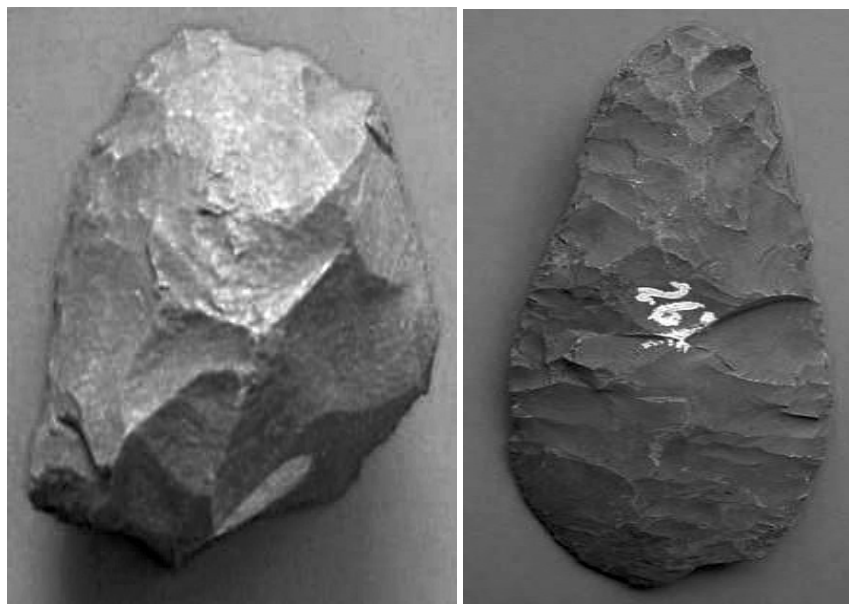


Figura 5 - Ferramenta lítica da Tradição Humaitá.

Acervo - Coleção Arqueológica do Museu Histórico de Santo Inácio – Pr. Foto de Edmar Alencar Jr / Josilene Aparecida de Oliveira.

Tradição Umbu

Também as populações que os arqueólogos chamam de Tradição Umbu não deixaram descendentes historicamente conhecidos. Os vestígios dessa tradição, marcadamente as pontas de projéteis e resíduos de lascamentos, são encontrados em toda a região Sul do Brasil, no Uruguai e em partes do Estado de São Paulo. Esses vestígios foram datados entre 12.000 e 1.000 anos AP, demonstrando a longa persistência dessa tradição nos mais variados ambientes do Brasil Meridional.

Elas ocuparam preferencialmente as regiões de maior altitude nos planaltos do Paraná, principalmente os interflúvios dos principais rios, mas temos também a presença de artefatos dessa tradição nas margens dos principais rios do Paraná, como o Iguaçu, no sítio Ouro Verde, datado de 9.000 anos AP, e em vários locais ao longo do rio Ivaí. Nesses locais, construíram suas habitações tanto a céu aberto como nos abrigos sob as rochas. Já no Rio Grande do Sul e no Uruguai, nas áreas alagadiças, construíram os cerritos – aterros artificiais –, onde fixaram suas habitações.



Figura 6 - Ponta de flecha da Tradição Umbu. Acervo: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM. Foto: Lucio Tadeu Mota.

Tradição Sambaqui

Os pescadores/coletores do litoral Sul do Brasil ocuparam uma vasta faixa entre o mar e a Serra do Mar indo do Rio Grande do Sul até a Bahia, desde 6.000 AP até 1.000 depois de Cristo (d.C.). Seus principais vestígios são os inúmeros mounds – conhecidos por Sambaquis – que construíram intencionalmente. Neles, podem ser encontrados restos de alimentos, adornos, conchas, ferramentas, armas, carvões de antigas fogueiras, vestígios de sepultamentos humanos e de antigas moradias.

Construídos tanto em planícies quanto em encostas, diretamente na areia ou sobre o embasamento rochoso, os Sambaquis têm ocorrências desde o Rio Grande do Sul até a Bahia, basicamente no interior dos ambientes lagunares que se apresentam em todo esse trecho da faixa costeira. As baías, estuários e lagunas dessa porção do litoral apresentam normalmente grandes concentrações desses sítios arqueológicos.

A implantação dos Sambaquis nesses ambientes estuarinos não foi fortuita, ela se deu devido à existência de várias espécies de peixes, moluscos, crustáceos e outros animais, componentes riquíssimos da dieta alimentar desses grupos humanos.

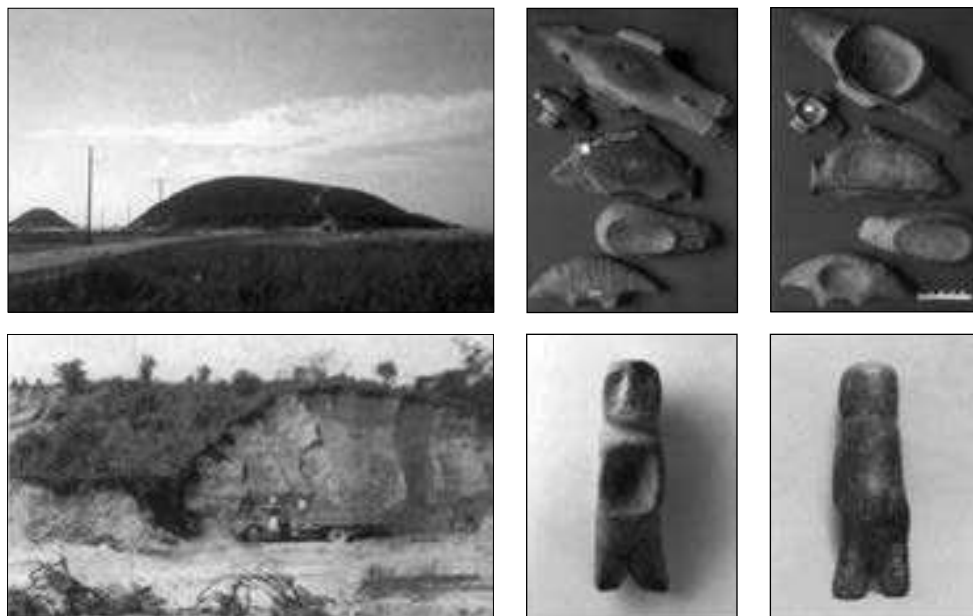


Figura 7 - Sambaquis do litoral sul do Brasil. Fonte: Gaspar (2000, p. 49-53).

As populações ceramistas agricultoras – as populações indígenas históricas

Por volta de 2.500 anos antes do presente (AP), agrupamentos maiores de populações passaram a ocupar a região onde hoje é o Paraná. Uma dessas frentes iniciou a ocupação pela da bacia do rio Paraná e depois se espalhou pelos seus afluentes (Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema Pirapó, Santo Inácio, Bandeirantes, Tibagi, Itararé e outros menores). Tratava-se de uma das frentes da ampla expansão dos povos falantes da língua Guarani, que vinha ocupando sistematicamente o território do atual Mato Grosso do Sul e as bacias dos rios Paraguai e Paraná e Rio da Prata. Podemos dizer que esses agrupamentos tinham em comum a língua e a produção de artefatos cerâmicos. A outra frente de ocupação alcançou os territórios do segundo planalto paranaense cruzando os rios Paranapanema, Itararé e Ribeira, e preferiam os planaltos acima de 700 metros repletos de pinheirais (*araucária angustifolia*).

Os vestígios da cultura material dessas populações agricultoras ceramistas são denominados pela arqueologia Tradição Tupiguarani e Tradição Itararé/Taquara.

As mais antigas populações de ceramistas começaram a chegar à bacia do rio Paraná em torno de 2.500 anos AP, como podemos ver em uma série de sítios datados na região pelas metodologias de C-14 (Carbono 14) e termoluminescência.

O rio Paranapanema, em sua junção com o médio Paraná, é considerado, como já foi sugerido por José P. Brochado e Francisco S. Noelli (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1998; 1999-2000), para o caso dos falantes do Guarani, como a “porta de entrada” para

o Paraná e o sul do Brasil. O conjunto das pesquisas indica que essas populações, em contínuo processo de crescimento demográfico e de expansão territorial, teriam sucessivamente ocupado a área do atual Mato Grosso do Sul, e através da bacia do Paraná ingressado no sul do Brasil pelo noroeste paranaense.

No caso dos Jê do Sul (os Kaingang e os Xokleng), como apontam os indícios da cerâmica de Tradição Itararé, a porta de entrada dessas populações para o sul do Brasil teria sido os campos e cerrados do interflúvio dos rios Paranapanema/Itararé e Ribeira.

Trabalhando com a hipótese de que os grupos Jê que se deslocaram do Brasil central para o sul, foram ocupando regiões semelhantes as que ocupavam em seus locais de origem, podemos afirmar que após ocuparem os planaltos de cerrados entre os rios Tietê e Paranapanema eles iniciaram a ocupação dos Campos Gerais no Paraná. Esses campos se estendem desde o sul de São Paulo - região de Itapetininga até Itararé, entre as cabeceiras dos rios Paranapanema e Itararé - até a margem direita do rio Iguaçu no segundo planalto paranaense. No século XVII os padres jesuítas fundadores das reduções anotam a presença de grupos não Guarani na região, que eles denominaram de Cabeludos e Guachos³ (MOTA, 2000, p. 85).

Ancorados nas informações arqueológicas, podemos afirmar que a bacia do rio Paraná e seus afluentes da margem esquerda onde é hoje o Estado do Paraná foi densamente povoada, até a chegada dos espanhóis e portugueses, por populações caçadoras/coletoras pré-ceramistas e pelos agricultores ceramistas, principalmente os falantes do Guarani.⁴

3 Cf. Lucio Tadeu MOTA. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. **Uri Wáxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina, Eduel, 2000.

4 Existem ainda informações arqueológicas sobre a presença de vestígios cerâmicos diferentes das tradições discutidas acima, e também existem informações históricas sobre a presença de populações não Guarani e Kaingang particularmente na margem direita do médio Paranapanema, informações importantes para o entendimento da ocupação da região que discutiremos em outra oportunidade.



Quadro 2 - Sítios arqueológicos com datações de populações ceramistas nas bacias dos rios Paraná, Paranapanema e Ivaí, da jusante para montante

Rio Paraná					
Data A.P**	Sítio	Lab. nº	Margem	Município Estado	Fonte
2010 ± 75	PR/FI/140	SI 5028	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
1625 ± 60	PR/FI/118	SI 5021	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
1565 ± 70	PR/FI/99	SI 5019	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
1395 ± 60	PR/FI/142	SI 5033	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
1235 ± 60	PR/FI/97	SI 5016	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
745 ± 75	PR/FI/140	SI 5027	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
700 ± 55	PR/FI/112	SI 5036	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
625 ± 55	PR/FI/100	SI 5020	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
600 ± 60	PR/FI/103	SI 5029	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
590 ± 55	PR/FI/127	SI 5024	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
415 ± 75	PR/FI/104	SI 5032	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
395 ± 60	PR/FI/142	SI 5034	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
340 ± 60	PR/FI/118	SI 5023	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
255 ± 80	PR/FI/97	SI 5017	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
230 ± 80	PR/FI/22	SI 5015	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
205 ± 80	PR/FI/118	SI 5022	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
190 ± 75	PR/FI/98	SI 5018	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
? ± 195	PR/FI/141	SI 5031	Esquerda	Foz do Iguaçu - PR	Chmyz, 1983
490 ± 60	PR/FO/3	SI 5040	Esquerda	Guaíra - PR	Chmyz, 1983
760 ± 40	PR/FO/4	SI 5039	Esquerda	Guaíra - PR	Chmyz, 1983
475 ± 45	MT/IV/1	SI 1017	Direita	Bataiporã - MS	Chmyz 1974
180 ± 60	MT/IV/1	SI 1018	Direita	Bataiporã - MS	Chmyz, 1974
110 ± 60	MT/IV/2	SI 1019	Direita	Bataiporã - MS	Chmyz, 1974
260 ± 70	MT/IV/1	SI 1016	Direita	Bataiporã - MS	Chmyz, 1974
239 ± 10	MS/PR/13	FATEC	Direita	Anaurilândia - MS	Kashimoto, 1997
240 ± 30	MS/PD/06	Gsy	Direita	Anaurilândia - MS	Kashimoto, 1997
275 ± 20	MS/PD/07	FATEC	Direita	Anaurilândia - MS	Kashimoto, 1997
425 ± 25	MS/IV/08	FATEC	Direita	Anaurilândia - MS	Kashimoto, 1997
432 ± 32	MS/PD/04	FATEC	Direita	Anaurilândia - MS	Kashimoto, 1997
245 ± 15	MS/PR/41	FATEC	Direita	Bataguaçu - MS	Kashimoto, 1997
280 ± 15	MS/PR/46	FATEC	Direita	Bataguaçu - MS	Kashimoto, 1997

370 ± 20	MS/PR/22	FATEC	Direita	Bataguçu - MS	Kashimoto, 1997
480 ± 30	MS/PR/26	FATEC	Direita	Bataguçu - MS	Kashimoto, 1997
565 ± 32	MS/PR/55	FATEC	Direita	Bataguçu - MS	Kashimoto, 1997
580 ± 40	MS/PR/39	FATEC	Direita	Bataguçu - MS	Kashimoto, 1997
625 ± 40	MS/PR/35	FATEC	Direita	Bataguçu - MS	Kashimoto, 1997
1493 ± 100	MS/PR/85	FATEC	Direita	Brasilândia - MS	Kashimoto, 1997
1248 ± 100	MS/PR/64	FATEC	Direita	Brasilândia - MS	Kashimoto, 1997
1015 ± 75	MS/PR/64	Gsy	Direita	Brasilândia - MS	Kashimoto, 1997
480 ± 30	MS/PR/98	FATEC	Direita	Três Lagoas - MS	Kashimoto, 1997
909 ± 80	MS/PR/90	FATEC	Direita	Três Lagoas - MS	Kashimoto, 1997
Rio Ivai					
Data A.P.	Sítio	Lab. nº	Margem	Município - PR	Fonte
1380 ± 150	José Vieira	Gsy 81	Esquerda	Guaporema	Emperaire, 1968
540 ± 60	PR/QN/2	SI 697	Direita	Mirador	Brochado, 1973
1065 ± 95	PR/ST/1	SI 695	Esquerda	Indianópolis	Brochado, 1973
610 ± 120	PR/ST/1	SI 696	Esquerda	Indianópolis	Brochado, 1973
300 ± 115	PR/FL/5	SI 693	Direita	Paraíso do Norte	Brochado, 1973
470 ± 100	PR/FL/5	SI 694	Direita	Paraíso do Norte	Brochado, 1973
135 ± 120	PR/FL/13	SI 698	Direita	Doutor Camargo	Brochado, 1973
1490 ± 45	PR/FL/21	SI 1011	Direita	Doutor Camargo	Brochado, 1973
560 ± 60	PR/FL/23	SI 700	Direita	Doutor Camargo	Brochado, 1973
590 ± 70	PR/FL/15	SI 699	Direita	Doutor Camargo	Brochado, 1973
Rio Paranapanema					
Data A.P.	Sítio	Lab. nº	Margem	Município/Estado	Fonte
530 ± 55	PR/NL/7	SI 6400	Esquerda	Diamante do Norte - PR	Chmyz, 1986
± 930*	Alvim		Direita	Pirapozinho - SP	Kashimoto, 1997
± 1668*	Ragil	FATEC	Direita	Iepê - SP	Faccio, 1998
1130 ± 150	SP/AS/14	SI 422	Direita	Iepê - SP	Chmyz, 1969
± 1093*	Ragil 2	FATEC	Direita	Iepê - SP	Faccio, 1998
980 ± 100	SP/AS/14	SI 709	Direita	Iepê - SP	Smithsonian
± 755*	Neves	FATEC	Direita	Iepê - SP	Faccio, 1998

* = Datado por termoluminescência; ** = AP - Antes do Presente.



Figura 8 - Populações indígenas agricultoras ceramistas no Paraná.

Os Guarani

Dentre os povos pré-históricos e indígenas de que estamos tratando, os Guarani são os mais conhecidos em termos arqueológicos, históricos, antropológicos e linguísticos. A denominação Guarani define, ao mesmo tempo, a população e o nome da língua por eles falada.

Uma série de estudos comparados – arqueológicos e linguísticos – realizados no leste da América do Sul indica que os Guarani vieram das bacias dos rios Madeira e Guaporé. A partir daí, ocuparam continuamente diversos territórios ao longo das bacias dos rios Paraguai e Paraná até alcançar Buenos Aires, distante aproximadamente 3.000 km de seu centro de origem. Expandiram-se ainda para a margem esquerda do Pantanal, nos atuais Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também ocuparam o Uruguai e o Paraguai. Conforme as datações já obtidas, excetuando-se o Uruguai, a foz do rio da Prata e o litoral sul - brasileiro, as demais regiões citadas foram ocupadas desde há pelo menos 2.500 anos AP. Eles mantiveram esses territórios até a chegada dos primeiros europeus, que a partir de 1504 registraram em centenas de documentos os limites do vasto domínio Guarani.

Os Guarani ocuparam os vales e as terras adjacentes de quase todos os grande rios e seus afluentes. Eles raramente estabeleciam suas aldeias e roças em áreas campestres; a maioria dos sítios arqueológicos da Tradição Tupiguarani está inserida em áreas cobertas por florestas, seguindo o padrão de estabelecer as aldeias e as plantações em clareiras dentro da mata.

Podemos constatar, na bibliografia especializada sobre os Guarani, que eles possuíam um padrão para ocupar novas áreas sem, no entanto, abandonar as antigas. Os grupos locais se dividiam com o crescimento demográfico, ou por divisões políticas, indo habitar áreas próximas, previamente preparadas por meio de manejo agroflorestal, isto é, abriam várias clareiras para instalar a aldeia e as plantações, inserindo seus objetos e plantas nos novos territórios. Assim como levaram suas casas, vasilhas cerâmicas e outros objetos, os Guarani também transportaram de seus locais de origem diversas espécies de vegetais úteis para vários fins (alimentação, remédios, matérias-primas etc.), contribuindo para o aumento da biodiversidade florística do sul do Brasil.

Nesse sentido, ocupavam as várzeas dos grandes rios, e com o passar do tempo, as áreas banhadas por rios cada vez menores. Por exemplo, após dominar as terras próximas dos rios Ivaí, Pirapó e Tibagi, ocuparam trechos ao longo de alguns dos ribeirões que banham o divisor de águas desses rios.

As aldeias tinham tamanhos variados, podendo comportar mais de mil pessoas organizadas socialmente por meio de relações de parentesco e de aliança política. Essas famílias extensas viviam em casas longas, e cada aldeia poderia ter até sete ou oito casas, as quais eram construídas de madeira e folhas de palmáceas, podendo abrigar trezentas ou quatrocentas pessoas e alcançar cerca de trinta ou quarenta metros de comprimento por sete ou oito metros de altura. Algumas aldeias, dependendo de sua localização, poderiam ser fortificadas, cercadas por uma paliçada.

A cultura material era composta por centenas – talvez milhares – de objetos confeccionados para servir a diversos fins, e a maioria era feita com materiais perecíveis (ossos, madeiras, penas, palhas, fibras vegetais, conchas etc.), e em minoria de não perecíveis (vasilhas cerâmicas, ferramentas de pedra, corantes minerais). Desse conjunto, normalmente restaram apenas as vasilhas e as ferramentas de pedra e, eventualmente, esqueletos humanos e de animais diversos, conchas e ossos usados como ferramentas ou enfeites. O reconhecimento da existência desses objetos perecíveis, salvo condições raras de conservação, só é possível por meio de informações obtidas indiretamente por pesquisas históricas, linguísticas e antropológicas.



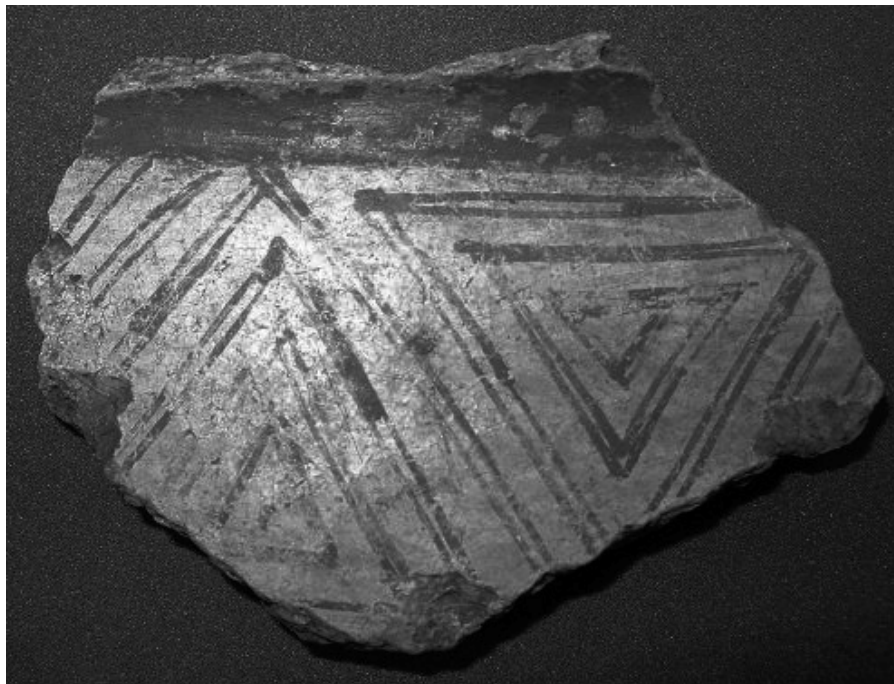


Figura 9 - Fragmento cerâmico Guarani.

Fonte: Acervo Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM.

Foto: Lucio Tadeu Mota.



Figura 10 - Fragmento cerâmico Guarani.

Fonte: Acervo Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM.

Foto - Lucio Tadeu Mota.

Os Xetá

O povo Xetá é conhecido e nominado na literatura, nos relatos de viajantes e fontes documentais, como Botocudo, Héta, Chetá, Setá, Ssetá, Aré e Yvaparé. Foi o último grupo indígena contatado no Paraná, no final da década de 1940 e início de 1950, quando a frente de ocupação cafeeira chegou ao seu território tradicional que se estendia pelas margens do baixo rio Ivaí até a sua foz no rio Paraná.

A presença dos grupos Xetá no rio Ivaí e seus afluentes foi registrada por viajantes e exploradores desses territórios desde a década de 1840, quando Joaquim Francisco Lopes e John H. Elliot – empregados do Barão de Antonina – fizeram contato com alguns deles nas imediações da foz do rio Corumbataí, no Ivaí. Posteriormente, em 1872, o engenheiro inglês Thomas Bigg-Whiter capturou um pequeno grupo nas proximidades do Salto Ariranha, também no rio Ivaí. No início do século XX, em 1910, Albert V. Fric ouviu dos Kaingang a informação da presença de pequenos grupos Xetá no interflúvio dos rios Ivaí e Corumbataí, muito acima do local onde os Xetá foram contatados nos anos de 1950.

Junto ao grupo Kaingang do cacique Paulino Arak-xó que vivia no salto Ubá, no rio Ivaí, Fric encontrou cativos Xetá, com os quais efetuou um primeiro registro de vocabulário.

Esses locais de caça e coleta, os encontros e confrontos com os exploradores do rio Ivaí, e os conflitos com os Kaingang, que resultavam em capturas e dispersão dos Xetá, fazem parte da memória de sobreviventes Xetá mais velhos. Um deles teve seu pai capturado no início do século XX, tendo o mesmo conseguido fugir e retornado para seu grupo familiar na região da Serra dos Dourados (SILVA, 1998; 2003).

Nessas primeiras décadas do século XX, muitos outros contatos foram noticiados, mas foi na região conhecida como Serra dos Dourados, onde hoje estão implantados os municípios de Umuarama, Ivaté, Douradina, Icaraíma, Maria Helena, Nova Olímpia, entre outros, que a partir de 1954, 1955 e mais especificamente em fevereiro de 1956 que se deu o mais documentado encontro com um grupo Xetá com professores da UFPR e membros do Serviço de Proteção ao Índio-SPI da 7ª Regional de Curitiba⁵.

Apesar dos esforços dos professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e de funcionários do SPI, o Governo do Estado do Paraná vendeu os territórios Xetá para as Companhias de Colonização, que os loteou para revenda aos interessados no cultivo de café na região.

Até a década de 1990, os Xetá eram tidos pelo órgão indigenista brasileiro – Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - como grupo extinto ou quase extinto, pois constam

5 Um deles viveu até o ano de 2008 e foi um dos colaboradores ativo do estudo de Silva (1998; 2003).

nos seus dados populacionais apenas cinco pessoas. No entanto, a pesquisa antropológica de Carmen Lúcia da Silva apontou que, ao contrário do que se afirmava nos levantamentos oficiais, os Xetá não estavam extintos.

Em 1997, por solicitação dos Xetá, foi realizado o primeiro encontro dos sobreviventes dos Xetá em Curitiba, intitulado “Encontro Xetá: Sobreviventes do Extermínio”, com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE), do qual participaram todos os sobreviventes do grupo, crianças, jovens, mais velhos e cônjuges, além do Prof. Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues, que efetuou os primeiros estudos da língua Xetá junto a um grupo familiar na década de 1960 (1960; 1961) e posteriormente em 1967.

Como resultado desse encontro, esse grupo solicitou seu reconhecimento enquanto pertencentes à etnia Xetá e a retificação de seus nomes nos registros civis levando em conta os registros que já vinham trabalhando na pesquisa antropológica, na qual apresentavam como se dava o sistema de nominação do grupo. Também colocaram em pauta a indenização financeira de suas perdas e a recuperação de seus territórios tradicionais na Serra dos Dourados, bem como reivindicaram o retorno a seu território de origem, nominando-o como Terra Indígena Herarekã Xetá.

Atualmente, os Xetá somam aproximadamente 100 (cem) pessoas, totalizando 25 (vinte e cinco) famílias. Estão em processo de luta para o reconhecimento de seu território tradicional junto à Finai, para o reconhecimento de seus direitos e para reconstituírem-se enquanto povo e revitalizarem a sua cultura. Além da demanda para reaverem parte de seus territórios, os Xetá solicitaram ao Estado do Paraná um atendimento específico e diferenciado de educação escolar indígena bilíngue Português/Xetá; ensino da história de sua cultura na escola; produção de literatura e materiais didáticos que retratem a realidade do povo, trazendo inclusive a memória coletiva da antiga sociedade narrada por seus pais, hoje considerados “guardiões da memória Xetá” (SILVA, 2003). E os Xetá não querem mais aparecer na história, nos livros e na imprensa como um povo extinto.

Os Kaingang

A denominação Kaingang define genericamente, e ao mesmo tempo, a população e o nome da língua por ela falada.

Embora exista uma volumosa bibliografia e inumeráveis conjuntos de documentos não publicados sobre eles, ainda se conhece pouco sobre os seus ascendentes pré-históricos.

Os resultados de estudos comparados – Arqueologia e Linguística – apontam o Brasil central como a região de origem dos Kaingang, que ocuparam imensas áreas

dos Estados da Região Sul, parte meridional de São Paulo e o leste da Província de Missiones na Argentina. Embora não existam ainda datas mais antigas do que as dos Guarani, é provável que os Kaingang e os Xokleng tenham chegado primeiro ao Paraná, pois em quase todo o Estado os sítios Guarani estão próximos ou sobre os sítios arqueológicos dos Kaingang e Xokleng.

Com a chegada dos Guarani, à medida que estes conquistavam os vales dos rios, os Kaingang foram empurrados para o centro-sul do Estado e/ou confinados nos territórios interfluviais e os Xokleng foram impelidos para os contrafortes da Serra Geral, próximos do litoral. A partir do final do século XVII, quando as populações Guarani tiveram uma drástica redução, os Kaingang voltaram a se expandir por todo o centro do Paraná.

Em meados do século XVIII, com as primeiras expedições coloniais nos territórios hoje denominados Paraná, foi possível conhecer parcialmente a toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios: *Koran-bang-rê* (campos de Guarapuava); *Kreie-bang-rê* (campos de Palmas); *Kampo-rê* (Campo Ere - sudoeste); *Payquerê* (campos entre os rios Ivaí e Piquiri, hoje nos municípios de Campo Mourão, Mamborê, Ubiratã e outros adjacentes); *Minkriniarê* (campos de Chagu, oeste de Guarapuava, no município de Laranjeiras do Sul); campos do *Inboó* (em São Jerônimo da Serra).

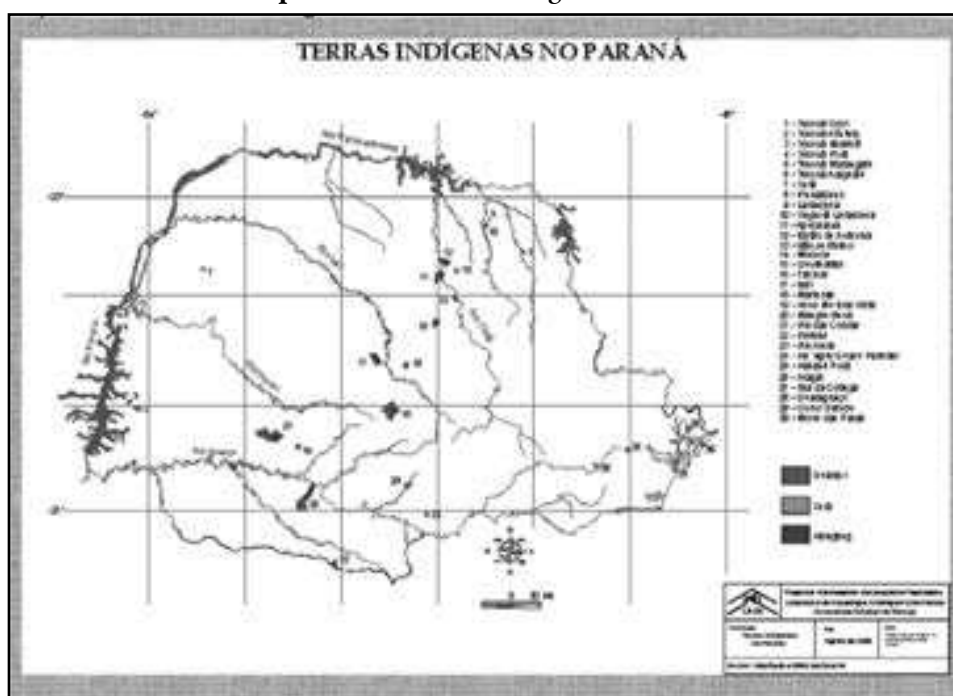


Figura 9 - Os Kaingang e a produção de cerâmica.

Os Xokleng

A denominação “Xokleng” define genericamente e ao mesmo tempo a população e o nome da língua por eles falada. Na bibliografia arqueológica, eles são conhecidos como “Tradição Itararé”. Apesar da volumosa bibliografia e inumeráveis conjuntos de documentos não publicados a seu respeito, também ainda se conhece pouco sobre os seus ascendentes pré-históricos. Sua chegada e presença no Paraná já foram resumidas no item sobre os Kaingang, necessitando ainda de mais pesquisas para corroborar ou desabonar as conclusões e hipóteses vigentes. Suas aldeias eram geralmente pequenas, no interior das florestas, abrigando habitantes pouco numerosos. Também ocupavam abrigos sob rocha e casas semissubterrâneas. Fabricavam vasilhas cerâmicas semelhantes às dos Kaingang a tal ponto, que devido às pesquisas pouco sistemáticas realizadas até o presente, ainda é problemático definir claramente as diferenças.

Mapa 1 - Atuais Terras Indígenas no Paraná



Quadro 3 - Terras Indígenas no Paraná por Bacias Hidrográficas

A ocupação humana dos territórios do Paraná até a chegada das populações europeias em 1500

Bacia do Rio Paraná					
Nº	Terras Indígenas	Etnias	Município(s)	Área (Ha) (Funai)	Popul. IBGE/Funasa
01	Tekohá Ocoí	Guarani Nhandéwa	São Miguel do Iguaçu	231	630
02	Tekohá Añetete	Guarani Nhandéwa	Diamante D'Oeste	1.744	422
03	Tekohá Itamarã	Guarani Nhandéwa	Diamante d'Oeste	242	68
04	Tekohá Porá	Guarani Nhandéwa	Guaíra	56	28
05	Tekohá Marangatú	Guarani Nhandéwa	Guaíra	80	105
06	Tekohá Araguajú	Guarani Nhandéwa	Terra Roxa	20	79
Bacia dos Rios das Cinzas e Laranjinha					
	Terras Indígenas	Etnias	Município(s)	Área (Ha) (Funai)	Popul. IBGE/Funasa
07	Pinhalzinho	Guarani Nhandéwa	Tomazina	593	104
08	Laranjinha	Guarani Nhandéwa	Santa Amélia	284	181
09	Yvyporã Laranjinha	Guarani Nhandéwa	Abatia, Cornélio Procópio e Ribeirão do Pinhal	1.238	64
Bacia do Rio Tibagi					
	Terras Indígenas	Etnias	Município(s)	Área (Ha)	Popul. IBGE/Funasa
10	Apucarana	Kaingang	Tamarana	5.575	1.396
11	Barão de Antonina	Kaingang	São Jerônimo da Serra	3.750	395
12	São Jerônimo	Kaingang Guarani Xetá	São Jerônimo da Serra	1.339	484
13	Mococa	Kaingang	Ortigueira	859	160
14	Queimadas	Kaingang	Ortigueira	3.077	426
Bacia do Rio Ivaí					
	Terras Indígenas	Etnias	Município(s)	Área (Ha)	Popul. IBGE/Funasa
15	Faxinal	Kaingang	Cândido de Abreu	2.043	600
16	Ivaí	Kaingang	Manoel Ribas e Pitanga	7.306	1687
17	Marrecas	Kaingang e Guarani	Turvo e Guarapuava	16.838	551
Bacia do Rio Piquiri					
	Terras Indígenas	Etnias	Município(s)	Área (Ha)	Popul. IBGE/Funasa
18	Koho Mu Boa Vista	Kaingang	Laranjeiras do Sul	7.344	116
Bacia do Rio Iguaçu					
	Terras Indígenas	Etnias	Município(s)	Área (Ha)	Popul. IBGE/Funasa
19	Mangueirinha	Kaingang e Guarani	Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida	16.375	1195
20	Rio das Cobras	Kaingang Guarani M'byá	Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu	18.681	2109
21	Palmas	Kaingang	Palmas (PR) e Abelardo Luz (SC)	3.800	761
22	Rio Areia	Guarani Nhandéwa	Inácio Martins	1.352	112
23	Kakané Porá	Guarani Kaingang e Xeta	Curitiba	44	35 Famílias
24	Araçá	Guarani M'byá	Piraquara	70	70
Litoral					
	Terras Indígenas	Etnias	Município(s)	Área (Ha)	População IBGE e Funasa
25	Ilha da Cotinga	Guarani M'byá	Paranaguá	1.701	69
26	Guaraguaçu	Guarani M'byá	Pontal do Paraná	670	15
27	Cerco Grande	Guarani M'byá	Guaraqueçaba	54	26
28	Morro das Pacas	Guarani M'byá	Guaraqueçaba	?	28
Total: 28 Terras Indígenas: 20 demarcadas, e 08 Terras Indígenas a serem identificadas 16 Guarani 08 Kaingang 04 Guarani, Xetá e Kaingang					

Obs.: Dados de 2009.

2

O Paraná colonial: da chegada dos primeiros europeus em 1500 até a emancipação da província em 1853

A CHEGADA DOS PRIMEIROS EUROPEUS NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO PARANÁ

Os contatos dos europeus com os antigos habitantes da região ocorreram já no início do século XVI, com os primeiros navegantes que aportaram ou passaram pelo litoral paranaense, e pelas primeiras expedições portuguesas e espanholas que percorreram o interior do Paraná rumo ao império inca.

Os primeiros navegantes europeus que aportaram ou passaram pelo litoral do Paraná nos trinta primeiros anos do século XVI fizeram os primeiro contatos com as populações de índios Guarani – na época, chamados de Carijós – e com eles possivelmente estabeleceram relações comerciais e culturais. E foi através desses Guarani do litoral que as populações indígenas sediadas nos territórios interioranos souberam da presença de homens brancos vindos de terras distantes de além mar.

Foram inúmeras as caravelas que passaram ou aportaram no litoral nesses primeiros trinta anos, como veremos a seguir.

Quando os primeiros europeus começaram a desembarcar no litoral sul do Brasil para abastecerem seus navios com água, lenha e alimentos, ou aí foram deixados como desterrados ou naufragos, eles tomaram conhecimento, por meio dos Guarani, das enormes riquezas existentes a oeste dos seus territórios. Em conjunto com esses índios, prepararam expedições para ir até as terras onde existiriam ouro e prata em abundância. Começou então o processo de desvendamento e conquista dos territórios indígenas do interior do que seria mais tarde o Estado do Paraná.

Quadro 1 - Primeiros desembarque de europeus no Sul do Brasil

Data	Viajante	Armada	Locais de Chegada	Desembarque
1501/08/17	Gonzalo Coelho Américo Vespúcio	3 Caravelas	Cananéia, SP Oceano Atlântico 53° L. Sul altura de Punta Arenas na Patagonia	Em Cananéia 15/02/1502, G. Coelho deixa um degredado (Bacharel de Cananéia)

Fontes:

1. Américo Vespúcio: a primeira viagem ocorrida em 1501 - 1502.

- ✓ Carta de Cabo Verde de 04/06/1501;
- ✓ Carta de Lisboa de 1502;
- ✓ Fragmento de 1502/03;
- ✓ Mundus Novus de 1503;
- ✓ Lettera de 1504,

Roberto LEVILLER. Américo Vespúcio: El Nuevo Mundo: cartas relativas a sus viajes y descubrimientos. Buenos Aires, Editorial Nova, 1951.

Roberto LEVILLER. Américo Vespúcio. Madrid : Cultura Hispánica, 1966.

Mapa: MELLO, Amílcar D'Ávila de. Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos. Florianópolis : Expressão, 2005.



Data	Viajante	Armada	Locais de Chegada	Desembarque
1504/01/05	Binot Paumier de Gonneville	L'Espoir 120 toneladas	São Francisco do Sul SC,	Permanece nesse local por seis meses, janeiro a julho de 1504

Fontes:

2. Binot Paumier de Gonneville - 1504

- ✓ Relação de viagem registrada no Almirantado de Ruão em julho de 1505.

Lévy PERRIER-MOÏSES. Vinte Lus: viagem de Binot Paumier de Gonneville ao Brasil: 1503 - 1505. São Paulo : Cia das Letras, 1992.

R. D'Ávezac. Campagne du Navire L'Espoir de Rouffleur, 1503-1505. Relation authentique du voyage du Capitaine de Gonneville et Nouvelles terres des Indes. Paris: Oulonnet, 1844.

Mapa: Amílcar D'Ávila de MELLO. Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos. Florianópolis : Expressão, 2005.



Data	Viajante	Armada	Locais de Chegada	Desembarque
1514/07/00	Estevão Frois e João de Lisboa	2 Caravelas	Cabo de Santa Maria Punta del Leste Uruguai	Encontro com os índios Charruas depois de subirem 300 km pelo Rio da Prata

Fontes:

3. João de Lisboa - 1514

- ✓ Nova Gazeta Allemã. Notícia trazida por um navio, que tinha saído de Portugal para descobrir a terra do Brasil mais adiante do que antes se conhecia, e na sua volta chegou a ilha da Madeira, escripta por um bom amigo da Madeira para Antuérpia.

Jozequim RIBEIRO. A nova Gazeta Allemã. Rio de Janeiro, Record, s/d.

Mapa: Amílcar D'Ávila de MELLO. Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos. Florianópolis: Expressão, 2005.



Data	Viajante	Armada	Locais de Chegada	Desembarque
1516/01/00	Juan Dias de Solis	2 Caravelas	Cananéia, Santa Catarina, Rio da Prata	Solis e seus homens foram mortos na embocadura do rio Uruguai no Rio da Prata, ficando vivo Francisco Del Puerto um grumete de 14 anos.
1516/08/00	Cristóvão Jaques	3 Naus	Cabo Frio, Rio de Janeiro, Santa Catarina	Jaques fora nomeado guarda costa do Brasil, e perseguiu os espanhóis e franceses que aqui aportaram.
1519/12/13	Fernando de Magalhães	4 Naus e 1 Caravela	Rio de Janeiro, Rio da Prata (1520/01/11)	
1521/00/00	Cristóvão Jaques	2 Caravelas	Santa Catarina	Em SC, recolheu Melchior Ramires um dos naufragos da expedição de Solis, e subiram 200 km acima no rio Prata na Ilha de São Gabriel, onde encontraram Francisco Del Puerto, e mais 140 km até onde hoje é a cidade Argentina de Rosário.
1526/08/00	Jofre de Loyasa D.Rodrigo de Acuña		Porto dos Patos, SC	Estavam percorrendo na rota de Magalhães e por mau tempo tiveram que voltar à costa do Brasil.
1526/10/31	Sebastião Caboto (Veneziano)	3 Naus	Santa Catarina	Caboto encontrou Henrique Montes, naufrago de Solis, que lhe deu notícias da expedição de Aleixo Garcia ao Peru. Caboto entrou no rio da Prata, navegou os rios Paraguai e Paraná.
1528/05/07	Diego Garcia	1 Nau e 1 Galeão	São Vicente, Cananéia (1528/01/15),	Encontrou com Caboto descendo o rio Paraná, seu destino era as Ilhas Molucas, na Ásia.
1531/01/00	Martin Afonso de Souza	1 Galão, 2 Naus, 2 Caravelas	Percorreu o litoral sul do Brasil até Punta Del Leste, no Uruguai	Pero Lopes subiu o rio Paraná e também estiveram na Baía de Paranaguá.
1535/00/00	Pedro de Mendonça		Percorreu o litoral do Brasil e foi fundar a cidade de Buenos Aires	

O Paraná colonial: da chegada dos primeiros europeus em 1500 até a emancipação da província em 1853

Em 1522, Aleixo Garcia empreendeu a primeira viagem terrestre de europeus pelo interior do sul do Brasil. Tinha por objetivo descobrir de onde provinham as peças de ouro encontradas na costa de Santa Catarina. A expedição, que durou aproximadamente três anos, partiu do litoral de Santa Catarina, passando pelo interior do Paraná, Paraguai e Bolívia, até alcançar a fronteira do império Inca¹. No retorno, Garcia foi morto pelos Guarani nas proximidades de Foz do Iguaçu, por volta de 1525. Todas as informações sobre essa expedição são indiretas, baseadas em relatos de outros cronistas dos séculos XVI e XVII.

Poucos anos depois, em 1531, visando a retomar os reconhecimentos empreendidos por Aleixo Garcia, partiu de Cananéia uma expedição liderada por Pero Lobo, com oitenta portugueses e diversos índios Tupi da costa. É provável que a expedição tenha seguido o caminho previamente percorrido por Garcia e teve o mesmo destino deste: também foi aniquilada nas proximidades de Foz do Iguaçu pelos Guarani².

Dez anos depois, quando já havia sido criada a cidade de Nossa Senhora de Assunção a capital do Paraguai, Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, após várias aventuras na América do Norte, veio tomar posse e comandar a província do Paraguai em nome do rei da Espanha. Desembarcou na ilha de Santa Catarina, e no final de 1541, partindo da foz do rio Itapucu, rumou para Assunção no Paraguai, onde chegou quatro meses depois acompanhado por 250 arcabuzeiros e balesteiros. Durante a expedição, foi acompanhado por centenas de índios Guarani. A cada novo território que ingressava a expedição dispensava os acompanhantes do território anterior, e mediante pagamentos em espécie (machados, contas, etc.) integrava novos guias para o percurso seguinte. Subiram a Serra do Mar, alcançaram o rio Negro (na altura de Rio Negrinho - SC) e desceram até a sua desembocadura, no rio Iguaçu. Para contornar o território dos Kaingang³, tiveram de subir o Iguaçu, e a certa altura se dirigiram ao rio Tibagi e seguiram seu curso. Nas proximidades da foz do rio Iapó, atual cidade de Tibagi, a expedição dirigiu-se para oeste até chegar ao rio Ivaí, e, a seguir, rumando para o sudoeste, passou pelo rio Piquiri até alcançar o rio Iguaçu, a poucos quilômetros de sua foz. Dali, seguiu até Assunção.

1 Métraux, Alfred. Migrations historiques des Tupi-guarani. *Journal de la société des Americanistes*, n.s., 19:1-45. 1927.

2 Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 1985, p. 82.

3 O Barão de Capanema sustenta que Cabeça de Vaca deu uma volta de mais de oitenta léguas, evitando seguir diretamente pelas margens do rio Iguaçu ou pelos campos de Guarapuava ao norte e os campos de Palmas ao sul desse rio porque eram territórios ocupados por **índios ferozes, mais valentes que os guaranis**. (Cf. CAPANEMA. Questões a estudar em relação aos princípios da nossa história. *RIHGB*, 52(1):499-509). Cabeza de Vaca evitou transitar pelos territórios dos Kaingang, e por isso desviou-se dos Koran-bang-rê (campos de Guarapuava) e dos Kreie-bang-rê (campos de Palmas) e seguiu o caminho indicado pelos Guarani.

O relato de Alvar Nunez Cabeza de Vaca é importante na medida em que descreve, ao longo de sua expedição, o contato e a entrada em territórios pertencentes a diferentes grupos Guarani, e desvia no seu trajeto dos territórios Kaingang em Guarapuava e Palmas. Esse foi o primeiro documento a informar que quase todo o interior do Paraná estava habitado e, ao mesmo tempo, mostrar que havia uma divisão política entre esses diversos grupos de mesma matriz cultural, organizados politicamente em cacicados.⁴ E ainda que indiretamente, devido à imensa volta que a expedição fez, não seguindo o vale do rio Iguazu, nos dá uma noção da extensão do território dominado pelos Kaingang nos Koran-bang-rê (Campos de Guarapuava).

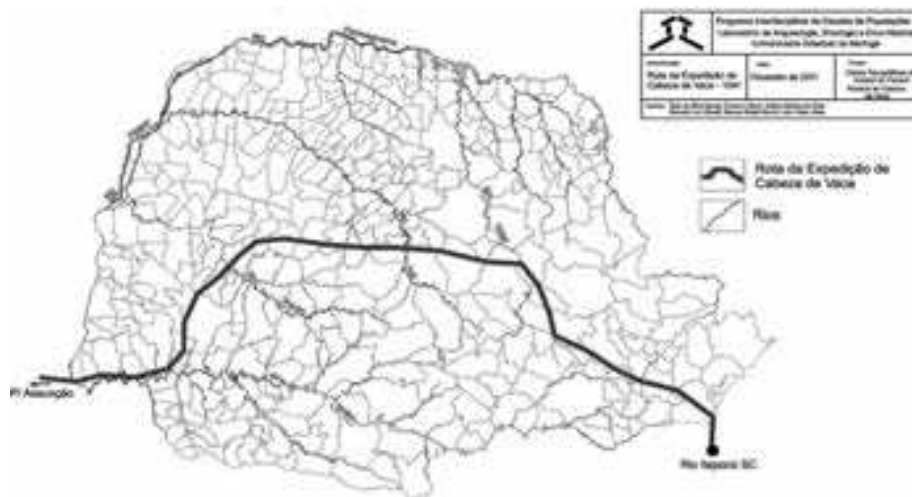


Figura 1 - Rota aproximada da expedição de Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca em 1541 pelo interior do Paraná.

Em 1544, Domingos Martínez de Irala, então governador do Paraguai, saiu de Assunção e dirigiu-se ao Guairá apresar índios para as *encomiendas*. Fundou a cidade de Ontiveros junto ao rio Paraná, pouco acima da foz do Iguazu. No início da década seguinte, em 1551, Diego de Sanabria viajou pelo mesmo itinerário de Cabeza de Vaca. Ainda nesse ano, Cristoval de Saavedra atravessou a região vindo do Paraguai até o porto de São Vicente, em São Paulo. No ano seguinte, Hernando de Salazar também fez o mesmo roteiro de Assunção no Paraguai até o porto de São Vicente, em São Paulo. Esse roteiro também foi o percorrido por Ulrich Schmidl nesse mesmo ano, que partiu de Assunção, em 1552, acompanhado de 20 índios Guarani, na época denominados Carijós, com destino ao porto de Santos, onde chegou em 1553.

⁴ Conjunto de aldeias sob a liderança de um prestigioso cacique, que dominava certas porções de territórios bem definidos.

Ruy Dias Melgarejo, em 1553/1554, percorreu duas vezes o interior do Paraná, desde Ontiveros até São Vicente e regressou em 1555 partindo do litoral, em Santa Catarina, seguindo o mesmo roteiro de Cabeza de Vaca, pois ele participara, em 1541, da expedição de Don Alvar Nunez. Melgarejo teve um destacado papel entre os conquistadores espanhóis no interior do Paraná, pois conduziu a fundação de Ciudad Real del Guairá (foz do rio Piquiri, município de Terra Roxa) e da 2ª fundação de Villa Rica del Spiritu Sancto (junto à foz do rio Corumbataí, município de Fênix, hoje Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo)⁵.

O ano de 1555 foi marcado por várias ocorrências nesses territórios. Francisco de Gambarota veio do Paraguai até o porto de São Vicente em São Paulo. Nuflo Chaves saiu de Assunção para combater e apresiar índios no Guairá e Juan de Salazar e Cipriano de Góes fizeram o caminho inverso, partindo de São Vicente para o Paraguai.

Em 1588, os padres Manuel Ortega, Juan Saloni e Thomas Fields percorreram a região do Guairá com a finalidade de conhecer o potencial humano para futuros trabalhos missionários, a exemplo do que já ocorria na costa do Brasil desde 1549. Informaram aos seus superiores a existência de milhares de índios Guarani na região, bem como reconheceram uma série de peculiaridades culturais, sociais e políticas que seriam úteis alguns anos depois. Era o início das atividades religiosas no Guairá, onde os conquistadores passaram a veicular os elementos básicos da sua cultura através dos padres jesuítas.

Enquanto isso, a conquista continuou por seus meios tradicionais. Muitas vezes os conquistadores foram derrotados, como em 1601, quando Hernán Arias de Saavedra combateu os índios de uma parte do Guairá e foi derrotado pelos guerreiros de Guairacá. A exploração das populações indígenas pelos conquistadores não ocorreu sem obstáculos, como afirmam muitos autores, e a conquista dos seus territórios também não aconteceu de forma pacífica. Em todos os momentos, e por várias etnias, a resistência foi renhida e sangrenta. O território do Guairá, que compreendia quase todo o Estado do Paraná, foi local de trânsito de portugueses e espanhóis que iam e vinham de Assunção em direção às vilas do litoral brasileiro, sendo palco de guerras variadas e constantes. A conquista desses territórios foi feita palmo a palmo com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, de doenças e de acordos. Alianças foram estabelecidas e rompidas, e de ambas as partes fidelidades foram sacramentadas e traições meticulosamente planejadas.

5 Francisco de Assis Carvalho Franco. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. 1954, p. 241.

ESPAANHÓIS, ÍNDIOS, JESUÍTAS E BANDEIRANTES NO GUAIRÁ

No limiar do seiscentos, os portugueses chegaram na região em busca do seu butim: escravos indígenas para o trabalho nas fazendas paulistas, metais preciosos e outras riquezas⁶. Porém, desde a fundação de São Vicente eles já preavam os Guarani do litoral e da encosta das serras paranaenses.

Em 1602, Nicolau Barreto desceu o rio Paraná, passando pelo Guairá, rumo às minas de Potosi, no Peru. Em 1607, foi a vez de Pedro Franco de Torres atravessar a região rumo ao Paraguai, fazendo o roteiro já conhecido desde meados do século XVI. Nesse mesmo ano, Manuel Preto, um dos maiores preadores de índios da época, dirigiu uma bandeira para o aprisionamento dos índios Guarani nas proximidades da cidade espanhola de Vila Rica do Espírito Santo. Procurando medidas estratégicas para conter as investidas dos bandeirantes paulistas contra o “seu butim”, o Rei da Espanha criou a Província del Guairá em 1608, que era praticamente quase todo o Paraná. Ignorando as medidas protecionistas da coroa espanhola, Manuel Preto, acompanhado pelo temido Raposo Tavares, voltou ao Guairá em busca de mais índios nos anos de 1611, 1618, 1623 e 1628. Seu fim foi a morte por ferimentos de flechas em plena campanha de aprisionamento de índios no sul do Brasil⁷.

As primeiras décadas do século XVII foram marcadas por uma intensificação das ações dos europeus no Guairá. De um lado, tivemos os choques entre os índios Guarani e os encomendeiros espanhóis, que os exploravam no trabalho semiescravo da coleta da erva-mate. Os padres jesuítas, em sua pregação religiosa, tentavam inculcar os valores da sociedade invasora junto às populações indígenas existentes na região. Contrariando os interesses dos encomendeiros espanhóis e dos padres da Companhia de Jesus, vieram os paulistas com a intenção de buscar seu butim. De uma perspectiva oposta, os índios faziam uma leitura própria da conjuntura, resultando eventualmente em alianças, acordos e guerras, complexificando o entendimento sobre os fatos ocorridos em suas relações com os invasores de seus territórios. Disso resulta que a análise histórica da ocupação da região não pode ser dicotômica: índios contra brancos ou vice-versa. Devemos considerar os grupos conquistadores europeus e seus interesses localizados, bem como os Guarani e os Kaingang, que eram inimigos e que estrategicamente estabeleceram alianças entre si. Alianças explícitas ou não, o fato de que em determinados momentos um grupo indígena podia procurar as reduções, mesmo sendo refratário à pregação missionária, podendo

⁶ Sobre a preação de índios na região para o trabalho escravo em São Paulo, ver o livro de John M. MONTEIRO. **Negros da Terra**, São Paulo, 1994.

⁷ Cf. Victor de AZEVEDO. **Manuel Preto “O Herói de Guairá”**, São Paulo, 1983.



significar apenas uma tática política momentânea para se livrar dos invasores paulistas ou do trabalho escravo nas *encomiendas* espanholas.

Os padres da Companhia de Jesus fundaram, junto com os índios, quatorze Reduções nos vales dos rios Paraná, Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi. Instaladas no vale do Paranapanema estavam as Reduções de Nossa Senhora do Loreto e Santo Ignácio. No vale do Tibagi se localizavam São José, São Francisco Xavier, Encarnación e São Miguel. Nas margens do Ivaí ficavam Jesus Maria, Santo Antônio e São Paulo; no rio Corumbataí foram instaladas São Tomas e a dos Sete Arcanjos. Nas cabeceiras do rio Piquiri implantaram São Pedro e Conceção; no médio Piquiri, Nossa Senhora de Copacabana. Todas foram destruídas pelas invasões dos bandeirantes paulistas no final da terceira década do século XVII⁸.

Assim como os espanhóis e os jesuítas, os bandeirantes paulistas também transitaram intensamente na região, e com toda certeza pelos caminhos e trilhas construídos pelos índios, até que por volta de 1630 tinham destruído todas as Reduções Jesuíticas do Guairá.

Diferente dos espanhóis, que fundaram duas cidades – Ciudad Real del Guairá e Vila Rica del Spiritico Sancto – os paulistas não tiveram essa preocupação, foram responsáveis pela primeira construção militar no vale do rio Tibagi. Em 1628, Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, ao atacarem o Guairá, construíram um forte ou campo entrincheirado na margem esquerda do rio Tibagi, provavelmente no município de Ortigueira, nas imediações de Natingui. O padre Simão Maceta se refere a esse campo como ponto de apoio ou quartel de inverno dos bandeirantes, “*una palisada fuerte de palos, cerca de nuestras aldeas*”⁹.

8 Sobre a construção e a destruição das Reduções Jesuíticas, ver: Jaime CORTESÃO. **Bandeirantes e Jesuítas no Guairá**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

9 Davi CARNEIRO. **O Paraná na História Militar do Brasil**. Curitiba, Tipografia João Haupt & Cia, 1942, p. 10.

As Reduções Jesuíticas no Guairá: 1610/1630

Reduções no vale do rio Paranapanema.

1. Nossa Senhora de Loreto: 1610 na embocadura do rio Pirapó no Paranapanema, com oitocentos índios, localizada no hoje município de Itaipuaçu.
2. Santo Ignácio: 1610, no fim do rio Santo Inácio no Paranapanema, com mil índios, localizada hoje no município de Santo Inácio.

Reduções no vale do rio Tibagi.

3. São José: Em 1625 já existia em algum lugar no vale do rio Tibagi no meio do sabinho, por terra, entre as Reduções do Paranapanema e a de São Francisco Xavier, não localizada.
4. São Francisco Xavier: Fundada antes de São José e acima desta no vale do Tibagi, também não localizada.
5. Encarnação: 1625, a dois dias de distância de São Francisco Xavier, em algum lugar no vale do Tibagi, no distrito de Natividade município de Ortigueira, não localizada.
6. São Miguel: 1626 no alto rio Tibagi.

Reduções no vale do rio Ivaí.

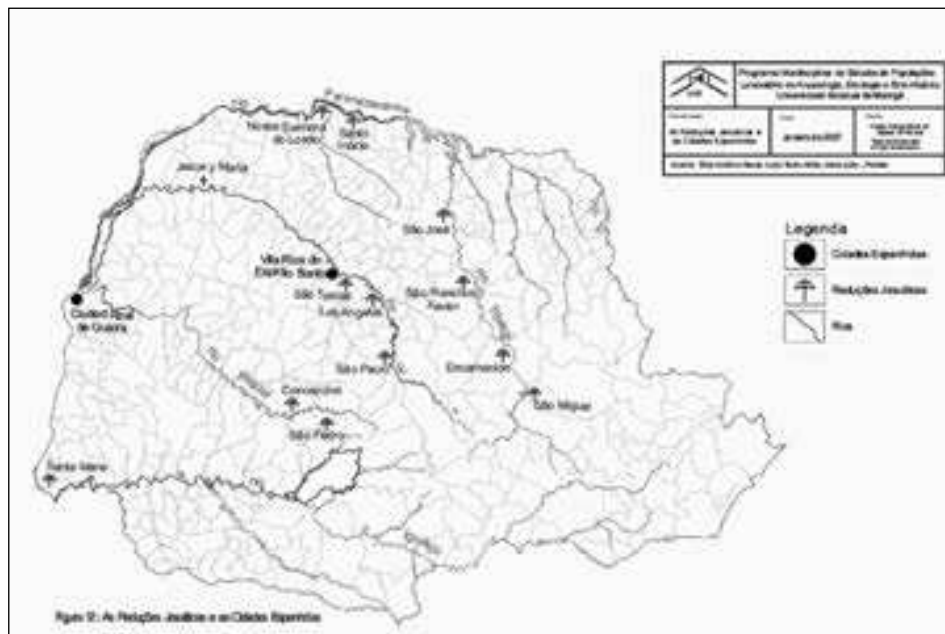
7. São Paulo: 1626 acima da cidade de Vila Rica do Espírito Santo no vale do Ivaí, não localizada.
8. Santo Antônio: 1627, subindo o rio Ivaí na sua margem direita, não localizada.
9. Jesus Maria: 1628, não localizada.
10. São Tomás: 1627, entre os rios Ivaí e Corumbataí, não localizada.
11. Los Angeles: 1627, na margem esquerda do rio Corumbataí, não localizada.

Reduções no vale do rio Piquiri.

12. Nossa Senhora de Copacabana: Sem referências, não localizada.
13. Conceição, St. S. dos Guaranis: 1627, provavelmente abrigou os índios Guaiachos (Kaingang) no alto rio Camú, onde existiam minas de ferro, não localizada.

Reduções no vale do rio Iguaçu.

14. Santa Maria: Sem referências, não localizada.
Jaime CORTESÃO. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951.



Destruídas as Reduções Jesuíticas, as populações indígenas se dispersaram, parte foi para o sul junto com os padres fundar os sete povos das missões no Rio Grande do Sul, outra parte voltou a reocupar seus antigos territórios. Mas a região não deixou de ser um atrativo para os paulistas tentarem aumentar seu butim. A partir de 1651, Fernão Dias Paes Leme ficou por três anos na região da Serra da Apucarana e submeteu os caciques da nação Guaianá, ancestrais dos Kaingang, levando-os prisioneiros para São Paulo com todo o seu povo. Pedro Taques na *Nobiliarquia Paulistana* relata essa expedição:

Penetrou Fernão Dias Paes o sertão do sul até o centro da serra de Apucarana, no reino dos índios da nação Guyanãa, pelos annos de 1651; nelle existiu alguns annos, tendo estabelecido arraial com o troço das suas armas, para vencer a redução daquelle reino, que se dividia em três differentes reis. (...) Poz-se em marcha o grande corpo daquelles reinos e todos seguiam gostosos esta transmigração debaixo do commando inteiramente do seu conquistador e amigo Fernão Dias (TAUNAY, 1995, p. 167)¹⁰.

Esse fato ainda requer estudos mais aprofundados, pois certamente os índios não seguiram o “amigo” Fernão Dias. O paulista invasor teve de permanecer vários anos na região, estabelecendo um arraial; provavelmente um local fortificado aos moldes do construído em 1628 por Raposo Tavares para conter o ataque dos índios. Taques fala em cerco imposto por Fernão Dias às plantações desses índios. Também fala de três caciques, Tombu, Sondá e Gravitay. Este último morreu antes da partida para São Paulo; Sondá morreu na marcha (podemos sugerir a hipótese de que teria havido uma resistência desses caciques em seguir o bandeirante). Apenas o primeiro, Tombu, chegou a Santana do Paraíba em São Paulo, onde morreu alguns anos depois.

O POVOAMENTO DO LITORAL E AS ORIGENS DE CURITIBA

Desde os primeiros anos de 1500, os europeus aportaram na região e a baía de Paranaguá já era conhecida dos navegantes. Ocupada primeiramente pelas populações construtoras dos Sambaquis, em 1500 ela era habitat dos Guarani, então chamados de Carijós. Eles denominaram esse grande estuário Paranaguá, que em Guarani significa Paraná-guá, algo como seio do mar ou grande mar redondo.

Uma das primeiras informações que temos da região foi o esboço de um mapa feito por Hans Staden quando aqui esteve junto com Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes de Souza, em 1534, por ocasião da posse de suas Capitanias Hereditárias no sul do Brasil.

10 Cf. Afonso de E. TAUNAY. **A grande vida de Fernão Dias Paes**. São Paulo, 1955, p. 167.



Figura 2 - Litoral do Paraná.

Fonte: Hans Staden, 2000.

Na sequência, a região passou a ser frequentada por faiscadores de ouro e preadores de índios vindos de São Vicente, no litoral paulista, desde 1554. Foram várias as bandeiras que percorreram o litoral do Paraná nesse período. Em 1585, Jerônimo Leitão; em 1594, Jorge Coréia; em 1595, Manoel Soeiro; em 1617, foi a vez da bandeira de Antonio Pedroso, até que se descobre ouro nos ribeirões da região e tem-se o início do povoamento definitivo e da fundação das primeiras vilas do litoral.

Paranaguá

A primeira Sesmaria foi requerida por Diego de Unhate em 1614 e abrangia vastos territórios no rio Superagui. Anos mais tarde, Gabriel de Lara fundou uma povoação na ilha da Cotinga, depois transferida para o continente. Mas em seis de janeiro de 1646 foi levantado o Pelourinho, e em junho de 1648 ocorreu a primeira eleição para a Câmara Municipal de Paranaguá. As possibilidades de gerar riquezas no garimpo de ouro nos riachos da serra e do planalto aumentaram a importância da região diante da coroa. Tanto que em 1660 Gabriel de Lara foi nomeado Capitão-Mor da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, a qual existiu até 1709, mas

a partir de 1711, com a diminuição das atividades do faiscamento do ouro, perdeu o status de capitania e foi integrada à Capitania de São Paulo como a Quinta Comarca de Paranaguá e Curitiba¹¹.

Paranaguá: início do século XIX - Debret



Figura 3 - Vista de Paranaguá no século XIX.

Fonte: Debret.

Antonina

Como as outras vilas do litoral, Antonina também surgiu em função da presença de faiscadores de ouro na região. No entanto, a fundação da povoação só ocorreu no século XVIII, em 1714, com a construção da capela de Nossa Senhora do Pilar da Graçiosa. Somente muito mais tarde, em 1797, ela foi elevada à vila com a denominação Antonina em homenagem ao Príncipe D. Antonio, primeiro filho do Rei Dom João VI e Dona Carlota Joaquina.



Figura 4 - Vista geral de Antonina.

Fonte: Aquarela sobre papel de William Lloyd, 1872.

¹¹ Para maiores detalhes sobre o assunto, ver Ruy WACHOWICZ. **História do Paraná**, Curitiba, G. Vicentina, 1988, Cap. III. p. 39-51.

Morretes

Situada às margens do rio Nhundiaquara, local de passagens dos faiscaadores de ouro que subiam a serra, Morretes foi fundada por determinação do Ouvidor Rafael Pires Pardiniho, em 1721. Anos depois, em 1769, a população teve permissão para erguer a capela de Nossa Senhora do porto e Menino Deus dos três Morretes, e somente no século seguinte, em 1841, ela foi desmembrada de Antonina e elevada a município.

Guaratuba

Os historiadores dão como data provável da fundação da povoação de Guaratuba por Gabriel de Lara o ano de 1656. Um século depois, ela foi inserida na política de defesa do litoral sul do Brasil pelo então governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz A. de Souza, o Morgado de Mateus. Este enviou para a região o Tenente Coronel Afonso Botelho com a missão de incrementar a ocupação de região e construir fortes para defesa do litoral.



Figura 5 - Vista de Guaratuba no século XIX.

Fonte: Debret.

Curitiba

Na primeira metade do século XVII, os faiscaadores de ouro já tinham chegado no primeiro planalto paranaense e exploravam seus riachos e ribeirão em busca do metal precioso. O local era habitado pelos índios Guarani, que exploravam os imensos pinheirais da região e com certeza mantinham relações sociais e comerciais com os habitantes não índios do litoral e com os mineradores de ouro já há algum tempo antes da elevação do Pelourinho em 1668 por Gabriel de Lara. Com o crescimento da povoação, no final de século XVII foram eleitas as autoridades locais com a constituição da Câmara Municipal em 1693, data da fundação da cidade.



Figura 6 - Vista de Curitiba.

Fonte: Debret.



Figura 7 - Vista de Curitiba.

Fonte: Franz Keller, 1872.

A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS GERAIS: AS FAZENDAS DE CRIAR E O CAMINHO DO VIAMÃO

Os campos Gerais, situados no segundo planalto paranaense, começaram a ser povoados por fazendeiros de São Paulo, Santos, Paranaguá e dos estabelecidos nos campos de Curitiba no início do século XVIII, quando foi descoberto ouro em Minas Gerais e se criou uma forte demanda por animais cavalares e muares criados em abundância nos campos do sul do Brasil e Uruguai. Essa demanda e essa possibilidade de negócios fizeram com que as famílias abastadas de São Paulo requeressem enormes sesmarias na região e para ali enviassem parentes ou capatazes para estabelecimentos de fazenda de criar gado. Com o início das atividades do tropeirismo, que consistia em comprar animais nos campos de Vacaria no Rio Grande do Sul e vendê-los em Sorocaba em São Paulo, começaram a surgir as povoações ao longo dessa rota.

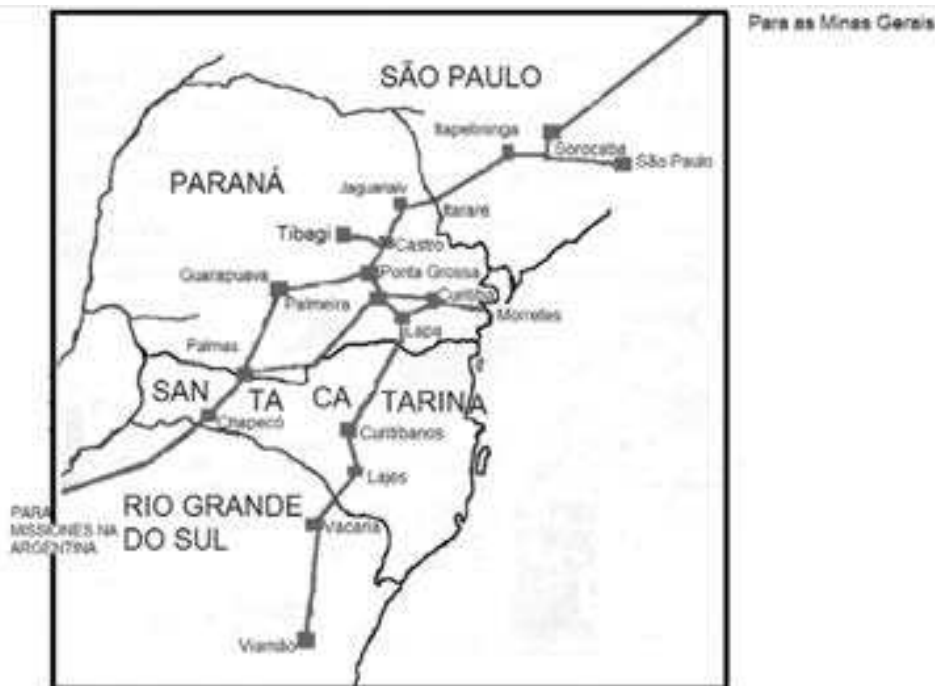


Figura 8 - Caminho das tropas de Viamão RS até Sorocaba SP com o ramal por Guarapuava até Missões na Argentina.

Fonte: Lúcio Tadeu Mota.

Essas povoações, que no início eram locais de pouso e descanso dos tropeiros, passaram a aglutinar pequenos artesões e pequenos comerciantes e logo se transformaram em vilas e cidades como Ponta Grossa, Castro, Lapa e muitas outras. Assim, ocorreu a ocupação dos vastos campos naturais do segundo planalto do Paraná: enormes sesmarias em torno da rota Sorocaba – Vacaria.

A sociedade estabelecida nos Campos Gerais se caracterizou por ser uma sociedade constituída de famílias patriarcais que ia além da família nuclear, abrigava em seu seio agregados e homens pobres livres protegidos dos grandes proprietários; por ser uma sociedade sustentada no trabalho escravo, mesmo que o trabalho dos escravos – a lida com gado em campos abertos – requeresse que eles andassem armados para protegerem a si e o gado do seu senhor, dos índios e dos animais predadores; e uma sociedade assentada na grande propriedade, nas grandes sesmarias de criação de gado bovino, muar e cavalari.

O Paraná colonial: da chegada dos primeiros europeus em 1500 até a emancipação da província em 1853

A ocupação dos Campos Gerais, Guarapuava, Palmas e Tibagi - Sec. XVII ao XIX

Vila de Castro no início do século XIX



Figura 9 - Vista da Vila de Castro no século XIX.

Fonte: Debret.

A ocupação dos Campos Gerais, Guarapuava, Palmas e Tibagi - Sec. XVIII e XIX

Vila de Ponta Grossa no início do século XIX



Figura 10 - Vista da Vila de Ponta Grossa no século XIX.

Fonte: Debret.

A DESCOBERTA DE OURO E DIAMANTES, AS EXPEDIÇÕES MILITARES E A IMPLANTAÇÃO DAS FAZENDAS NO VALE DO RIO TIBAGI NO SÉCULO XVIII

A serra da Apucarana e o vale do Tibagi continuaram sendo um atrativo para os aventureiros e uma esperança de riquezas para os aventureiros que deram continuidade aos bandeirantes do século XVII. Em meados do século XVIII, Francisco Tosi Colombina apresentou aos governantes um plano de ocupação dos territórios do rio Tibagi, que para ele eram ricos em ouro e diamantes. E qual era o seu plano?

E para senhorearse com facilidade dessas terras do Tabagy que agora estão ocupadas do numeroso Gentio Guayanã, (...) um dos melhores meyoys hé transportar huns Casaes dos indios mansos, que se achão nas aldeas de São Paulo, e lá Aldealos¹².

O plano de Colombina não foi levado adiante, mas foram descobertos ouro e diamantes em Pedras Brancas, a sudoeste da atual cidade de Tibagi, por Ângelo Pedroso e Frei Bento de Santo Ângelo¹³. Essas descobertas causaram a disputa das terras das minas do Tibagi por poderosos donos de lavras de Minas Gerais e autoridades de Paranaguá. Em 1757, o Ouvidor de Paranaguá enviou uma bandeira de 200 soldados para Pedras Brancas com a finalidade de submeter os posseiros. Enviada pela Câmara de Curitiba para vigiar os garimpos de Pedras Brancas, essa guarda ficou acantonada, no registro de Nossa Senhora do Carmo, na foz do rio Capivari junto ao rio Tibagi, até 1765. Nessa área, foi instalado o forte militar de Nossa Senhora do Carmo.

Ainda no século XVIII, os vales do Tibagi e do Ivaí foram marcados pela passagem das expedições militares de Morgado de Mateus, Governador de São Paulo, com destino ao Forte Militar de Iguatemi no Mato Grosso. Entre os anos de 1769 e 1774, várias expedições partiram do Porto de São Bento, no Tibagi, com destino ao rio Ivaí e daí para o Mato Grosso¹⁴. Conforme Edmundo Mercer, o Porto de São Bento foi uma antiga fazenda situada à margem esquerda do Tibagi, quatro léguas acima da cidade do mesmo nome. Esse porto foi estratégico para as expedições que iam para o forte de Iguatemi, no Mato Grosso.

12 Cf. Francisco Tosi COLOMBINA. **Descobrimto das terras do Tibagi**. Maringá, [1753] 1974. p. 33.

13 Cf. Edmundo MERCER & Luiz L. MERCER. **História do Tibagi**, Curitiba, [1934] 1977, p. 23.

14 Para maiores detalhes sobre a campanha do Morgado de Mateus no Paraná e Mato Grosso, ver Afonso BOTELHO. **Notícia da Conquista e Descobrimto dos Sertões do Tibagi**; Heloisa L. BELLOTTO. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo**; Davi CARNEIRO. **Afonso Botelho de São Payo e Souza**.

Em março de 1771, a terceira expedição da campanha de Afonso Botelho, comandada pelo capitão Francisco Lopes da Silva, desceu o rio Ivaí até as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo, abandonada pelos espanhóis devido aos ataques bandeirantes em 1632: *ali mandou o capitão botar roças e principiou o seu estabelecimento, dando-lhe o nome de Vila Real do Rio Mourão*¹⁵. Essa tentativa de estabelecer um posto de suprimentos para as expedições que desciam o rio Ivaí em direção ao Mato Grosso, desde a barra do rio Corumbataí com o Ivaí, não prosperou e em pouco tempo a localidade foi novamente abandonada e a floresta voltou a cobrir os vestígios da ocupação humana no local.

A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA E PALMAS

No século XVIII, a corte reagia indignada ao desassossego que imperava nos territórios do sul do Brasil, no dizer das autoridades: *infestados de selvagens*. A Carta Régia de novembro de 1808 relata ataques generalizados por todo o sul do Império, principalmente nos Campos Gerais de Curitiba, de Guarapuava e nos campos das cabeceiras do rio Uruguai. O Príncipe Regente propunha então guerra contra os índios, que matavam *cruelmente todos os fazendeiros e proprietários* estabelecidos nesses campos. Indignava-se ele com o abandono dos Campos Gerais de Curitiba e os de Guarapuava, assim como das terras com as vertentes voltadas para o rio Paraná.

Tentativas de conquista e de ocupação tinham sido feitas, como as das expedições de Afonso Botelho, nos anos de 1769 a 1774, as quais foram rechaçadas pelos índios Kaingang, então senhores desses territórios.

15 Cf. Afonso BOTELHO. Notícia da Conquista e Descobrimto dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 76, 1956, p. 10.



Figura 11 - Ataque dos Kaingang aos soldados de Afonso Botelho.

Fonte: Amoroso, 2000.

Passados quarenta anos, os campos Gerais, os de Guarapuava e Palmas continuaram:

infestados pelos índios denominados Bugres que matão cruelmente todos os fazendeiros e proprietários que nos mesmos Paizes tem procurado tomar sesmarias e cultivalas, em beneficio dos Estado. (...) a maior parte das Fazendas que estão na dita Estrada (São Paulo-Rio Grande do Sul) serão despovoadas humas por terem os índios Bugres morto os seus moradores e outras com o temor que seirão igualmente victimas (CARTA...¹⁶).

Desde a expulsão de Afonso Botelho e suas tropas dos Koran-bang-rê (Campos de Guarapuava), em 1772, os Kaingang, encorajados, faziam incursões cada vez mais ao ocidente. No início do século XIX, eram senhores dos territórios a oeste da estrada do Viamão, e atacavam constantemente fazendas, vilas e viajantes nas suas imediações.

Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, o Império tomou uma resolução: os índios deveriam ser combatidos, catequizados, “civilizados”, e seus territórios deveriam ceder lugar a prósperas fazendas de gado. O governador da província de São Paulo convocou o experiente militar Diogo Pinto de Azevedo para organizar a ocupação dos territórios dos Kaingang e mantê-los afastados das fazendas de gado. Diogo Pinto era um militar disciplinado, duro, experiente e conhecedor dos campos de Guarapuava, pois ali estivera com o capitão Paulo Chaves em 1774. Era o perfil ideal para o empreendimento, e em 1809 já se encontrava nos Campos Gerais, refazendo o antigo caminho das expedições de Afonso Botelho.

16 Cf. Carta Régia de novembro de 1808. In: Romário MARTINS. **Documentos Comprobatórios** dos direitos do Paraná na questão de limites com Santa Catharina. vol. II, p. 86.

Dessa forma, o ano de 1810 foi marcado pela chegada aos campos de Guarapuava de uma enorme expedição com mais de trezentas pessoas, das quais cerca de duzentas eram soldados. O objetivo da expedição era ocupar esses campos, abrindo espaço para as fazendas de criação. No dia dois de julho, seus integrantes acamparam no lugar denominado Atalaia, último ponto alcançado pelo capitão Paulo Chaves em 1774. No dia 29 de agosto, os Kaingang fizeram um ataque em massa ao acampamento. Diogo Pinto e o padre Francisco das Chagas Lima atestaram a firme defesa do tenente Antonio da Rocha Loures.

Sustentou corajosamente a defesa deste Aquartelamento da Atalaia por espaço de seis horas no primeiro e profiado combate que atentarão os índios deste continente quando virão nossa gente abarracado nos seus campos¹⁷.

Na batalha, foram mortos e feridos muitos índios, ocorrendo na força militar de Rocha Loures apenas ferimentos leves. Os kaingang sofreram uma forte derrota e dispersaram-se pelos campos ao sul e a oeste da fortificação de Atalaia. Mas continuaram a atacar as forças de Diogo Pinto. Foram três meses de guerra contra uma tropa de mais de duzentos soldados armados, inclusive com peças de artilharia, e foram acantonados na fortaleza de Atalaia, o primeiro nome da futura vila de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava.

17 Cf. Atestado do comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal e do padre Francisco das Chagas Lima, elogiando a ação do tenente Rocha Loures na defesa do quartel de Atalaia, atacado pelos índios em 29 de agosto de 1810. In: FRANCO Arthur Martins. **Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava**. p. 95.



Figura 12 - Forte de Atalaia em Guarapuava.
Fonte: Kruger, 1999, p.15.



Figura 13 - Fortaleza de Atalaia reconstruída como monumento comemorativo por ocasião dos 200 anos de fundação de Guarapuava.
Fonte: Foto de Felipe Brugg, in: Google Earth, agosto de 2012.

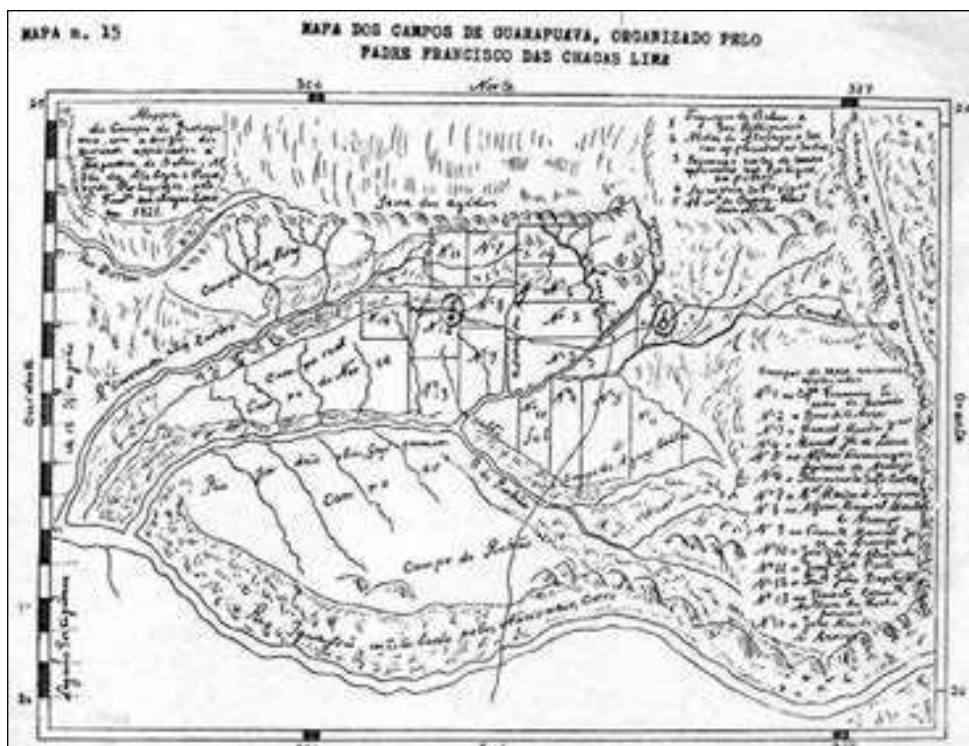


Figura 14 - Mapa dos campos de Guarapuava, organizado pelo padre Francisco das Chagas Lima com destaque para sesmaria dos índios de Guarapuava, concedida pelos Capitães Generais da Capitania de São Paulo de 1721 a 1821.

Fonte: Moreira, 1975, p. 206.

Os Kaingang foram derrotados nessa batalha de 1810, porém sua resistência continuou. Passados cinco anos da ocupação dos campos guarapuavanos entre os rios Coutinho e Jordão, os brancos começaram a se movimentar em direção aos campos de Palmas, ao sul de Guarapuava, onde chegaram vinte anos depois. Em 1839, os fazendeiros de Guarapuava tinham conquistado os Krei-bang-rê (Campos de Palmas) e ali tinham instalado trinta e sete fazendas com mais de trinta mil cabeças de gado e fundaram a vila de Palmas.

O ESTABELECIMENTO DAS FAZENDAS DE GADO NOS TERRITÓRIOS DOS KAINGANG NO TIBAGI NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

No século XIX, também foi iniciada a ocupação da bacia ocidental do Tibagi e dos campos ao seu norte pelos grandes fazendeiros dos Campos Gerais paranaenses, que procuravam expandir seus domínios. Em 1794, Antônio Machado Ribeiro – capitão de mato do sargento mor José Felix da Silva – atravessou o rio Tibagi, acima do rio Iapó, e ocupou o lugar onde seria a cidade de Tibagi, no coração dos territórios Kaingang. Em 1812, o próprio José Felix da Silva comandou uma expedição militar ao Tibagi. Por esse feito, lhe foi dada a patente de tenente-coronel de milícias para que ele

comandasse, as suas próprias custas, uma expedição para descobrir o que houvesse no Tibagi. José Felix entrou com uma companhia de aventureiros pelo Tibagi e descobriu diamantes na região. Essas descobertas explicam o rápido enriquecimento de José Felix da Silva, dono da Fazenda Fortaleza e de muitas outras na região de Castro e Tibagi¹⁸.

Em 1820, Auguste de Saint-Hilaire excursionou pelos territórios do Paraná, vindo de Sorocaba, SP, pelo caminho dos tropeiros até Curitiba, onde presenciou a partida de expedições militares organizadas pelos fazendeiros da região contra os Kaingang a oeste das grandes fazendas de criação; dessa maneira, foram implantadas fazendas de gado nas terras conquistadas dos Kaingang.

A conquista desses territórios prosseguiu para o norte, no curso do rio Tibagi. Em 1838, iniciou-se a ocupação dos Campos do Inhoó por Manoel Inácio do Canto e Silva. John Elliot informou que oito anos antes de sua entrada nesses campos, em 21/10/1846, o neto de José Felix da Silva, o coronel Manoel Inácio, mandara abrir uma picada de cargueiros até esses campos, e para deles tomar posse, mandou queimá-los.

A partir da década de 1840, as iniciativas de ocupação das terras da bacia do Tibagi foram levadas adiante pelo Barão de Antonina (João da Silva Machado). Este encarregou Joaquim Francisco Lopes e John Henrique Elliot de realizar várias expedições de reconhecimento na região. Conforme Elliot, a 2ª expedição enviada pelo Barão foi comandada por Joaquim Francisco Lopes e por ele, como piloto mapista, em um total de nove pessoas. Saíram da fazenda Monte Alegre, pertencente a Manoel Inácio do Canto e Silva, atravessaram o Tibagi e seguiram rumo ao norte-noroeste em direção à Serra da Apucarana. No dia 15/9/1846, chegaram ao rio Apucarana, nas fraldas da serra. Subiram a serra e, por vários dias, esperaram até que as condições atmosféricas lhes permitissem vislumbrar toda a região. Elliot afirmou que desse local avistou os campos do Inhoó, distantes de oito a nove léguas a nordeste da margem ocidental do Tibagi, bem como as grandes áreas de florestas que se estendiam em direção aos rios Ivaí e Paranapanema. Desse mirante, concluíram que o Tibagi deveria ser navegável logo abaixo desses campos e que seria necessário explorá-los, para ver se comportariam a instalação de um depósito de gado, bem como verificar as condições para o fornecimento de pastagens para as tropas que seguissem com mercadorias para embarcar no Tibagi, rumo ao Mato Grosso. Após estudar os relatos, o Barão determinou que eles deveriam prosseguir as explorações para abrir um caminho de Curitiba ao Mato Grosso.

18 Cf. CHICHORRO, Manuel da cunha Azeredo Coutinho. Memória em que se mostra o estado econômico militar e político da Capitânia de São Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8/12/1814. In: **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 219 1873.

Uma semana depois de terem chegado da Serra da Apucarana, Lopes e Elliot, mais o genro do Barão de Antonina, partiram para os campos do Inhoó. Era uma expedição de 30 pessoas, com dois índios como guias. Iniciaram a picada em 21/10/1846, e em 20/11/1846 chegaram a esses campos. Lá, queimaram-nos e os índios responderam com fogos em três lugares diferentes; a norte distante seis a oito léguas, e mais um a nordeste a quatro léguas. Demoraram na exploração dessas campinas 10 dias, porque eram várias campinas entremeadas de matos. No dia 4/12/1846, eles se encontravam nos campos de Inhoó, que denominaram São Jerônimo. Concluíram que esses campos eram o suficiente para a instalação de um depósito, isto é, um entreposto entre o futuro porto do Jataí e Castro.

Em 16/12/1846, Lopes e Elliot e mais 12 pessoas, por determinação do Barão, rumaram dos Campos do Inhoó rumo ao norte por uma ou duas léguas, acompanhando o Tibagi. Seguiram para o ribeirão Santa Bárbara, e depois acompanharam o rio Congonhas. Tudo indica que o itinerário seguido foi o divisor de águas entre o rio Congonhas e o rio Tibagi. No dia 13/1/1847, estavam de volta aos campos do Inhoó, depois de 25 dias.

Em 15/3/1847, a 5ª entrada de Lopes e Elliot, também por determinação do Barão de Antonina, partiu dos Campos do Inhoó em direção aos fogos dos índios que eles tinham visto na exploração de novembro de 1846. Depois de atravessarem o rio Congonhas¹⁹, a seis léguas dos campos de Inhoó, chegaram às terras queimadas.

Ainda em 1847, o Barão de Antonina ordenou a José Francisco Lopes e João H. Elliot que partissem para descobrir o caminho para o Mato Grosso. Em 14/6/1847, Elliot, Lopes e três camaradas embarcaram no Tibagi, uma légua abaixo dos Campos do Inhoó. Dia 20/9/1847, iniciaram a viagem de retorno de Albuquerque, no Mato Grosso, para Perituba, em São Paulo, onde chegam em 27/12/1847, com seis meses e treze dias de viagem.

A partir dessa data, os territórios do cacique Inhoó, nos planaltos a leste do rio Tibagi, seriam transformados em entreposto comercial, caminho para o Mato Grosso e fazenda de criação do Barão de Antonina. O comerciante Antônio Prestes, em viagem para o Mato Grosso, em 1851, passou por São Jerônimo e lá encontrou José Raymundo Curim como administrador da fazenda do Barão de Antonina²⁰. Podemos constatar que após seis anos da chegada de Lopes e Elliot aos campos do Inhoó, o

19 Elliot relatou que assim nominaram esse rio devido à abundância de erva-mate do local.

20 Cf. PRESTES, Antonio Dias Baptista. Viagem do Capitão D. Prestes e seu irmão Manoel D. B. Prestes desta província de São Paulo a Cuiyabá em 21/04/1851. **RIHGS**, São Paulo, n. 28, p. 775, 1851.

O Paraná provincial 1853 – 1889

A EMANCIPAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Entre 1660 a 1770, a região foi elevada a status de capitania, denominada Capitania de Paranaguá. Em 1770, com a restauração da Capitania de São Paulo, ela foi extinta e incorporada por esta como comarca. Em 1812, a sede da comarca, que era em Paranaguá, foi transferida para Curitiba e passou a se chamar Quinta Comarca de Paranaguá e Curitiba.

A luta pela emancipação política do Paraná teve seus antecedentes em 1811, quando Pedro Joaquim Correia de Sá, com pretensões de ser Capitão-Mor, tentou junto à corte do Rio de Janeiro a emancipação da Comarca, mas fracassou.

A segunda tentativa ocorreu em 1821, quando os defensores da emancipação retomaram o movimento, organizando a denominada “Conjura Separatista”. Essa tentativa também fracassou, pois o Juiz de Fora Antonio Azevedo Melo e Carvalho – que visitava o Paraná – não atendeu ao apelo de Bento Viana – capitão da Guarda de Regimento de Milícia de Paranaguá – para que nomeasse um governo provisório independente de São Paulo.

Mesmo com um desfecho desfavorável, o desejo de autonomia permanecia. Frequentemente, as Câmaras de vereadores de Paranaguá, Morretes, Antonina, Lapa, Curitiba e Castro solicitavam a autonomia ao Governo Imperial Brasileiro.

Destarte, em 1835 ocorreu um fator favorável e decisivo para a autonomia do Paraná. Os liberais do Rio Grande do Sul entraram em luta contra o Império, organizados na “Revolução Farrroupilha”, e os liberais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, revoltados com a política “conservadora” do governo central, se uniram com os farrapos e organizaram uma única frente revolucionária. Todavia, os liberais da Quinta Comarca em Curitiba, cooptados pelo Barão de Antonina, não aderiram ao movimento. O Governo Imperial negociou com os liberais curitibanos, através de João da Silva Machado e dos Chefes das forças legalistas, Duque de Caxias, a emancipação da Comarca. O Governo do Império conseguiu assim o apoio dos liberais da Quinta Comarca para vencer os revolucionários.

Dessa forma, retomou-se em 1843 ao projeto de emancipação da Quinta Comarca na Assembleia Geral Legislativa no Rio de Janeiro. Entre idas e vindas, conseguiu-se aprovação em 2 de agosto de 1853, elevando a Quinta Comarca de São Paulo à categoria de Província do Paraná. A instalação oficial foi realizada em 19 de dezembro de 1853, onde tomou posse o primeiro presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, tendo Curitiba como capital.

Lei nº 704 de 29 de agosto de 1853

Eleva a Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, à categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná.

Dom Pedro Segundo, por graça de Deus, e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos nossos súditos que a Assembléia Geral Legislativa decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º - A comarca de Curitiba, na Província de São Paulo fica elevada à categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca.

Art. 2º - A nova Província terá por Capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembléia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3º - A Província do Paraná dará um Senador, e um Deputado à Assembléia Geral; sua Assembléia Provincial constará de 20 membros.

Art. 4º - O Governo fica autorizado para criar na mesma Província, as estações fiscais indispensáveis para arrecadação e administração das rendas gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembléia Geral para definitiva aprovação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram, e a façam cumprir e guardar tão inteiramente quanto nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios do Império

A faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palácio do Rio de Janeiro, aos 29 de agosto de 1853, trigésimo segundo da Independência e do Império.

*Assinam: Imperador Pedro II
e Francisco Gonçalves Martins*

Fonte: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1853 , Página 50 Vol. 1 pt I (Publicação Original).

A vida política da província paranaense de 1853 a 1889

A Província do Paraná teve, ao longo de 1853 a 1889, cinquenta e três períodos de governos; vinte e sete presidências; quarenta e um presidentes em exercício e vinte e seis períodos de vice-presidência e retorno presidencial.

Os presidentes eram escolhidos entre aqueles que pertenciam ao partido político dominante e nomeados diretamente pelo imperador D. Pedro II. De 1853 a 1870, os governantes vieram de outras províncias. No período subsequente (1870 a 1889), o imperador fez algumas nomeações de pessoas procedentes da província para ocupar o cargo de presidente e vice-presidente da Província.

As justificativas para a nomeação dos presidentes e dos vice-presidentes oriundos de outras províncias era que o Paraná tinha uma pequena projeção política e econômica no Império e não possuiria elementos com “boa formação político-administrativa” para o cargo majoritário na Província. No entanto, sabemos que a nomeação para a presidência das províncias no Brasil era utilizada pelo imperador Pedro II para acomodar as forças políticas que o apoiavam.

O imperador geralmente escolhia governantes fiéis e aliados ao governo imperial. A intenção era criar e estabelecer governos provinciais comprometidos com os interesses do governo central e promover alianças com as elites dominantes locais. Eram dois partidos políticos dos quais esses representantes faziam parte: o Conservador e o Liberal. Os partidos na província eram dominados pelas oligarquias locais que escolhiam os seus representantes aos cargos políticos¹. A disputa entre os conservadores e os liberais não representava uma dificuldade à nomeação dos cargos; na realidade, seus programas políticos não diferiam um do outro e não havia uma oposição efetiva entre eles.

No Paraná, os principais líderes liberais foram Jesuíno Marcondes de Oliveira e Manuel Alves de Araújo, que formavam as famílias dos Barões do Tibagi e dos Campos Gerais. Os líderes conservadores foram Manuel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar) e Manoel Francisco Correia, que formavam as famílias do litoral que controlavam o comércio importador e exportador da erva-mate.

O cargo majoritário da província foi ocupado pela primeira vez em 19 de dezembro de 1853, quando foi instalada oficialmente a província paranaense, e o primeiro Presidente da Província paranaense foi o baiano Zacarias de Góes e Vasconcellos.

1 Geralmente, esses representantes aos cargos políticos eram eleitos pelo “voto de cabresto”, e através da troca de “favores” os coronéis (elites dominantes locais) exigiam que as pessoas votassem nos candidatos indicados por eles. Aquele que se negasse a votar podia sofrer violência de capangas ou jagunços que trabalhavam para os coronéis.

**Quadro 1 - Galeria de presidente e
 vice-presidentes da província do Paraná (1853-1889)**

Nº	PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES	NOMEAÇÃO	PERÍODO DE GOVERNO	OBSERVAÇÃO
1	Zacarias de Goes e Vasconcelos (Pres.)	17.09.1853	19.12.1853 a 03.05.1855	1º Presidente e Instalador da Província. Origem: Bahia. Era do partido Conservador e em 1862 passou a ser Liberal
2	Theófilo Ribeiro de Rezende (Vice)	17.09.1853	03.05.1855 a 27.07.1855	Nomeação para 2º vice-presidente. Origem: São Paulo. Era do Partido Conservador
3	Henrique de Beaurepaire Rohan (Vice) – Liberal	-27.07.1855	27.07.1855 a 01.03.1856	Origem: Rio de Janeiro
4	Padre Vicente Pires da Mota (Pres.)	15.09.1855	01.03.1856 a 26.09.1856	Origem: São Paulo. Era do Partido Conservador
5	José Antônio Vaz de Carvalhaes (Vice)	06.09.1856	26.09.1856 a 11.11.1857	2º vice-presidente. Origem: São Paulo Era do Partido Conservador
6	Francisco Liberato de Matos (Pres.)	18.08.1857	11.11.1857 a 26.02.1859	Origem: Bahia - Partido Liberal
7	Luis Francisco Câmara Leal (Vice)	24.03.1857	26.02.1859 a 02.05.1859	3º vice-presidente e passou a 1º vice no início de 1859. Origem: Rio de Janeiro. Era do Partido Conservador
8	José Francisco Cardoso (Pres.)	28.02.1859	02.05.1859 a 16.03.1861	Deposto pelas "Cardosadas". Origem: Rio de Janeiro - Partido Liberal
9	Antônio Barbosa Gomes Nogueira (Pres.)	31.01.1861	16.03.1861 a 31.03.1863	Origem: Minas Gerais. Era do Partido Conservador
10	Manoel Antônio Ferreira (Vice)	26.11.1862	31.03.1863 a 05.06.1863	1º paranaense a compor o governo Provincial - 2º vice-presidente. Origem: Paraná. Era do Partido Conservador
11	Sebastião Gonçalves da Silva (Vice)	26.11.1862	05.06.1863 a 07.03.1864	1º vice-presidente. Origem: Pernambuco. Sem menção de Partido.
12	José Joaquim do Carmo (Pres.)	23.01.1864	07.03.1864 a 18.06.1864	Origem: Rio de Janeiro - Partido Liberal
13	André de Pádua Fleury (Pres.)	s/d	18.06.1864 a 19.08.1864	Origem: Paraná - Partido Liberal
14	Agostinho Ermelino de Leão (Vice)	s/d	19.08.1864 a 18.11.1864	1º período de governo. Origem: Paraná – s/menção de partido
15	André de Pádua Fleury (Pres.)	12.10.1864	18.11.1864 a 04.06.1865	2º período de governo. Origem: Paraná - Partido Liberal
16	Manoel Alves de Araújo (Vice)	10.12.1864	05.06.1865 a 18.08.1865	1º vice-presidente Origem: Paraná - Partido Liberal
17	André de Pádua Fleury (Pres.)	s/d	18.08.1865 a 23.03.1866	3º período de governo Origem: Paraná - Partido Liberal
18	Agostinho Ermelino de Leão (Vice)	31.01.1866	23.03.1866 a 15.11.1866	2º vice-presidente - 2º período de governo Origem: Paraná – s/menção de partido
19	Polidoro César Burlamaque (Pres.)	06.09.2866	15.09.1866 a 11 /17.08.1867	Abandona o governo em 17.08.1867 Origem: Piauí – s/menção de partido
20	Carlos Augusto Ferraz de Abreu (Vice)	23.03.1867	16.08.1867 a 23/31.10.1867	1º vice-presidente. Origem: Rio de Janeiro. Era do Partido Conservador
21	José Feliciano Horta de Araújo (Pres.)	29.09.1867	31.10.1867 a 05.05.1868	Origem: Minas Gerais - Partido Liberal
22	Carlos Augusto Ferraz de Abreu (Vice)	s/d	05/29.05.1868 a 14.09.1868	2º período de governo. Origem: Rio de Janeiro. Era do Partido Conservador
23	Antônio Augusto da Fonseca (Pres.)	22.07.1868	14.09.1868 a 01.09.1869	Pediu demissão em 27.03.1869 Origem: São Paulo – Partido Conservador
24	Agostinho Ermelino de Leão (Vice)	s/d	28.08.1869 a 26.09.1869	3º período de governo. Origem: Paraná – s/menção de partido
25	Antônio Luís Afonso de Carvalho (Pres.)	20.10.1869	27.11.1869 a 28.08.1870	Origem: Bahia - s/menção de partido
26	Agostinho Ermelino de Leão (Vice)	s/d	20.04/05.1870 a 24.12.1870	4º período de governo. Origem: Paraná - s/menção de partido

27	Venâncio José de Oliveira Lisboa (Pres.)	s/d	24.12.1870 a 15.01.1873	Origem: Rio de Janeiro – Partido Conservador
28	Manoel Antônio Guimarães (Vice)	03.01.1873	15.01.1873 a 13.06.1873	3º vice-presidente – Visconde de Nácar - Origem: Paraná – Partido Conservador
29	Frederico José de Araújo Abranches (Pres.)	29.03.1873	13.06.1873 a 02.05.1875	Origem: São Paulo – Partido Conservador
-	Agostinho Ermelino de Leão (Vice)	s/d	02.05.1875 a 08.05.1875	5º e último período de governo. Origem: Paraná - s/menção de partido
30	Adolfo Lamenha Lins (Pres.)	10.04.1875	03.05.1875 a 16.07.1877	Origem: Pernambuco - Partido Liberal
31	Manoel Antônio Guimarães (Vice)	s/d	16.07.1877 a 17.08.1877	2º período de governo. Origem: Paraná – Partido Conservador
32	Joaquim Bento de Oliveira Junior (Pres.)	04.07.1877	17.08.1877 a 07.02.1878	Origem: Minas Gerais – Partido Conservador
33	Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (Vice)	01.02.1878	07.02.1878 a 23.03.1878	1º período de governo – 1º vice-presidente. Origem: Paraná - Partido Liberal
34	Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes (Pres.)	30.01.1878	23.03.1878 a 31.03.1879	Origem: Bahia - Partido Liberal
35	Jesuíno Marcondes de oliveira e Sá (Vice)	s/d	31.03.1879 a 23.04.1879	2º período de governo. Origem: Paraná - Partido Liberal
36	Manoel Pinto de Souza Dantas Filho (Pres.)	15.03.1879	23.04.1879 a 04.08.1880	Origem: Bahia - Partido Liberal
37	João José Pedrosa (Pres.)	25.07.1880	04.08.1880 a 03.05.1881	1º paranaense nomeado pelo Imperador - Origem: Paraná - Partido Liberal
38	Sancho de Barros Pimentel (Pres.)	24.03.1881	03.05.1881 a 26.01.1882	Origem: São Paulo - Partido Liberal
39	Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (Vice)	s/d	s/d	3º período de governo Origem: Paraná - Partido Liberal
40	Carlos Augusto de Carvalho (Pres.)	01.02.1882	06.03.1882 a 26.05.1883	Origem: Rio de Janeiro - Partido Liberal
41	Antônio Alves de Araújo (Vice)	14.05.1883	26.05.1883 a 03.09.1883	1º vice-presidente - 1º período de governo Origem: Paraná - Partido Liberal
42	Luís Alves Leite de Oliveira Belo (Pres.)	30.06.1883	03.09.1883 a 05.06.1884	Origem: Rio de Janeiro - Partido Liberal
43	Brasílio Machado de Oliveira (Pres.)	29.07.1884	05.06.1884 a 21.08.1885	Origem: São Paulo - Partido Liberal
44	Antônio Alves de Araújo (Vice)-	s/d	24/26.08.1885 a 18.09.1885	2º período de governo. Origem: Paraná - Partido Liberal
45	Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (Vice)	30.08.1885	20.09.1885 a 29.09.1885	1º vice-presidente – 1º período de governo Origem: Paraná – Partido Conservador
46	Alfredo D'Escagnolle Taunay (Pres.)	30.08.1885	29.09.1885 a 03.05.1886	Origem: Rio de Janeiro - Partido Liberal
47	Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (Pres.)	18.10.1886	03.05.1886 a 26.12.1887	2º paranaense p/ nomeação direta do Imperador. 3º período Origem: Paraná – Partido Conservador
48	Antônio Ricardo dos Santos (Vice)	15.12.1887	29.12.1887 a 09.12.1888	2º vice-presidente em 03.12.1887 e 1º em 15.12.1887 Origem: Paraná – Partido Conservador
49	José Cesário de Miranda Ribeiro (Pres.)	23.12.1887	09.02.1888 a 30.06.1888	Origem: Minas Gerais – Partido Conservador
50	Ildefonso Pereira Correia (Vice)	26.11.1887	30.06.1888 a 04.07.1888	Barão de Serro Azul Origem: Paraná – s/menção do partido
51	Balbino Candido da Cunha (Pres.)	15.06.1887	04.07.1888 a 29.05.1889	Origem: Minas Gerais – Partido Conservador
52	Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (Pres.)	15.06.1889	16.06.1889 a 23.08.1889	3º e último paranaense presidente – 4º p. de governo. Origem: Paraná – Partido Liberal
53	Joaquim José Alves (Vice)	15.06.1889	03.09.1889 a 11.09.1889	1º vice-presidente. Origem: Paraná - Partido Liberal
-	Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (Pres.)	s/d	12.09.1889 a 16.11.1889	5º e último período de governo provincial Origem: Paraná - Partido Liberal

Fonte: CARNEIRO, D. **História do período provincial do Paraná**: galeria de presidentes 1853-1889. Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1960.

As ações de reconhecimento dos territórios do Paraná na segunda metade do século XIX

Em abril de 1851, quando o Paraná ainda era uma Comarca de São Paulo, partiu da Colônia Militar do Jataí uma expedição com quinze canoas carregadas com cem cargas de sal destinadas ao Mato Grosso. Essa monção era do Barão de Antonina, que experimentava esse comércio em associação com os irmãos Antônio e Miguel Prestes. Ela tinha como guia Joaquim Francisco Lopes; iam também John H. Elliot e 47 índios contratados como canoeiros. Depois de dezesseis meses estavam de volta ao Jataí².

A rota inaugurada pelo Barão de Antonina com cargas de sal para o Mato Grosso tornou-se em seguida uma rota militar rumo aos postos de fronteira com o Paraguai. Em 1855, com o Paraná já emancipado de São Paulo, o Governo Imperial enviou por ela o capitão do exército Manoel Joaquim Pinto Pacca *com comunicações, ao que parece, importantíssimas para nossos postos militares na fronteira do Paraguai*³. Em 1857, o Ministério da Guerra enviou uma comissão comandada pelo primeiro tenente de engenheiros Epiphanyo Cândido de Souza Pitanga para verificar as condições de navegabilidade dos rios Tibagi e Paranapanema. Os trabalhos realizados pelo tenente Epiphanyo Cândido de Souza Pitanga na rota para o Mato Grosso pelo Tibagi, em 1857, já estavam concluídos com os preparativos para a guerra com o Paraguai em 1864. Antonio Rebouças informou que em 1858 *mandou ao Matto Grosso por este caminho um batalhão de artilharia com as competentes peças e muitas munições ao commando do actual visconde de Itaparica*⁴.

Além da rota para o Mato Grosso, o Governo se preocupou em explorar as riquezas da Colônia Militar e das Colônias Indígenas do Paranapanema/Tibagi. Em meados de 1862, Joscelim Morocines Borba, prestando serviço no aldeamento de São Pedro de Alcântara, empreendeu uma exploração, com nove pessoas, a fim de verificar os campos e os possíveis aldeamentos dos Kaingang existentes entre os rios Tibagi e Pirapó⁵. Ainda em setembro de 1862, outra comissão exploradora, a do engenheiro Hegreville, chegou a São Pedro de Alcântara com a missão de remover a Colônia Indígena do Pirapó para um lugar sem doença. Hegreville iniciou

2 Cf. PRESTES, Antonio Dias Baptista. Viagem do Capitão D. Prestes e seu irmão Manoel D. B. Prestes desta província de São Paulo a Cuiyabá em 21/04/1851. **RIHGSP**, São Paulo, n. 28, p. 777, 1851.

3 Cf. REBOUÇAS FILHO, Antonio. In: RELATÓRIO do presidente Carvalho, 15/02/1870, Anexo.

4 Cf. REBOUÇAS FILHO, Antonio. In: RELATÓRIO do presidente Carvalho, 15/02/1870, Anexo.

5 Cf. CAVASO, Frei Emílio da. Sobre a atividade dos capuchinhos no Paraná. In: **BIHGEP**, Curitiba, n. 37, p. 262, 1980.

uma estrada de São Pedro de Alcântara em direção ao rio Pirapó⁶. Nesse momento, as atenções estavam voltadas para os vastos territórios que ficavam a oeste do rio Tibagi, e o primeiro alvo era chegar até o rio Pirapó e em seguida prosseguir até as barrancas do Ivaí e do Paraná.

Na década de 1860, também foram realizadas várias expedições no rio Ivaí. Gustavo Rumbelsperger apresentara uma planta e um roteiro da viagem que tinha realizado de setembro a dezembro de 1864 ao Presidente da Província André de Padua Fleury, o qual já tinha recebido um relatório do engenheiro Frederico Hegreville, encarregado de explorar os rios Tibagi e Paranapanema.

Em de janeiro de 1865, os irmãos e engenheiros Francisco e José Keller chegaram à colônia Teresa Cristina, no alto rio Ivaí, com a missão de explorar esse rio. Em maio, a expedição estava a 8,6 léguas (60,2 km) abaixo da antiga Vila Rica, e ali avistou os índios nas margens do Ivaí, um grupo numeroso, conforme relata Keller,

que pareciam mirar-nos postados uns no elevado barranco da margem, direita, outros nos rochedos do meio do rio. Ao mesmo tempo ouvimos o som da bozina, que tocava de espaço a espaço para reunir gente. Pelo modo porque se tinham disseminado ao lado do canal do meio do rio e tomado forte posição de cima do barranco, supozemos que intentassem impedir-nos a passagem, e, reunindo as canoas preparamos nossas armas (KELLER, 1866)⁷.

O encontro da expedição Keller com os Kaingang se deu em um dos paris (armadilhas) de pesca que estes últimos possuíam no rio Ivaí. Em um determinado momento, quando a situação parecia tensa, um cacique Kaingang chegou trazendo informações do Frei Timóteo e a situação se esclareceu. Frei Timóteo enviara uma mensagem para a expedição por meio dos Kaingang que saíam do Jataí para pescar em seus paris do rio Ivaí. O local onde os Kaingang pescavam era no Salto das Bananeiras (município de Ivaílândia). E se os índios pescavam nessas corredeiras é evidente que eles tinham outros pontos de pesca ao longo do rio Ivaí e seus afluentes e transitavam e acampavam por toda essa região. Os engenheiros Keller continuaram sua viagem pelos rios Ivaí, Paraná, Paranapanema e Tibagi, onde encontraram novas armadilhas de pesca dos Kaingang. Chegaram a Curitiba no dia 14 de outubro de 1865, após nove meses e meio de viagem com um conhecimento bastante completo dos rios Ivaí, Paraná, Paranapanema e Tibagi.

Ainda na década de 1860, uma nova expedição foi planejada para estudar uma

6 Cf. CAVASO, Frei Emílio da. Sobre a atividade dos capuchinhos no Paraná. In: **BIHGEP**, Curitiba, n. 37, p. 262-263, 1980.

7 KELLER, In: Relatório do presidente FLEURY, 15/02/1866, Anexo A: 5.

nova rota para o Mato Grosso. Dessa vez, a missão foi confiada ao engenheiro paranaense Antonio Pereira Rebouças:

Por aviso do ministério da agricultura de 4 de junho foi-me communucado que o governo geral tinha resolvido mandar proceder aos trabalhos de reconhecimento de uma estrada de rodagem para o Matto Grosso atravez desta provincia, e que, para taes trabalhos, tinha nomeado uma commissão composta dos engenheiros Antonio Pereira Rebouças Filho, como chefe, Pedro Aloys Scherer e Mauricio Schwarz, como ajudantes, a qual expedira as instrucções que me foram remetidas por copia⁸.

Para o início dos trabalhos, foram repassados 23:000\$000 (vinte e três contos de réis) ao engenheiro Rebouças, e em 3 de maio ele iniciou as explorações do trecho Guarapuava ao baixo Ivaí, que esperava ser concluída em novembro de 1869. Em 26 de novembro de 1869, Rebouças informou que a expedição tinha saído de Guarapuava em 2 de maio, composta de 32 pessoas entre trabalhadores, engenheiros etc., e possuía 25 animais para o transporte do material, bem como reses para o abate durante os trabalhos. Em 3 de outubro, chegaram às margens do Ivaí, tendo a medição atingido 183, 3 km a contar de Guarapuava. Rebouças acreditou que o ponto que chegaram ao Ivaí foi no ribeirão, anotado por Keller a 28 km acima da Corredeira do Ferro, hoje denominado rio Ligeiro, no município de Jussara. Rebouças tratou das riquezas da região e da possibilidade de se traçar a estrada de Guarapuava ao baixo Ivaí⁹. Os planos de Rebouças relativos à estrada para o Mato Grosso partindo de Guarapuava tinham sido discutidos por engenheiros na corte, e ele previa um tronco central de Antonina até Guarapuava e daí dois ramais: um para o Mato Grosso, acompanhando o Ivaí, e outro para Paraguai, margeando o rio Iguaçu, e um terceiro de alguma localidade do Iguaçu para Corrientes, na Argentina.

Anos mais tarde, a picada aberta pela expedição de Rebouças em 1865 serviu para que fazendeiros de Guarapuava chegassem até aos acampamentos Kaingang nos campos das cabeceiras dos rios Mourão e Goio-Erê, hoje município de Campo Mourão e municípios vizinhos. Nessa mesma época, o cacique Bandeira, dos Kaingang, visitou Guarapuava e convidou os brancos para visitá-los em suas moradias nos campos do Mourão¹⁰.

As explorações dos territórios ao longo do rio Ivaí continuaram na década seguinte. De junho de 1872 a abril de 1874, os ingleses comandados pelo engenheiro

8 ABREU, 14/09/1868: 21.

9 Antonio REBOUÇAS FILHO, In: LEÃO, 05/12/1869, Anexo.

10 Cf. CLEVE, Daniel. In: RELATÓRIO do presidente Pedrosa, 16/02/1881, p. 78.

Thomas Bigg-Wither pesquisaram o traçado de estrada de ferro pelo vale do rio Ivaí. Essa expedição fazia parte dos trabalhos de demarcação da futura Estrada de Ferro Paraná-Mato Grosso pelo vale do Ivaí, cujo projeto foi pensado em Londres e contou com o apoio do Barão de Mauá. Após encontro desastroso com os Kaingang na Corredeira do Ferro, onde foram mortos dois índios Kaingang, os trabalhos no rio Ivaí foram suspensos e Bigg-Wither foi explorar o rio Tibagi com Telêmaco Borba em 1874¹¹.

Ainda nessa década, os agentes da conquista estenderam suas explorações até o rio Piquiri. Em 1876, uma expedição de reconhecimento percorreu os rios Tibagi, Paranapanema, Paraná até Sete Quedas e entrou pelo rio Piquiri, comandada pelos irmãos Nestor e Telêmaco Borba e financiada pelo governo da província para o reconhecimento do salto das Sete Quedas no rio Paraná bem como para reconhecimento do rio Piquiri. Levaram nessa expedição índios Kaingang de São Pedro de Alcântara para servir de intérpretes, em uma clara intenção de contatar os Kaingang que viviam no vale do rio Piquiri e nos campos divisores das águas desse rio com o Ivaí¹².

Em março de 1882, o presidente Carlos A. de Carvalho recebeu um aviso do Ministério da Agricultura referente aos territórios dos Kaingang do vale do Piquiri. De acordo com as informações do fazendeiro guarapuavense Norberto Mendes Cordeiro, a região tinha uma população de 5.000 Kaingang dispostos a se relacionarem com os brancos. Objetivando incorporar esses territórios, o Ministro da Agricultura escreveu que tinha resolvido:

(...) mandar que se abra uma estrada que dos campos de Guarapuava demande o primeiro desses rios na parte navegável do seu curso, e bem assim que se estabeleça na sua proximidade um aldeamento (CARVALHO, 1882, p. 58)¹³.

Pôs à disposição do presidente Carvalho a quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis) na conta Catequese e Civilização dos Índios, e nomeou o engenheiro Emílio Gengembre para executar a obra. Em abril, o presidente Carvalho nomeou o engenheiro Pedro Leitão da Cunha como auxiliar de Gengembre e lhe deu como instrução organizar uma comissão de trabalho em Guarapuava com o apoio de Luiz Daniel Cleve e Norberto M. Cordeiro.

11 Cf. BIGG-WITHER, Thomas. **Novo Caminho no Brasil Meridional**: a província do Paraná - 1872/1875. Rio de Janeiro, [1878] 1974.

12 Cf. BORBA, Nestor. Excursão ao salto de Sete Quedas pelos capitão Nestor Borba. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 97, p. 65-87, 1896.

13 Cf. RELATÓRIO do presidente Carvalho, 01/10/1882, p. 58.

De Guarapuava, deveria seguir para os campos do Mourão e escolher um local para a fundação de uma Colônia Indígena. E, depois, deveria seguir com a picada pela margem direita do rio Piquiri até onde o rio propiciasse a navegação, indicando um local adequado para a fundação de outra Colônia Indígena e ainda outro local, na foz do Piquiri, para a fundação de uma Colônia Militar. Também deveria pesquisar o local das ruínas de Ciudad Real, explorar o rio Paraná entre o Salto das Sete Quedas e a foz do rio Iguatemi; explorar o rio Paraná até a foz do rio São Francisco e ver a possibilidade uma Colônia Militar às suas margens. Deveria ainda verificar a possibilidade de construir uma estrada de ferro acima e abaixo do Salto das Sete Quedas. Também deveria, desde o ponto onde não é mais possível navegar no rio Piquiri, estudar a possibilidade de uma estrada de rodagem ou de ferro ligando os Aldeamentos do Piquiri, Campo Mourão e a cidade de Guarapuava. Nessa cidade, deveria explorar o vale do rio Jordão ou do rio Cavernoso até o rio Iguaçu, em Porto União.

Os trabalhos da comissão consistirão no reconhecimento da região indicada com o fim de determinar aproximadamente os pontos obrigados de uma estrada de ferro em direcção ao rio Paraná, de modo a habilitar o governo a julgar dos traçados até hoje propostos. Será determinada a latitude e longitude dos pontos mais notáveis da exploração, de modo a servir o trabalho de subsidio a carta geral do Império, devendo todos os pontos determinados astronómica ou geodesicamente ser referidos ao Observatório do Rio de Janeiro. Nos pontos mais notáveis da exploração serão plantados marcos (CARVALHO, 1882, p. 59)¹⁴.

As determinações foram as seguintes em relação aos índios: deveriam buscar informações sobre as tribos, famílias, costumes, extensão dos territórios de cada grupo ou tribo e se a língua era comum a todos da região, para que o Governo pudesse organizar um corpo de intérpretes. Distribuiriam brindes para os índios, evitando qualquer incidente que pudesse atrapalhar os planos do Governo Imperial para ocupar a região. As praças do 2º Corpo de Cavalaria, aquartelados na região, só poderiam agir em caso de extrema urgência. Estava planejada, portanto, a última etapa para a conquista dos territórios indígenas do oeste, e com essas determinações desvendavam-se os territórios do **Paiquerê**, as terras do rio Piquiri e se chegava à última fronteira no rio Paraná.

Em seguida, o presidente Carvalho começou a receber os relatórios da comissão Gengembre. O primeiro foi em 11 de junho, quando o engenheiro lhe comunicou

14 RELATÓRIO do presidente Carvalho, 01/10/1882, p. 59.

que fizera o reconhecimento da região desde o rio Butiazinho, Bahu e Jarão para poder entrar no vale do rio Piquiri. No dia 20 de julho, outro ofício comunicou que os trabalhos seguiam bem, apesar do frio (os termômetros registraram oito graus negativos). Um mês depois, em 20 de agosto, o engenheiro escreveu que entrara pelo rio Jarão e acompanhara o Piquiri pela sua margem esquerda, mas o rio dava uma volta muito grande para oeste-sudoeste, tirando a picada do rumo das Sete Quedas, aumentando a distância sobre um terreno de difícil passagem. O engenheiro evitou essa volta do rio, atravessando-o duas vezes para escapar da volta, retomando a picada na margem esquerda do Piquiri.

Em maio de 1883, queixando-se da morosidade do engenheiro Gengembre, o presidente Carvalho solicitou sua exoneração e ele foi dispensado em 13 de dezembro de 1883. A demissão do engenheiro e do seu ajudante, mais a falta de recursos financeiros, deixaram as atividades dessa estrada suspensas durante o ano de 1883. Mas Gengembre tinha feito um relatório em fins de 1882, no qual relatou os trabalhos realizados:

Levei o caminho de cargueiros até o baixo Pequery ou Paquerê, no lugar do Paryhê ponto onde o caminho deve atravessar o rio n'um vão excelente que no dizer dos índios tem pouco fundo, mostrando elles que a agua dá até pouco acima do tornozello.

Chegando, porem, o acampamento ao Par dos índios Jany-gio e major, e achando-me com poucos mantimentos por ter inesperadamente de sustentar cinco caciques que tinham vindo ao meu encontro com sua gente, com os animaes enfraquecidos por uma longa estada no matto, que me faziam receiar não poder voltar se a demora se prolongasse, tendo se ausentado o meu linguar por doente, assentei então de regressar para Guarapuava para munir de mais mantimentos e de gente, pois alguns estavam estragados, e para arranjar uma tropa de animaes novos e um outro linguar de que não podia prescindir; sendo que o mais motivou o meu regresso foi ter de dar cumprimento á ordem de V. Ex. a respeito da prestação de contas.

Estão abertas 34 legoas e 250 metros de picada, prestando-se ao serviço de cargueiros; desta extensão 28 legoas e 250 metros são medidos até o pary dos índios aonde existem 4 toldos: do major Ca-nian, Janggio, Joaquim Cueu e Carité; o rio nesta altura tem 308 metros de largura, ali esta a corredeira que forma o pary dos índios. Nesta parte a navegação é possível por canôa, dificultosa na estação da secca e facil na estação chuvosa. O rio Cantú desagua no Pequery poucas legoas acima desse ponto, dahi para baixo acaba-se a região montanhosa que vem ate ahi dos campos de Guarapuava. O rio de ribanceiras elevadas, é bello de se ver deslisandos-se com velocidade entre as coxilhas de declives suaves que lhe orlão as margens a perder de vista.

Pelo cimo desta coxilha, por minha ordem e dando ferramentas e mimos, os índios do cacique Deperge ou Deferché, que tem o seu toldo no ultimo pary do rio Paquere, chamado Pari-hé, guiados pelo cacique Joaquim Cueu (que me acompanha desde o principio) e sob as ordens de Iambré, abriram uma picada de cargueiro, ligando os toldos do pary dos índios ao toldo do Pari-hé, passando pelo toldo do cacique Nem-Cur; esta picada, que eu mandei explorar até certa altura, esta bem feita e se presta perfeitamente a passagem de cargueiros; esta picada tem mais ou menos 6 legoas de comprimento e



mostra a inteligência do índio que compreendeu perfeitamente a necessidade de um caminho de cargueiro so por ter presenciado os meus trabalhos; porem é bom observar que o terreno é excellent e que só se tratava de acompanhar o cimo de uma coxilha.

No lugar do Pari-hé o caminho transpora o rio (que os índios de lá chamão Bang-eu ou Pang-eré) que no dizer dos índios dá vão, chegando a agua até um pouco acima do tornozello.

Do Pari-hé em diante a navegação é facil até a foz no Paraná, encontram-se, porem, duas corredeiras fracas, a ultima tão perto da foz no Paraná que desta se a encherça, é provavelmente a corredeira que o Sr. Nestor Borba denominou Nha Barbara. Na estação chuvosa estas corredeiras desaparecem e a navegação é franca do Par-hé ao Paraná.

O pari dos índios esta distante de Guarapuava 38 legoas e 25º, o Pari-hé 44 leguas desde o ponto até a cachoeira das Sete Quedas haverá (distancia calculada) 10 leguas. Total geral da cidade de Guarapuava á Cachoeira 54 leguas. Esta longa distancia tem por ponto de refresco para gente e animaes a campina de Victorino que dista 13 leguas e 5 kilometros do campo (rio do cobre) e 23 leguas e 5 kilometros da cidade de Guarapuava; desta campina ao Pari-hé o terreno é o melhor possível tanto para estrada de rodagem como para estrada de ferro. No relatorio final e na planta annexa que terei a honra de apresentar a V. Ex. minuciosamente serão expostos todos os accidentes do terreno, assim, como a topografia o systema orographico da extensão percorrida (CARVALHO, 1883, p. 6)¹⁵.

Nas décadas seguintes, outras explorações oficiais ou particulares foram realizadas nos vales do Ivaí e Piquiri.

Em 1896, o General José Cândido da Silva Muricy desceu o Ivaí até as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo em busca de antigos tesouros supostamente deixados pelos jesuítas¹⁶.

Em 1911, Edmundo Mercer, morador da cidade de Tibagi, foi contratado pela firma Cole & Weiss, de Curitiba, para abrir uma picada do rio Ivaí, entre salto das Ariranhas e Ubá, até Campo Mourão. Ali chegando, encontrou cerca de dez famílias que tinham vindo de Guarapuava provavelmente pela trilha aberta por Rebouças. A informação de Luiz Leopoldo Mercer, filho de Edmundo, é de que seu pai, no ano de 1910, a serviço da firma Colle & Weiss, abriu um picadão desde o Salto Ubá, no Ivaí, até as barrancas do Paraná, em uma distância de 220 km. Esse era o traçado da estrada boiadeira destinada a trazer gado magro do Mato Grosso para engordar nos Campos Gerais. Luiz L. Mercer também informou que seu pai fizera outras entradas na região entre os rios Piquiri e Ivaí, e chamava a região de El Dorado paranaense¹⁷. Ainda em 1917, Edmundo Mercer conduziu ao Paraguai, através dos territórios aci-

15 RELATÓRIO do presidente Carvalho, 23/05/1883, p. 6.

16 Cf. MURICY, José Cândido da Silva. **Viagem ao país dos Jesuítas**. Curitiba, 1975.

17 Cf. MERCER, Edmundo; MECER, Luiz Leopoldo. **História de Tibagi**. Curitiba, 1977, p. 33; 141.

ma mencionados, uma comissão inglesa interessada na instalação de frigoríficos¹⁸. Em 1918, Edmundo Mercer viajou novamente pelos territórios indígenas do vale do Piquiri e foi até o rio Ivinheima, no Mato Grosso¹⁹. No início da década de 1920, Edmundo Mercer e Coelho Jr. voltaram a explorar e a abrir picadas nas matas do noroeste do Estado. Mercer abriu a picada de Campo Mourão para o norte em direção à Corredeira do Ferro no rio Ivaí, onde ele encontraria com a picada de Coelho Jr. que vinha descendo do norte para sul desde a foz do rio Paranapanema, no Paraná.

De longa data palmilhavamos aqueles sertões, (...) Com o auxílio do levantamento do rio Ivaí, pela expedição inglesa do engenheiro Lloyd (...) o nosso, do rio Piquiri em 1920, e o picadão por nós cortado, de Leste a Oeste, do Salto Ubá, no Ivaí, às barrancas do rio Paraná e sul do Mato Grosso, (...) possuíamos um conhecimento topográfico geral da imensa zona das grandes caudais e imensas florestas, suas bacias hidrográficas, seus altiplanos, divisores d'águas, serras, cachoeiras, cataratas, climas, e a incipiente geografia humana, esboçada por mineiros e paulistas em Campo do Mourão²⁰ (COELHO, 1946, p. 21-22).

A migração europeia para o Paraná no século XIX

Ao discutir a questão da imigração moderna no Paraná, alguns historiadores utilizam a expressão “imigração para povoar vazios demográficos” para explicar o surgimento dos primeiros núcleos coloniais no Paraná distantes dos centros mais povoados, como a região de Paranaguá, Curitiba e adjacências, e Campos Gerais.

Esse seria o caso da instalação dos alemães em Rio Negro, em 1828, que estava dentro de uma política mais ampla desenvolvida pelo Governo Imperial; o caso dos franceses instalados na Colônia Teresa Cristina isolada no vale do Ivaí, em 1847; e dos alemães franceses e suíços, no litoral em Guaraquessaba, em 1852.

Nesse período da Quinta Comarca, 1829 – 1853, entraram no Paraná 460 migrantes europeus, os quais foram instalados em lugares distantes dos campos e dos centros urbanos, em uma estratégia de ocupar territórios de matas que não eram “vazio demográfico”, mas cujos antigos moradores eram ameaçados de ataques indígenas.

18 Cf. Edmundo A. MERCER, & Luiz Leopoldo MERCER. **História de Tibagi**. Curitiba, 1977, p. 34.

19 Cf. MERCER, Edmundo; MECER, Luiz Leopoldo. **História de Tibagi**. Curitiba, 1977, p. 155.

20 Cf. COELHO Jr. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba, 1946, p. 21-22. Nesse mesmo livro, o autor relata que ainda em 1921 realizaram levantamentos na barra do rio Cantú, no Piquiri, e em 1922 fizeram novos trabalhos topográficos em direção ao oeste. Em outra passagem, diz que em 1920 abriam a picada do Salto Ubá aos campos denominados Mourão e lá encontraram moradores que aí residiam há mais de 30 anos. Eram das famílias dos Custódios, dos Pereiras, Ana Couto, e do Cel. Guilherme de Paula Xavier. Esses moradores eram famílias de mineiros que tinham passado pelo norte e seguido para Guarapuava, e de lá tomaram rumo norte, se instalando na Serra da Pitanga, e mais tarde chegaram nos campos do Mourão. O relato de Coelho Jr. é interessante, mas insuficiente; temos que desenvolver mais pesquisa sobre a região nesse período do final do século passado e início deste século.

Por isso, os alemães foram colocados na estrada da mata no Rio Negro e os franceses no caminho de Ponta Grossa para Guarapuava.

A partir do período provincial, o eixo das migrações deixa de ser a ocupação dos “vazios” e passa a ser o de se criar uma mão de obra de operários assalariados, pequenos artesãos especializados em diversos ofícios e pequenos agricultores que desenvolvessem uma agricultura para abastecimento dos centros urbanos.

Esse eixo teve sua fase áurea, que foi de 1868 a 1878. Nesse período, o governo provincial traçou um plano de estabelecimento de colônias agrícolas estrangeiras nas proximidades dos centros urbanos. Na administração de Adolfo Lamenha Lins, de 1875 a 1877, ocorreu o estabelecimento de inúmeras colônias em volta de Curitiba formadas de alemães, italianos e poloneses em maior número, e de franceses, suíços e ingleses em menor número. Nesse período provincial, de 1853 a 1889, entraram no Paraná 19.215 migrantes.

A partir da década de 1880, o eixo das migrações se volta para trazer migrantes que seriam ocupados nas obras públicas, e a migração serviria para fornecer trabalhadores para as grandes obras públicas como as estradas de ferro, as linhas telegráficas, etc. Nesse período do final da província até 1954 entraram no Estado 81.656 migrantes.

Entre 1829, quando da entrada dos primeiros migrantes alemães em Rio Negro, até 1911, quando chegaram os holandeses em Carambeí, foram criados mais de 100 núcleos coloniais e entraram mais de 100 mil migrantes no Paraná.

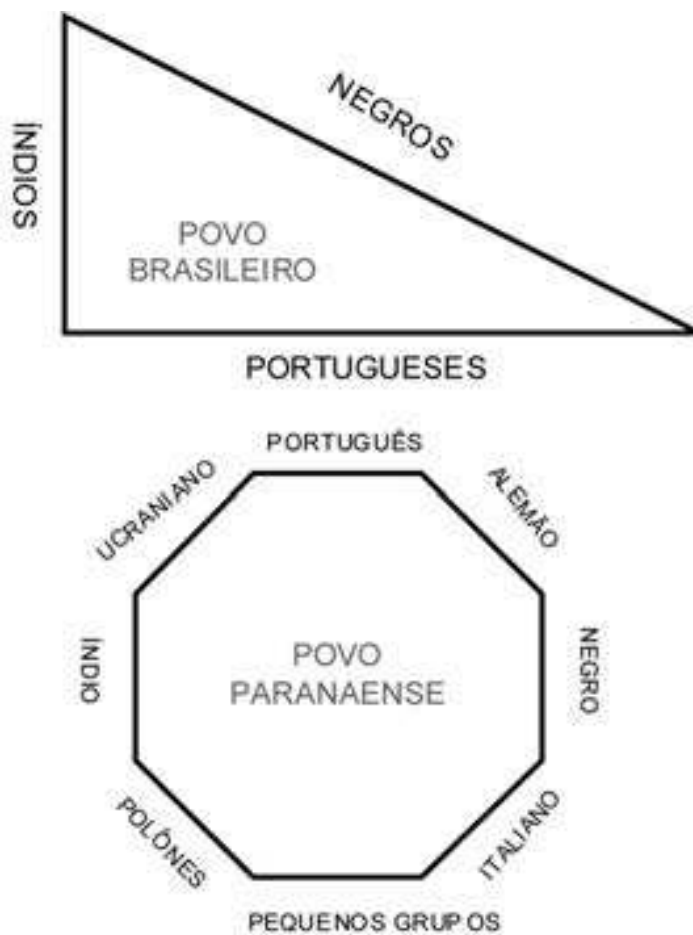
No entanto, a política de migração desenvolvida por vários governos do Estado sofreu reveses e teve problemas. Todos os presidentes da província se referiam aos problemas da migração, porém quase todos eles estavam convencidos das vantagens de se trazer migrantes europeus, de preferência alemães, ingleses, italianos e apenas alguns davam preferência aos colonos nacionais.

As dificuldades dos planos de colonização com migrantes europeus eram as mais variadas, desde a falta de planejamento até as diferenças culturais existentes entre populações nacionais e estrangeiras, dificultando as relações entre os migrantes e os nacionais.

Entretanto, a migração deixou uma marca muito forte na constituição do paranaense observada até os dias de hoje nas várias regiões do Estado e instigou os intelectuais e pensadores locais a desenvolver teorias sobre que seria o homem paranaense. Uma dessas teorias preconiza que o homem paranaense seria o resultado dessa política de migração de mais de um século, o que deu ao Paraná uma fisionomia diferente do Brasil. Nessa acepção, enquanto o homem brasileiro seria o fruto da mistura das três raças – o branco europeu, o índio americano e o negro africano

–, o paranaense seria uma mistura muito mais sofisticada, com vários elementos europeus se impondo no sangue do homem do Paraná, por isso o Paraná, em termos de população, seria um Brasil diferente.

Quadro 2 - Esquema geral de explicação da formação do povo brasileiro e do povo paranaense de acordo com Wilson Martins.



Quadro 3 - Colônias de migrantes europeus na província do Paraná

Ano	Localidade	Colônia	Etnia ²¹
1829	Rio Negro	Colônia do Rio Negro	Alemães
1847	Ivaí	Colônia Tereza no rio Ivaí	Franceses
1852	Guaraqueçaba	Colônia do Superagui	Suíços, alemães, franceses e outros
1860	Serro Azul	Colônia do Assungui	Inglese, franceses, italianos, alemães e outros
1868	Curitiba,	Colônia Argelina	Franceses da Argélia, alemães, suíços, ingleses e italianos
1870	Curitiba	Colônia do Pilarzinho	Poloneses, alemães e italianos
1871	Curitiba	Colônia São Venâncio	Alemães, poloneses e suecos
1871	Paranaguá	Colônia Alexandra	Italianos
1873	Curitiba	Colônia Abranches	Alemães e Poloneses
1875	Curitiba	Colônia Santa Cândida	Poloneses, suíços e franceses
1875	Curitiba	Colônia Orleans	Poloneses, italianos, franceses e outros
1875	Paranaguá	Colônia Eufrasina e Pereira	Italianos e espanhóis
1876	Curitiba	Colônia Bento Inácio	Poloneses, siberianos e galicianos
1876	Curitiba	Colônia Lamenha	Poloneses, silesianos e alemães
1876	Curitiba	Colônia Dom Augusto	Poloneses
1876	Curitiba	Colônia Dom Pedro	Poloneses, galicianos e silesianos
1876	Araucária	Colônia Tomaz Coelho	Poloneses, galicianos e silesianos
1877	Curitiba	Colônia Riviére	Franceses, poloneses e alemães
1877	Antonina e Morretes	Colônia Nova Itália	Italianos
1878	Curitiba	Colônia Dantas	Italianos
1878	Curitiba	Colônia Alfredo Chaves (hoje Colombo)	Italianos
1878	São José dos Pinhais	Colônia Santa Maria do Novo Tirol	Italianos
1878	São José dos Pinhais	Colônia Zacarias	Poloneses e silesianos
1878	São José dos Pinhais	Colônia Inspetor Carvalho	Poloneses e italianos
1878	São José dos Pinhais	Colônia Muricy	Poloneses e italianos
1878	Campo Largo	Colônia Antonio Rebouças	Poloneses e italianos
1878	Ponta Grossa	Colônia Otávio	Alemães do Volga
1878	Palmeira	Colônia Sinimbu	Alemães do Volga
1878	Lapa	Colônia Wirmond	Alemães do Volga
1879	Paranaguá	Colônia Maria Luiza	Italianos, alemães e espanhóis
1883	Campo Largo	Colônia Mendes Sá	Italianos e poloneses
1886	Campo Largo	Colônia Alice	Poloneses
1886	Araucária	Colônia Barão de Taunay	Poloneses
1886	Curitiba	Colônia Santa Gabriela	Poloneses e italianos
1886	Curitiba	Colônia Antonio Prado	Poloneses e italianos
1886	Curitiba	Colônia Pres. Faria	Poloneses e italianos
1887	Curitiba	Colônia Maria José	Italianos
1887	Rio Negro	Colônia João Alfredo	Alemães e poloneses
1887	Rio negro	Colônia São Lourenço	Alemães
1888	Curitiba	Colônia Santa Felicidade	Italianos
1888	Paranaguá	Colônia Visconde de Nacár	Italianos
1888	Paranaguá	Colônia de Santa Cruz	Italianos
1888	Paranaguá	Colônia Santa Rita	Italianos
1889	Campo Largo	Colônia Balbino Cunha	Italianos
1889	Campo Largo	Colônia Dona Mariana	Italianos

Fonte: MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente: ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989, p. 66-67.21

21 Fonte: PARANÁ. Dicionário histórico-biográfico do Paraná. Curitiba: Chain, 1991, p. 90-91.

OUTRAS FORMAS DE POVOAMENTO: AS COLÔNIAS MILITARES E INDÍGENAS NO PARANÁ PROVINCIAL

As Colônias Militares

As edificações militares nos territórios indígenas no Paraná datam desde a invasão dos bandeirantes, no século XVII. Em 1628, os bandeirantes Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, ao atacarem o Guairá, construíram um forte ou campo entrincheirado na margem esquerda rio do Tibagi. O padre Simão Maceta se refere a ele como ponto de apoio ou quartel de inverno dos bandeirantes: *una paliçada fuerte de palos, cerca de nuestras aldeas* (CARNEIRO, 1942, p. 10).

De 1757 a 1765, o governo colonial manteve um destacamento militar na foz do rio Iapó, no Tibagi, para proteger as minas de diamantes ali descobertas, e o Forte de Nossa Senhora do Carmo foi fundado pelo tenente Xavier da Silva, em 1769, na entrada dos campos de Guarapuava.

O Forte de Atalaia foi implantado no coração dos territórios Kaingang nos campos de Guarapuava em 25/6/1810,

da parte d'alem do rio Coutinho, a povoação da Atalaia, nome que proveio de se ter erigido a primeira obra d'esta qualidade, com a elevação de 40 palmos, sobre quatro esteios, de onde a sentinella podia descobrir grande extensão de campo. Depois passaram a levantar quatro casas para alojamentos (LIMA, 1842, p. 45).

A fazenda Fortaleza, construída no final do século XVIII por José Felix da Silva, na margem direita dos rios Tibagi e Iapó, foi um verdadeiro forte militar, conforme nos relata Saint-Hilaire, que nela ficou hospedado em 1820 e conheceu o seu dono (SAINT-HILAIRE, 1820, p. 58). No relato de Saint-Hilaire, outras fazendas dos Campos Gerais, na época, também tinham as características de fortes militares. A fazenda Jaguariaiva, do coronel Luciano Carneiro, foi depósito da “pólvora e do chumbo que o governo enviava para os Campos Gerais a fim de que os moradores pudessem se defender dos assaltos dos bugres ou dos índios selvagens”, bem como era ponto de abastecimento dos soldados que perseguiram os índios nas suas aldeias (SAINT-HILAIRE, 1820, p. 48). A fazenda Caxambu do Sr. Xavier da Silva assim foi descrita por Saint-Hilaire: “subitamente, em meio do deserto, não longe das terras ocupadas pelos índios, (...) campos cercados por largos fossos, estacadas bem feitas, muros bem conservados, caiados e cobertos de telhas” (SAINT-HILAIRE, 1820, p. 50).

As Colônias Militares foram *criadas* diretamente pelo Império, obedecendo a uma política mais ampla de ocupação de territórios até então não conquistados. Em 16 de agosto de 1854, o Ministério do Império comunicou ao presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos que a Colônia Militar do Jatai fora confiada ao Barão de Antonina. Nesse



mesmo ano, outro aviso do Ministro do Império informou a Zacarias que se pretendia criar novas Colônias Militares nos territórios dos Kayoá no Mato Grosso, e que elas ficariam sob a sua administração. O Império pretendia gastar a quantia de 27:470\$000 (contos de réis) no estabelecimento dessas colônias (VASCONCELLOS, 1855, p.7). Essa intenção e as práticas anteriores do Barão Antonina na região demonstram a clara intenção de ocupação desses territórios.

Colônia Militar do Jataí

Criada pelo Decreto Imperial Nº 751, de 21 de janeiro de 1855, e mantida pelo Ministério da Guerra até sua extinção, em 1890, foi instalada nas margens do rio Tibagi onde é hoje a cidade de Jataizinho.



Figura 1 - Planta da Colônia Militar do Jataí em 1865.

Fonte: Arquivo Público do Paraná.

Colônia Militar do Xagu

O presidente da província do Paraná, André de Paula Fleury, em seu relatório de março de 1864 anunciou que enviara ofício ao Ministério da Guerra em 3 de dezembro de 1864,

acerca da fundação de duas colônias militares, uma no Campo-Erê, ao O. dos rios Xapecó e xopim; e outra nos campos do Chagu, a O. dos de Guarapuava. Procurando pôr em execução o Decreto n. 2502 de 16 de Novembro de 1859, era meu fim não só conseguir a protecção de vida aos fazendeiros daquellas regiões, assegurando-lhes as vidas e propriedades contra os continuados assaltos do selvagem; como preparar a defeza da fronteira, para as bandas do Paraguay e da Confederação Argentina (FLEURY, 1865, p. 35).

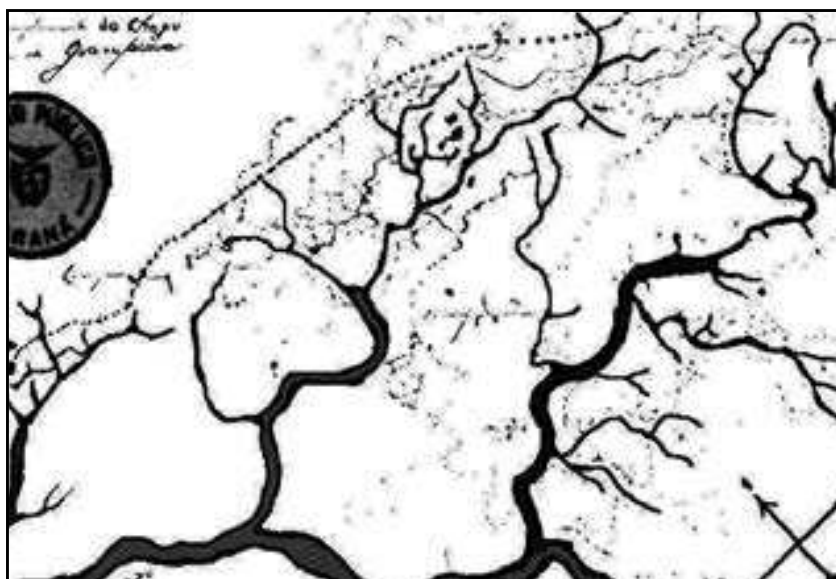


Figura 2 - Mapa da localização da Colônia Militar do Chagu e o traçado do caminho da Vila de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava até os campos do Chagu.

Fonte: Arquivo Público do Paraná.

Colônia Militar do Xopim

Criada pelo Decreto Imperial 2502, de 16 de novembro de 1859, onde hoje se encontra cidade Chopinzinho, foi instalada em 27 de dezembro de 1882. O objetivo dessa colônia era: a) defesa da fronteira; b) proteção dos habitantes dos Campos de palma, Erê, Xagu e Guarapuava contra a incursão dos índios, com auxílio da catequese e civilização.

Colônia Militar do Xapecó

Criada pelo Decreto nº 2502, de 16 de novembro de 1859, pelo Governo Imperial e instalada somente em 14 de março de 1882, nas margens do rio Chapecó, nos campos da cascavel (Xaxa-re em Kaingang), região rica em pinheiros que logo começaram a ser derrubados para a exploração de madeira, e sua finalidade era a mesma da colônia militar do Xopim.

poucos locais da província e liberar seus territórios para ocupação, pelo lado dos índios os aldeamentos poderiam servir como locais onde poderiam acessar facilidades, benefícios, bens e produtos da sociedade envolvente. Em outras palavras, os índios que se deixaram aldear traçaram uma política própria para utilização dos aldeamentos. Eles reelaboraram, a seu modo, a política de “catequese e civilização” dos conquistadores e procuraram imprimir seu ritmo no funcionamento desses aldeamentos, nem que para isso tivessem que fingir que tinham aceitado as leis dos brancos e a religião que os padres procuravam impingir-lhes.

Na sequência deste capítulo, faremos uma breve descrição desses aldeamentos indígenas planejados e implantados, ou simplesmente planejados e não implantados.

A Colônia Indígena de Santa Thereza

A colônia de Santa Thereza estava prevista para ser a última – na província paranaense – da rota fluvial Paraná-Mato Grosso, na confluência do rio Paranapanema com o Paraná, mas não chegou a ser instalada.

A Colônia Indígena de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó

A Colônia indígena de Nossa Senhora de Loreto do Pirapó foi instalada na foz do rio Pirapó no Paranapanema, no mesmo local que em 1630 tinha sido a Redução Jesuítica de Nossa Senhora do Loreto, hoje município de Itaguagé, PR²². Ela foi criada em 1855 e extinta em 1862 e abrigou os índios Guarani-Kayoá.

Colônia Indígena de Santo Inácio do Paranapanema

Ela surgiu em 1862 com a transferência da Colônia Indígena de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó e localizava-se na embocadura do rio Santo Inácio, no Paranapanema, no mesmo local da antiga Redução Jesuítica do mesmo nome, hoje no município de Santo Inácio. O aldeamento de Santo Inácio do Paranapanema foi extinto em 1878 e também abrigou os índios Guarani das parciaisidades Kayoá e Nhandéva.

Colônia Indígena de Santa Isabel

As instruções imperiais de 25/04//1857 sobre a Organização das Colônias Indígenas no Paraná e Mato Grosso ordenavam a criação dessa colônia na confluência do rio Tibagi no Paranapanema. Apesar de estar prevista pelo Regulamento Imperial de 1857, ela não foi efetivamente criada.

22 Sobre as Reduções Jesuíticas no Paraná, ver os relatos do Padre Montoya, in: **Bandeirantes e Jesuítas no Guairá**, organizado por Jaime Cortesão.

Colônia Indígena de São Pedro de Alcântara

Instalada nas margens do rio Tibagi em frente à cidade de Jataizinho, ela foi a maior colônia indígena da província e a que teve maior duração, de 1855 a 1895. Planejada para abrigar os índios Kayoá que estavam sendo trazidos de seus territórios no Mato Grosso pelo Barão de Antonina, também abrigou vários grupos Kaingang que viviam no vale do rio Tibagi e em outras localidades nos vales dos rios Ivaí e Piquiri.

A Colônia Indígena de São Jerônimo

A criação do Aldeamento Indígena de São Jerônimo se deu em 1859, na fazenda São Jerônimo do Barão de Antonina. Seu primeiro Diretor foi Joaquim Francisco Lopes e ela teve como primeiro religioso o Frei Mathias de Genova, e em seguida assumiu Frei Luiz de Cimitile. A colônia abrigou diversos grupos Kaingang do vale do Tibagi e mais tarde, com a chegada de populações brancas na região, ela se transformou na cidade de São Jerônimo da Serra.

Colônia Indígena do Xongu (Chagu) nos Mincrinariê²³

Ela foi instalada em 1859, nos campos do Chagu, a oeste de Guarapuava para abrigar os Kaingang. Ficou sob a autoridade do Diretor Geral dos Índios no Paraná, o Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures. Mas nem bem começou a ser implantado o Aldeamento Indígena do Xongú sofreu críticas, e três anos depois foi extinto. Mas os Kaingang se mantiveram na região onde bem mais tarde foi criada a Terra Indígena de Rio das Cobras, no município de Laranjeiras do Sul, com 19.100, onde vivem mais de 1.500 índios Kaingang e Guarani.

Colônia Indígena de Catanduvas

No apagar das luzes do Império foi fundada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Em 1891, após sua fundação, o sargento José Maria de Brito foi encarregado pelo chefe da comissão para catequizar os Guarani encontrados na região da Fazenda do Xongú – nos Mincrinariê – à Foz do Iguaçu no extremo oeste do estado. Em março de 1891 ele assumiu

23 Conforme Telêmaco Borba em *Actualidade Indígena*, Curitiba, 1908, p. 118, Xongú é o nome, no idioma dos kaingangues, de um pequeno arbusto espinhoso que dá neste campo, mas os Kaingangues chamam ao campo, mais commumente: *Mincrinariê*. *Mim*, Tigre, *Crin*, cabeça; *Iá*, abreviação de *iapri*, caminho, *Ré*, campo. Campo da cabeça do tigre no caminho. Contam que, os que iam adiante, na sahida deste campo, mataram um tigre, cortaram-lhe a cabeça, espetaram-n'a em um pao, e o fincaram no caminho, os que vinham atraz viam a cabeça e diziam - Mincriníá - Tigre, cabeça, caminho: Dahi proveio ao campo seo nome que foi substituido pelo outro de Xongú que alteraram em Xagú. E em seguida ficou com a grafia portuguesa de Chagu. Manteremos a denominação Xongú para os *Mincrinariê*.

o cargo e implantou a Colônia Indígena de Catanduvás, meio caminho entre Guarapuava e a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Nas matas adjacentes a ela existiam pequenas aldeias dos Guarani que foram atraídos para Catanduvás e Formigas. Essa foi a última tentativa de instalar uma Colônia Indígena no oeste da província. Assim como o Aldeamento do Xongú não prosperou, a tentativa de Catanduvás também teve vida curta, pois logo em seguida foi desativado e Catanduvás se tornou uma vila na estrada de Guarapuava para Foz do Iguaçu. Os índios Guarani que ali se aldearam provavelmente foram transferidos para a área de Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, junto com os Kaingang.

A Colônia Indígena de São Thomás de Papanduva

Os índios Xokleng, na época denominados Botocudos, ocupavam a região do rio Negro, onde foi criada por um breve período a Colônia de Papanduva. Os ataques dos Xokleng em Guaratuba, no início de 1875, levou o presidente da província a decidir pela implantação do aldeamento de Papanduva, ordenando o sertanista Joaquim F. Lopes a fundar a Colônia Indígena de São Thomaz de Papanduva. Após anos de trabalho tentando implantar esse aldeamento sempre boicotado pela burocracia da capital da província, o velho Joaquim F. Lopes mudou de volta ao Jataí, onde morreu. O aldeamento de Papanduva não foi implantado por uma política deliberada das autoridades locais de não estabelecer contatos com os índios Xokleng, apesar dos esforços de Lopes. Os Xokleng continuaram seus ataques na região e foram ferozmente perseguidos por bugreiros armados. Mas também eles permaneceram em uma pequena parcela de seus antigos territórios, e hoje vivem na área indígena de Ibirama, no município do mesmo nome, em Santa Catarina.

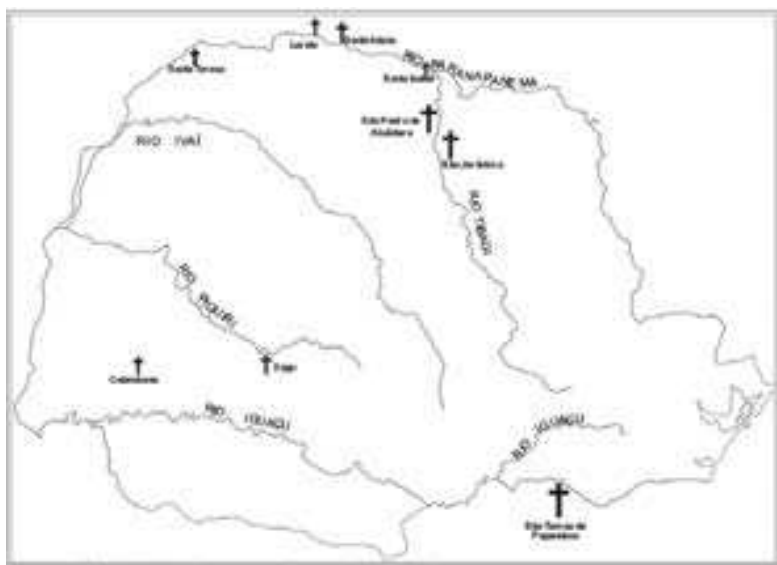


Figura 5 - Colônias Indígenas no Paraná Provincial.

Fonte: O autor.

A OCUPAÇÃO DO NORTE VELHO

Com a aproximação da votação da lei de terras em 1850, acelerou-se o processo de posses das terras chamadas devolutas para em seguida regularizá-las. Os tropeiros mineiros que negociavam animais com os tropeiros paranaenses em Sorocaba tomaram conhecimento das extensas fatias de terras boas para agricultura existentes entre os vales dos rios Itararé e Cinzas, no norte da província do Paraná, conhecidas na época como Valuto, e passaram a ocupá-las a partir da década de 1840.

Em 1842-1843, um mineiro de Brazópolis, sul de Minas Gerais, chamado Dominiano Correa Machado instalou-se na margem esquerda do rio Itararé, fundando a povoação de São José do Cristianismo, dando início, assim, à ocupação do Valuto. Em seguida, foram chegando novas famílias de fazendeiros mineiros que vendiam suas terras no sul de Minas e adquiriam extensas áreas na região, fundando vilas e cidades como Siqueira Campo, Tomazina e outras.

Nessa época, o comércio dessa população se dava muito mais com as cidades paulistas de Faxina, Itapetininga e Sorocaba do que com as cidades paranaenses de Castro, Ponta Grossa ou mesmo Curitiba. Essas relações comerciais com São Paulo atraíram para região novas levas de populações paulistas que fundaram as cidades mais ao norte na confluência do Itararé no Paranapanema, como foi o caso de Ribeirão Claro e Carlópolis. Os mineiros continuaram a vir para região e fundaram novas cidades no extremo norte da região, como foi o caso de Jacarezinho, fundada por Antonio Alcântara da Fonseca, um mineiro de Aiuruoca.

As populações que se instalaram na região, diferentemente da dos Campo Gerais que se dedicavam à pecuária, tiveram outra ocupação, se dedicaram à agricultura e à criação de porcos. No começo, foram muitas dificuldades de sobrevivência; os produtos da agricultura, como milho, feijão mandioca e outros não tinham valor, o escoamento da produção era inviabilizado pela falta de estradas.

A partir do final do século XIX e início do XX, a economia regional começou a mudar com a chegada da estrada de ferro em Sorocaba e com a exportação de porcos para os frigoríficos de São Paulo. Deu-se início ao ciclo econômico regional da suinocultura, ou, como era conhecido na época, da exportação do “milho em pé”. Com uma mercadoria valorizada, no caso do porco/toucinho, os safristas, como eram conhecidos os engordadores de porcos, se espalharam por toda a região e a atividade de criação de porcos para venda aos safristas também se espalhou para outras regiões do Paraná, e a suinocultura se tornou a atividade econômica dominante.

O sistema denominado safra consistia na plantação de grandes roças de milho, em terras próprias ou alugadas, e quando do amadurecimento dessas roças, soltavam-se nelas as varas de porcos magros que as consumiam, estando prontos para o abate

alguns meses depois. As tarefas do safrista consistiam em:

- Derrubada do mato;
- Queimada da roçada;
- Plantio do milho, abóbora, bata doce;
- Compra de porcos magros que ficavam recolhidos em mangueiros;
- Soltura da porcada magra nas roças maduras;
- Cuidados com a porcada enquanto engordavam, durante três a quatro meses;
- Retirada da porcada gorda da roça que era tropeada (levada tocada) para os centros de comercialização e depois embarcada na estrada de ferro para os abatedouros em São Paulo.

As varas de porcos recolhidas em Ribeirão Claro eram tocadas até Chavantes, em São Paulo, e ali embarcadas no trem para a capital paulista. As recolhidas na região de Jacarezinho eram comercializadas em Cerqueira César e daí para São Paulo. O mesmo ocorria com as varas da região de São José da Boa Vista, Siqueira Campos e outras povoações menores, que eram tropeadas até Jaguariava, Itararé ou Itapeva, onde eram vendidas e embarcadas para São Paulo quando a estrada de ferro já tinha atingido essas localidades.

Essa atividade foi sofrendo modificações com a implantação dos frigoríficos nas cidades paranaenses, como o Frigorífico Matarazo, que se instalou em Jaguariava, em 1924. Quando isso ocorreu, o abate dos animais se dava nesses frigoríficos e já não era mais necessário levá-los até os frigoríficos da Matarazo no Parque Antártica; agora se exportava a banha em latas. A abertura da estrada do Cerne pelo governo de Manoel Ribas possibilitou que os caminhões dos frigoríficos fossem buscar os porcos nas roças de engorda no interior do norte paranaense. E o sistema de safra também se difundiu para regiões distantes do norte do Paraná, chegando à região central do vale do Ivaí em cidades como Candido de Abreu, que tropeavam suas varas de porcos para o abate em Ponta Grossa. E a procura por porcos magros também chegou às distantes povoações do sudoeste do Paraná, como Palmas, Manguerinha e Chopim, que abasteciam os safristas do norte do Estado.

A decadência dessa atividade teve início com o cultivo do café em larga escala no norte do Paraná a partir dos anos de 1920, mas foi agravada com a seca de 1944, a peste suína que abateu os rebanhos em 1945 e o fechamento do frigorífico Matarazo em Jaguariava, também nessa época.



O Paraná no século XX

A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DO MOURÃO

A região central do Paraná entre os rios Ivaí e Piquiri já era conhecida desde a primeira metade do século XVI, quando por ali passou o adelantado Dom Alvar Nunes Cabeza de Vaca. Mais conhecida ainda ficou no século XVII, quando os espanhóis ali fundaram, na foz do rio Corumbataí, no Ivaí, a cidade de Vila Rica do Espírito Santo e os jesuítas estabeleceram várias Reduções no vale desses rios. No século XVIII, por ali passaram diversas tropas militares que desceram o rio Ivaí rumo ao forte de Iguatemi, no Mato Grosso. Inclusive o nome de Campo Mourão advém de Campos do Mourão em homenagem ao governador de São Paulo, Dom Luiz Antonio Botelho de Souza Mourão, o Morgado de Mateus, que ordenou essas expedições militares por volta de 1760 e 1770. Ainda no século XIX, tivemos outras expedições exploradoras na região, que vasculharam o rio Ivaí, suas margens e seus afluentes e expedições que buscaram traçar um caminho de Guarapuava ao Mato Grosso, passando pelos Campos do Mourão.

Como em todas as regiões do Paraná, a colonização de novas terras pelas populações brancas europeias ou brasileiras ocorreu com a ocupação dos territórios indígenas, e a região entre os rios Ivaí e Piquiri, onde estão os Campos do Mourão, chamados pelos Guarani de Guairá e pelos Kaingang de Paykerê, não é diferente.

Veremos um pouco dessa história, parte já contada no capítulo anterior quando nos referimos às expedições no vale do rio Ivaí, que envolvem complexas relações sociais entre as diferentes populações que se encontravam nessa região.

Em julho de 1870, os Kaingang do grupo do cacique Luís Cleve, que tinham suas moradias (emã) na localidade denominada Campos do Moron (Campo Mourão), estiveram em Curitiba fazendo reivindicações de terras. Antes, eles tinham passado por Guarapuava, e conforme o relato do vigário da cidade, eles eram:

trezentos índios, mais ou menos, inclusive crianças, vindos todos do campo denominado = Moron = e mto poucos do Paequerê. Os seus chefes (caciques) são 4, e estes apenas chegarão, estavam a perguntar = pelo Snr Brigadeiro, seu



Diretor, e lhes respondi q. o Snr. Brigadeiro não residia aqui e sim na villa da Palmeira, parecendo-nos q. ficarão elles com isto bem descontentes e contrariados (ARQUIVO, ...1879)¹.

Os Kaingang vindos dos campos a oeste e a noroeste de Guarapuava chegaram à cidade com a intenção de negociar com as autoridades competentes. Diziam que já tinham feito uma estrada para o Campo Mourão, que podia ser transitada a cavalo, estrada essa já conhecida em parte pelas populações de Guarapuava. Essa estrada, que os índios alegavam ter construído, podia ser a picada da expedição Rebouças, de 1868, que saiu de Guarapuava e foi até abaixo da corredeira do Ferro, no rio Ivaí, passando a leste e a norte dos ditos campos.

O relatório de prestação de contas do presidente da província, o Sr. Dantas Filho, datado de janeiro de 1880, traz como grande questão a ser resolvida o aldeamento de 2.500 índios Kaingang que estavam espalhados nos territórios a oeste e a noroeste de Guarapuava, nos famosos campos de Pahy-ke-rê, tanto nos vales dos rios Ivaí e Piquiri como nos campos dos divisores das águas desses rios. Dantas Filho utilizou como referencial o relatório enviado por Daniel Cleve em fins de 1879 sobre a situação desses índios. Nessa época, Cleve lhe fez um quadro da situação dos índios na comarca de Guarapuava:

CHEFES	FRANCISCO	TIGRE GACON	BANDEIRA	PAULINO	DESCONHECIDO
Residências	Atalaia	Marrecas	Campo Moiron	Therezina	Pai Querê
Caciques Subalternos	Paulino Tigre	Felizardo, e José Cafang	Mayor, Gregorio, Henrique		
Número de índios	40	62	200	20	2000
TOTAL					2502

A estratégia do governo para resolver a questão foi a mesma de outros tempos e lugares: reunir em aldeamentos os vários grupos que estavam dispersos, catequizá-los com a ajuda da Igreja, civilizá-los através do trabalho e apropriar-se de seus territórios. Dessa forma, começaram a transferir os Kaingang dos territórios do oeste de Guarapuava para os aldeamentos do rio Marrecas, no alto Ivaí. Essa era a estratégia do governo provincial, porém os índios tinham outra. Eles iniciaram as demandas pelas demarcações de territórios já ocupados por seus grupos. Nesse âmbito, os índios forçavam o poder provincial a demarcar novas áreas que iam muito além

¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. *Oficio*. 30 jun. 1879, p. 99-91 (doc. manuscrito).

das definidas nos aldeamentos religiosos, e passaram a exigir ferramentas e outras mercadorias da sociedade envolvente.

Para a instalação do novo aldeamento de Marrecas, em Guarapuava, e atração dos índios que viviam nos vastos territórios do oeste e noroeste da província, não havia verbas, e para qualquer gasto nesse sentido deveria ser solicitada a autorização do Ministério da Agricultura. Esse aviso reiterava as ordens expedidas pelo Ministério de não se fazer despesa alguma da verba da catequese além daquelas já estabelecidas no orçamento. No entanto, por ordens do presidente anterior, Daniel Cleve fizera despesas com a distribuição de brindes aos Kaingang. Conforme documento enviado à presidência da província, ele tinha distribuído, em 30 de maio, ao cacique José Kafang, do novo aldeamento de Marrecas, a quantia de 24\$100 mil réis em panos para confecção de roupas. No dia 31, distribuiu 42\$520, também em tecidos, aos índios dos campos de Moiram (Campos do Mourão). No dia 6 de junho, distribuiu mais 8\$810 aos índios de Marrecas. E em 14 desse mesmo mês, distribuiu tecidos ao cacique Paulino de Tere-sina no valor de 49\$440. Essas despesas totalizaram 124\$870.

A distribuição dessas mercadorias era uma das formas que Cleve tinha para estabelecer contato amistoso com os índios, principalmente com os que ainda estavam arredios, morando nos campos divisores de águas dos rios Ivaí e Piquiri. Os brindes ao cacique Bandeira tinham-lhe aberto as portas de seus territórios, tanto que Cleve informou:

Seguem dentro em poucos dias algumas pessoas, acompanhadas pelo cacique Bandeira, o interprete (...) Cavalheiro, para o campo Moiram, afim de reconhecer as localidades e observar os toldos e tribus ali existentes, visto que os caciques ali instam pela fundação de um aldeamento (ARQUIVO..., 1880, p. 40-42)².

Assim, escreveu novamente Cleve ao presidente, em 29 de novembro de 1880:

Ilmo e Exmo Sr. - Tendo diversas hordas de indios selvagens, capitaneadas pelos caciques Bandeira, Gregorio, Jangjó e outros, residentes nas margens do rio Piquiry e afluentes do Corumbatay, vindo em repetidas vezes implorar o auxilio do governo para abandonar a vida de selvagem e entrar no gozo das vantagens da civilização, tem-se procurado affagal-os por todos os modos, já dando-lhes ferramentas e roupa, já prometendo aldeal-os, proteger os aldeamentos e o andamento da catechese, o que muito contente se mostraram e pediram se fosse visital-os nos seus toldos (PARANÁ, 1881, p. 78)³.

O fazendeiro Noberto Mendes Cordeiro tinha visitado os emá do cacique Bandeira em outubro de 1880; lá foi bem recebido como representante do governo. Os índios

2 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. *Ofício*. 26 out. 1880, p. 40-42, (doc. manuscrito).

3 PARANÁ. Governador (1880 - 1881 Pedrosa), 16 fev. 1881, p. 78.

solicitaram-lhe auxílio para estabelecimento de um aldeamento e também um padre, um professor, ferramentas, e prometeram abrir a estrada das suas aldeias até Guarapuava, em uma distância de vinte e três léguas. Norberto M. Cordeiro esteve em Curitiba em audiência com o presidente Pedrosa e lhe relatou suas conversas com os índios, deixando o presidente otimista quanto às relações com esses índios.

Tão anciosos estão os selvagens do Piquiry de fazer causa commum comnosco, que se propoem eles a abrir uma picada que dê aos seus toldos e ao Salto das Sete Quedas comunicação facil com Guarapuava. Pedem apenas ferramenta e uma pessoa pratica no serviço para dirigit-os (PARANÁ, 1881, p. 78)⁴.

Em seguida, o presidente Pedrosa encarregou o fazendeiro Norberto M. Cordeiro de dirigir os índios na abertura dessa estrada, prometendo-lhe todo o auxílio possível. Sem verbas na rubrica da catequese e civilização dos índios, provida pelo Governo Imperial, ele se utilizou da verba decretada no orçamento, pela Assembleia Província, para o aldeamento dos índios em Guarapuava.

E assim autorisei o director desses indios a despender a quantia de 300\$000 para coadjuvar a expedição do cacique Bandeira, afim de abrir-se a mencionada picada, despendendo essa importancia com ferramenta e brindes aos selvagens que fossem empregados ao serviço. Tambem autorisei-o a contratar o interprete Felizardo com vencimentos mensaes não excedentes a 30\$000, para acompanhar a expedição (PARANÁ, 1881, p. 80)⁵.

A retirada dos Kaingang de Campo Mourão liberou essas terras para assentamento das primeiras fazendas de gado nos campos naturais ali existentes. Pela picada aberta pelo fazendeiro guarapuavano Norberto M. Cordeiro começaram a chegar os primeiros colonos que se estabeleceriam de forma definitiva na região, conforme registro de posse de terras feito em Guarapuava, no qual declararam que:

Nós abaixo assinados, que possuimos por posse mansa e pacifica desde o ano de 1880, uma área de campos de criar no lugar denominado “Campo Mourão” neste Município, onde existem casas e moradia e mais benfeitorias, assim como certo numero de gado vacuum e cavalas, cuja área tem aproximadamente a extensão de 60.000 hectares, sendo 30 quinhões com a área de 2.000 hectares cada um (SIMIONATO, 1996, p. 11)⁶.

E assim segue o termo de registro das terras pelos fazendeiros de Guarapuava, em que cada um tomou posse de uma área de 2.000 hectares, o equivalente a uma fazenda

4 PARANÁ. Governador (1880 - 1881 Pedrosa), 16 fev. 1881, p. 78.

5 PARANÁ. Governador (1880 - 1881, Pedrosa), 16 fev. 1881, p. 80.

6 Cf. E. C. SIMIONATO. **Campo Mourão: sua gente e sua história.** Campo Mourão, Kromoset, 1996, p. 11.

de 833 alqueires. Dentre eles, estava o fazendeiro Noberto Mendes Cordeiro, que negociara a saída dos Kaingang desses campos, ficando como lembrança da sua presença ali a avenida Capitão Índio Bandeira, em homenagem ao cacique Bandeira, pohy-bang (cacique), superior de todos os caciques que ali viviam.



Figura 1 - Croquis do oeste paranaense feito em 1934 com a vila de Campo Mourão e as estradas que a ligava em Guarapuava e rio Paraná. **Fonte:** FIGUEIREDO, 1937, p. 175.

Passados mais de quarenta anos da chegada desses primeiros fazendeiros, Lima Figueiredo percorreu a região em 1936 e fez um breve relato de como era a vila de Campo Mourão nessa época.

Pelo que vi e pelo que me informaram, as terras são fertilíssimas, produzindo já em larga escala o café, o milho, o arroz o feijão e todas as espécies de frutas. (...) As frutas são lindíssimas, adquirindo, principalmente o abacaxi, tamanho, perfume e sabor surpreendentes. (...) Os habitantes plantam e colhem, mas não progridem, porque as comunicações são assas difíceis. Com Guarapuava há o trajeto penoso de 256 Kms, chegando o produto lá, mais caro do que o vendido no local. (...) O mal daquele recanto é a fabricação da aguardente. É raro se ver um homem que não esteja anormalizado pelo álcool. A região precisa do auxílio do Governo para prosperar. Urge uma providencia em favor deste povo trabalhador e desamparado (FIGUEIREDO, 1937, p. 175)⁷.

7 Cf. Lima FIGUEIREDO. **Oeste paranaense**. Rio de Janeiro, Cia Editora Nacional, 1937, p. 175.

Assim, Campo Mourão é a primeira povoação instalada nessa região do Ivaí/Piquiri, muito antes, portanto, do processo de colonização efetuado pelas companhias colonizadoras no norte e oeste do Paraná.

AS COMPANHIAS COLONIZADORAS E A OCUPAÇÃO DO NORTE NOVO, NOROESTE DO PARANÁ E OESTE DO PARANÁ

A partir de 1925, tem início a ocupação definitiva do grande território do norte e noroeste paranaenses, então denominados norte novo e norte novíssimo, que vai desde a margem esquerda do rio Tibagi até as barrancas do rio Paraná.

Com o advento da República, o Estado do Paraná passou a ter o domínio sobre o que considerava terras devolutas. Todo o norte, oeste e sudoeste do Estado foram considerados terras devolutas, pertencentes ao Estado, que as cedeu, através de concessões, para as grandes companhias colonizadoras. Essas companhias, por seu turno, promoveram a ocupação da região em um ritmo acelerado jamais visto na história. Em menos de trinta anos quase tudo estava desmatado e ocupado com vilas, cidades e grandes plantações de café.

Observando as concessões de terras, percebemos que o Governo do Império cedeu para a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, braço brasileiro da Brazilian Railway Company, grandes áreas de terras no sudoeste, norte e oeste do Estado do Paraná. Proclamada a República, foi vez do Estado de o Paraná fazer a concessão das terras das margens do Tibagi para as empresas Corain Companhia e Leopoldo Paula Vieira. Foram 50 mil hectares de florestas transformadas nos loteamentos de Primeiro de Maio e Sertanópolis, na confluência do rio Tibagi com o rio Paranapanema. Mas a maior concessão seria feita em 1927 para Companhia Paraná Plantation Limited, sediada em Londres. Foram 515 mil hectares de terras entre os rios Tibagi e Paraná, onde hoje se localizam Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama e numerosas cidades de menor porte. No extremo oeste do Estado, ocorreram a concessão e a ocupação das terras localizadas entre os rios Piquiri e Iguaçu, com os núcleos colonizadores ocupando os vales do rio Piquiri, Cantu e Goio-Erê. Também foram implantados núcleos de colonizadores poloneses às margens direita do Ivaí, na região de seu alto e médio curso, onde surgiram as cidades de Ivaí, Calmon, Prudentópolis, Pitanga, Candido de Abreu, Manoel Ribas e muitas outras.

O processo acelerado de ocupação dessas regiões perfazem dois movimentos: o primeiro é o material, isto é, a transformação da natureza; retirada da floresta milenar e implantação dos cafezais. O segundo é o ideológico, ou seja, a construção da ideia de que esses territórios eram imensos “vazios” sem habitantes, colonizados para a produção de alimentos para o mundo. Os movimentos aconteceram simultaneamente, e tratamos aqui rapidamente desses assuntos.

A natureza transformada em mercadorias

A princípio tudo representava um panorama selvático. O seio da terra virginal, recoberto de florestas seculares, abrigava tesouros inestimável de fecundação e fertilidade prontos para fornecerem colheitas dadivosas (....) Havia, de primeiro, a terra protegida pela floresta imensa. E lentamente a floresta, a floresta tão exuberante e impenetrável cedia lugar àqueles homens intrépidos e valentes (REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA, 1972, p. 194).

Frases como essas de diferentes autores são comuns nos escritos, oficiais ou não, sobre o norte e o oeste paranaense colonizados nos séculos XX. A ideologia corrente alimenta um conceito de natureza externa à sociedade, à espera de ser possuída. Assim, o norte e oeste paranaense, da metade do século XIX em diante, com suas florestas, campos, rios, rochas, terras roxas e climas amenos aguardariam a sua internalização no processo de produção da sociedade industrial moderna.

Essa visão dualista aparece de forma fragmentária na tradição intelectual judaico-cristã, toma forma em Kant, e se cristaliza nos dois séculos seguintes enquanto espinha dorsal do pensamento burguês sobre a natureza⁸.

Neil Smith, focalizando o desdobramento da ideologia dualista da natureza no espaço geográfico norte-americano, chama-a de *natureza poética*⁹. Acerca da literatura da conquista do território norte-americano, Smith registra que:

Embora a linguagem fosse refinada, a imaginação menos ativa, e focalizasse mais ênfase sobre a conquista que sobre aquilo que era conquistado, a literatura de conquista do século dezenove reflete a mesma antipatia com relação à natureza selvagem. O sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat "natural". O natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização (CIVILIZAÇÃO, 1988, p. 37)¹⁰.

Como na literatura da conquista americana, a literatura que faz a apologia da colonização paranaense trata a natureza de forma hostil, como um perigo a ser vencido *numa longa jornada de lutas e sacrifícios*, pois na *missão de domar matas virgens*

8 Sobre a história dos conceitos da natureza da antiguidade até o século dezoito, ver os trabalhos de Clarence GLACKEN: **Traces on the rhodium shore**, Berkeley, 1967; Frederick TURNER: **O espírito ocidental contra a natureza**, Rio de Janeiro: Campus, 1990. Com relação a Kant, ver: R. G. COLLINGWOOD, **The idea of nature**, Londres, 1945. Mais especificamente sobre o pensamento kantiano ver, entre outros, o trabalho de Ernst CASSIRER, **El problema del conocimiento**, vol II, Fondo de Cultura Económica, México, 1986, e ainda Raymond VANCOURT, **Kant**, edições 70, Lisboa, 1986.

9 Cf. Neil SMITH, **Desenvolvimento desigual**, p. 35-47.

10 Cf. Neil SMITH, **Desenvolvimento desigual**, p. 37.

era necessário, sobretudo, *estoicismo*. A natureza hostil, construída pelo pioneirismo colonizador, tinha uma função que, conforme Smith, era *a de legitimar o ataque à natureza*¹¹. Mas tão logo é conquistada, posta ao chão a golpes de machado, reduzida a cinzas, a natureza sofre uma transformação tanto física como no discurso.

A floresta cheia de perigos se transforma nas *terras roxas, prontas para fornecer colheitas dadivosas de frutos destinados à alimentação e preservação da espécie humana*¹². Misto de *hostilidade e idolatria*¹³, a natureza é vista como algo exterior ao social, ao homem que a subjuga.

Concluindo, Smith afirma:

O conceito de natureza é um produto social e nós vimos que, em conexão com o tratamento da natureza na frente pioneira americana, esse conceito tinha uma clara função social e política¹⁴.

Isto é, justifica a ocupação dos espaços que faziam parte de outra forma de relação homem/natureza. Isso ocorre em especial a partir do século XVII, no bojo do processo de acumulação capitalista, quando florestas, rios, terras, rochas e minerais são transformados em matérias-primas e meios de produção.

Apesar de correr o mundo em busca de lucro, o capital não vai com suas próprias pernas, são os homens seus agentes e emissários. Homens imaginativos, como o inglês Lord Lovat, que percebem a existência de *qualquer coisa de irresistível na contemplação de mapas onde aparecem grandes áreas de terras desabitadas, mas com grandes potencialidades*¹⁵. Homens que viram *grandes potencialidades* em extensas porções de terras nos continentes americano, africano e asiático e partiram para colonizá-las e desenvolvê-las como se fossem *terras desabitadas*. Os territórios do norte e noroeste do Paraná, hábitat imemorial de comunidades indígenas, foram no início deste século uma dessas áreas.

O geógrafo Reinhard Maack, em uma palestra realizada em junho de 1959 no Instituto Federal de Pesquisa para Economia de Florestas e Madeiras em Hamburgo, discutiu a questão da colonização do norte do Estado do Paraná e as suas consequências na

11 Cf. Neil SMITH, **Desenvolvimento desigual**, p. 39.

12 Cf. MARINGÁ ILUSTRADA, Maringá, p. 194.

13 Cf. Neil SMITH, **Desenvolvimento desigual**, p. 39.

14 Cf. Neil SMITH, **Desenvolvimento desigual**, p. 45.

15 Cf. depoimento de Arthur Thomas, gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná, até 1949. In: CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**, p. 7.

paisagem natural da região:

Desde aqueles dias, quando a mata ainda dominava as áreas de Londrina e Rolândia e preparavam-se as primeiras terras de cultura, muita coisa transformou-se no Norte do Paraná. Quem diria naqueles tempos que as matas pluviais virgens desapareceriam tão rapidamente e em tal extensão? Já ao se organizar as primeiras fazendas, sítios e chácaras chamei a atenção sobre as consequências de uma desmatação irrefreada, exigindo correspondentes reservas florestais em cada propriedade. Sobrevoando-se atualmente o Norte do Paraná pode-se ver que esta exigência foi melhor atendida pelos habitantes de Rolândia. Em outras áreas a mata foi destruída completamente. A reserva florestal mínima exigida de 15% a 20% somente foi mantida em poucas propriedades. As consequências já se manifestam numa assustadora extensão, a qual pode-se verificar pelas cifras baseadas em observações objetivas, que apresentarei posteriormente (MAACK, 1961, p. 29)¹⁶.

Maack apresentou dados importantes sobre a modificação da natureza na região:

Resumindo, constatamos as seguintes consequências como resultado da modificação da paisagem natural causada por exagerada desmatação:

- 1) - Perturbação do limite normal entre as zonas climáticas Cfa e Cwa. Consequentemente, uma tendência cada vez maior dos extremos, uma vez um inverno muito seco com aridez catastrófica e temperaturas elevadas, e outra vez períodos muito extensos de chuvas hibernais com excessiva umidade e as conseqüentes entradas da frente polar e alteração do coeficiente de variação das precipitações de 1,6 para 2 a 2,9.
- 2) - Perturbação do ciclo normal da água em consequência da alteração dos fatores climáticos: diminuição do nível freático, esgotamento das fontes e condução irregular da água pelos rios, carregados de sedimentos e com enchentes extremas.
- 3) - continuada erosão do solo, regionalmente em grandes extensões (MAACK, 1961, p. 44)¹⁷.

Ainda em relação às modificações ocorridas no solo considerado de grande fertilidade, o autor aponta:

O esgotamento da terra roxa legítima em substâncias nutritivas vegetais torna-se evidente pelas seguintes cifras:

1 alqueire de solo da mata virgem primitiva exhibe na zona do Norte do Paraná de uma maneira geral, as seguintes substâncias nutritivas:

Matéria orgânica (húmus)	412.000 Kg
Nitrogênio (N)	11.000 Kg
Cálcio absorvível (CaO)	20.000 Kg
Potássio absorvível (K ₂ O)	1.400 Kg
Fósforo solúvel (P ₂ O ₅)	1.600 Kg

16 Reinhard MAACK. A Modificação da Paisagem Natural pela Colonização e suas Conseqüências no Norte do Paraná. In: **Boletim Paranaense de Geografia**, n. 2/3, p. 29, 1961.

17 Reinhard MAACK. A Modificação da Paisagem Natural pela Colonização e suas Conseqüências no Norte do Paraná. In: **Boletim Paranaense de Geografia**, n. 2/3, p. 44, 1961.

Após o cultivo de café durante 20 anos o mesmo solo revelou apenas ainda a seguinte substância nutritiva com perda de 35 cm da melhor camada da superfície:

Matéria orgânica (húmus).....	26.000 Kg
Nitrogênio (N).....	1.400 Kg
Cálcio absorvível (CaO)	900 Kg
Potássio absorvível (K ₂ O)	115 Kg
Fósforo solúvel (P ₂ O ₅).....	600 Kg

(MAACK, 1961, p. 40-41)¹⁸.

Conforme essas indicações, as transformações ocorridas na natureza foram enormes. As modificações de clima e solo incidiram sobre os sistemas hídricos, atuando nos sistemas de flora e fauna e impactando o ecossistema da região. A ocupação acelerada da região para a produção de café¹⁹ fez com que se produzisse outra natureza, diferente daquela conhecida pelas comunidades tradicionais (indígenas e caboclas) com a qual se relacionavam e construíam a sua sociedade.

O desenvolvimento do capitalismo, entretanto, envolve não um desenvolvimento quantitativo, mas qualitativo da relação com a natureza. (...) Com a produção da natureza em escala mundial, a natureza é progressivamente produzida de dentro e como parte da chamada segunda natureza. A primeira natureza é destituída do fato de sua primitividade, sua originalidade (SMITH, 1988, p. 93).²⁰

Seguindo a linha de raciocínio de Smith de que *a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza*²¹, podemos afirmar que, ao produzir uma segunda natureza no norte do Paraná, o capitalismo estava produzindo um novo espaço geográfico²² próprio à sua atuação e diferente do espaço das comunidades tradicionais. O norte do Paraná, a partir do final do século passado, passa a ser o espaço da produção de mercadorias, da acumulação de riquezas. Nesse movimento de expansão, a sociedade nacional destrói o espaço das comunidades tradicionais e constrói o seu próprio, de modo acelerado.

18 Reinhard MAACK. A Modificação da Paisagem Natural pela Colonização e suas Conseqüências no Norte do Paraná. In: **Boletim Paranaense de Geografia**, n. 2/3, p. 40-41, 1961.

19 Sobre essa questão do café no Norte do Paraná, ver Nadir CANCIAN, *Caféicultura Paranaense - 1900/1970*. Pedro Calil Padis, **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**, principalmente os capítulos de 7 a 10 que tratam da economia do norte do Estado.

20 Cf. Neil SMITH, **Desenvolvimento desigual**, p. 93.

21 Cf. Neil SMITH, **Desenvolvimento desigual**, p. 109.

22 Existe uma longa discussão sobre essa questão de "espaço" na geografia. Ver principalmente as obras de Milton SANTOS: **Metamorfoses do Espaço Habitado**; **Espaço e Sociedade**; *Pensando o espaço do homem*; *Espaço e dominação*. Ver ainda de Henri LEVEBVRE, **La Production de l'espace**. Tonino BETTANINI, **Espaço e Ciências Humanas**.

Se a natureza existente na região é muito diferente da que existia anteriormente à colonização, conforme nos mostrou Maack, o espaço que toma forma com a colonização é também muito diferente daquele ocupado pelas comunidades tradicionais. De acordo com Robert Sack, o espaço para as sociedades tradicionais tinha um significado muito maior e abrangente, carregado de conteúdo social, histórico e até mesmo religioso.

Na visão primitiva, a terra não é algo que pode ser dividido em partes e vendida como lotes. A terra não é uma parte do espaço existindo dentro de um sistema maior. Pelo contrário, ela é vista em termos de relações sociais. As pessoas, como uma parte da natureza, estão intimamente ligadas à terra. Pertencer a um território ou a um lugar é um conceito social que exige, primeiramente e antes de tudo, pertencer a uma unidade social. A terra, por si mesma, está em poder do grupo como um todo. Não é privativamente dividida nem possuída. Além disso, ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados (SACK apud SMITH, 1988, p. 112)²³.

O espaço da sociedade industrial caminha em outra direção: é o espaço onde se retalha a terra, etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carrega. É o espaço onde árvores e animais também têm o seu preço, também são mercadorias. Por isso mesmo ele é diferente do espaço das comunidades indígenas (Kaingang, Guarani, Xetá) e caboclas que aí viviam, e cujas terras foram divididas, cercadas e vendidas.

A construção do “vazio demográfico”

Se o capital constrói outra natureza nos espaço que ocupa, esses espaços submetidos à conquista também passam a existir a partir da ação exterior dos conquistadores, isto é, a sua história passa a ser recontada a partir da visão que os conquistadores têm de si. Por isso se ignoram acontecimentos como as invasões, a exploração, os conflitos e ressaltam outros segundo os interesses dos conquistadores.

A partir dessa perspectiva, mostramos foi no bojo da transformação capitalista da região que se criou a ideia de que ela era um “vazio demográfico” a ser ocupado pela colonização pioneira. Essa construção foi arquitetada e divulgada por muitos que pensaram a história da regional: geógrafos, historiadores, sociólogos, representantes da burocracia estatal e dos órgãos colonizadores e refletiu-se nos livros didáticos, poderosos instrumentos de divulgação e normatização de ideias.

A partir da segunda metade da década de 1930 até o início dos anos de 1960, o Paraná, principalmente o norte, foi alvo de visitas, excursões, passeios científicos, etc.

23 SACK, Robert. *Conceptions of Space in Social Thought*. In: SMITH, Neil, op. cit., p. 112.

Os relatórios das visitas, artigos, comunicações, ensaios e outros escritos dos geógrafos foram publicados, em sua maior parte, pela *Revista Brasileira de Geografia*. Esses trabalhos foram e são bastante utilizados como fonte de referência para inúmeros textos acadêmicos sobre a região, principalmente no que tange à questão demográfica e ao pioneirismo. Nesse sentido, buscamos depreender como esses trabalhos tratam o norte do Paraná no momento de sua ocupação, com especial ênfase sobre como visualizam a região antes da ocupação e até que ponto contribuem para criar a ideia de que a região era um enorme vazio demográfico, quase despovoada.

Cinco anos após a fundação de Londrina, Pierre Monbeig, então professor de Geografia da Universidade de São Paulo, discutia a questão da zona pioneira no norte do Paraná. Focalizando a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná em Londrina, chama a atenção para o que havia a oeste do rio Tibagi:

Se de um lado, a colônia Jatai figura no mapa do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, daí em diante para oeste não há indicação alguma de povoamento, salvo alguns ranchos de caboclos perto das aguadas, com uma derrubada insignificante e uma cultura que se limita ao milho (MONBEIG, 1945, p. 12)²⁴.

O relato sugere que a oeste de Jataí nada havia não ser alguns caboclos.

Leo Waibel, estudioso da colonização europeia no Brasil, excursionou pelo sul do país em fins dos anos 1940, em trabalho de campo sobre a colonização. Em 1949, sintetizou suas observações relativas à colonização mais significativa que ocorria nos três Estados do sul. Com relação ao norte do Paraná, na área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), assinalou que *cerca de 200.000 pessoas vivem na área da companhia que há 20 anos atrás era desabitada*²⁵.

Em um texto de 1950, a pesquisadora do Conselho Nacional de Geografia, Lysia Maria C. Bernardes, analisou a distribuição da população no Estado do Paraná de acordo com o censo demográfico de 1940. Logo na introdução, escreveu:

24 MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte do Paraná. In: **Boletim Geográfico**, ano III, n. 25, p. 12, abr. 1945.

25 WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Europeia no Sul do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano XI, n. 2, p. 177, abr/jun. 1949. Apesar de considerar o norte "desabitado" ao tratar do início da colonização no século passado, no sul do país, ele afirma que as enormes florestas do sul "eram o domínio indiscutível desses índios", os Botocudos. Índios esses que foram afastados das florestas pela colonização implementada pelo governo, principalmente nas florestas que ficavam nas imediações dos campos criadores de gado, ou por onde passavam as estradas das tropas.

A maior parte da população do Paraná situa-se no planalto, concentrando-se a sudeste e reduzindo-se consideravelmente para oeste onde ainda se encontram, atualmente, reservas de terras virgens, muitas das quais devolutas (BERNARDES, 1950, p. 57)²⁶.

Continuando em direção ao oeste do Estado, a autora concluiu que, apesar da qualidade do solo e de suas florestas, pode-se considerá-lo *um vazio demográfico*.²⁷

Em 1951, os geógrafos ligados à Associação Brasileira de Geografia produziram os primeiros trabalhos de geografia urbana de cidades do norte paranaense. Neyde Prandini, ao discorrer sobre o crescimento da população londrinense, postulou que:

Essa população cresceu a princípio muito lentamente, o que é natural: Londrina era uma cidade “Bôca de Sertão”, a primeira que se construía numa zona praticamente desconhecida (PRANDINI, 1951/1952, p. 74)²⁸.

Nilo Bernardes elaborou um artigo em 1950 com o objetivo de apresentar um quadro claro das condições de povoamento do Estado do Paraná. Nesse trabalho, foram apresentados mapas que mostram como foram preenchidas as zonas *desabitadas* do Estado no decorrer dos anos.

Embora no começo do século os povoadores espontâneos já dessem início ao alastramento sobre o oeste paranaense, no segundo planalto a encosta longe das rotas de Guarapuava e de Palmas ainda estava desabitada. Todo o oeste dos atuais municípios de Tibaji e Reserva era ainda parte do vasto sertão que se continuava até o Rio Paraná (BERNARDES, 1952, p. 68)²⁹.

O autor afirma que todo o norte e oeste do Estado era um *vasto sertão*. Mas o que significava para o autor o conceito de *sertão*? Ele mesmo o define em uma nota de rodapé: *o termo sertão é aqui empregado sempre no sentido de vazio demográfico*³⁰. A definição é clara. Bernardes concebia a região no início do século como desprovida de população; em termos geográficos, um vazio demográfico.

26 BERNARDES, Lysia M. C. Distribuição da População no Estado do Paraná em 1940. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 57, out./dez. 1950.

27 BERNARDES, Lysia M. C. Distribuição da População no Estado do Paraná em 1940. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 73, out./dez. 1950.

28 PRANDINI, Neyde. Aspectos da Geografia Urbana de Londrina. In: **Anais da Associação Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 74, 1951/1952.

29 BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 68, out./dez. 1952.

30 BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 58, out./dez. 1952, o grifo é do autor.



Os termos utilizados pelos geógrafos variavam: *sertão*, *terras devolutas*, *boca de sertão*, e em outras passagens *mata virgem*, mas o sentido geral era o de uma região desabitada. A produção desses geógrafos subsidiou trabalhos acadêmicos nas décadas seguintes, que repetiram a mesma ideia do vazio demográfico.

Se os geógrafos cunharam essas expressões e as repetiram em seus trabalhos, os sociólogos e historiadores e também as repetiram e deram continuidade nessa tradição de afirmar que os territórios colonizados no século XX estavam desabitados.

Discutindo quem seria o homem paranaense, Wilson Martins, em seu livro *Um Brasil Diferente*, volta ao momento da emancipação política do Paraná, em 1853. Para o autor, a questão do povoamento era a principal preocupação do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, já que todos os seus problemas administrativos se resumiam na falta de gente em um território de duzentos mil km². Assim escreveu Martins:

(...) a província era nesse momento, do ponto de vista humano, um ilimitado deserto, interrompido irregularmente por dezenove pequenos oásis, situados a distâncias imensas um dos outros - e distâncias literalmente intransponíveis, pois, além dos “caminhos históricos”, que iam revelar dentro de pouco não serem “caminhos econômicos”, nada existia que pudesse prenunciar uma rede qualquer de comunicações. (...) Em compensação, na maior parte do território o vazio era absoluto: eram os “campos gerais”, era a floresta, era a Serra do Mar (MARTINS, 1955, p. 71)³¹.

Martins enfatizou a ideia do território despovoado com as imagens de *ilimitado deserto* ou *vazio absoluto*.

Em 1968, os professores Brasil Pinheiro Machado, Maria C. Westphalen e Altiva P. Balhana publicaram um artigo que tratou da ocupação das terras paranaenses, ressaltando as concessões dos governos estaduais para as grandes empresas colonizadoras estrangeiras e problematizando os movimentos agrários resultantes dessas concessões. Fizeram ainda um levantamento dos principais conflitos de terras no Paraná nas décadas de 1940, 1950 e 1960, constituindo-se em um dos primeiros trabalhos sobre a ocupação das terras do Estado, no século XX, em uma perspectiva crítica. No entanto, mantiveram a ideia da existência de terras desabitadas:

A marcha da ocupação do território, porém, cessara com a estabilização e decadência da sociedade campeira dos Campos Gerais. Restavam, pois, ao final do século, desocupadas as regiões do Norte, Oeste e Sudoeste paranaense, afora a presença de rarefeitos posseiros caboclos, nos seus confins, que não

31 Wilson MARTINS. *Um Brasil Diferente*. São Paulo: Anhembi, 1955. p. 71.

organizaram em comunidades (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p. 11)³².

A partir do início dos anos 1970, intensificam-se os trabalhos acadêmicos sobre o Paraná, trabalhos de História, Geografia, Economia, Política e Sociologia que têm como substrato comum uma bibliografia básica ancorada nos textos dos geógrafos/sociólogos que pensaram o Paraná nos anos 1950 e no núcleo de historiadores da Universidade Federal do Paraná com sua produção nos anos 1960; a maioria deles repete as ideias de terras desabitadas ao tratarem do norte e oeste do Paraná.

E a ideia do vazio demográfico, ou da existência das terras desabitadas também é repetida nos livros didáticos que abordam a questão da ocupação do norte e do oeste do Paraná.

Se nos livros didáticos a construção do vazio demográfico surge ancorada nas teorias das migrações populacionais, nas obras que fazem a apologia da colonização do norte do Paraná essa construção é amparada no ato heroico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopeia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade. O vazio não é apenas um espaço em algum lugar no mapa que está pronto para ser povoado. Nas obras já referidas, o vazio demográfico é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização.

Essa ideia aparece com toda sua potencialidade na revista *Maringá Ilustrada*. Entre os vários artigos sobre o nascimento e desenvolvimento da cidade, o de Ary de Lima, espécie de editor chefe da publicação, sintetiza a história de Maringá sob a égide do heroísmo e da epopeia.

Filha de um pioneirismo heróico e síntese de um perfeito trabalho de colonização. (...) O Setentrião Paranaense, então quasi deshabitado, sem qualquer reflexo na vida do país e do grande Estado sulino, já era credor da confiança de um punhado de homens (REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA, 1957)³³.

Essa construção também está presente no livro da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, editado em 1975, **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Essa obra tem a pretensão de ser a última palavra sobre a história da região. Traz os dados oficiais da companhia colonizadora e depoimentos dos seus diretores e

32 WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra do Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 11, 1968.

33 Cf. REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA, Maringá, p. 4-5, ago. 1957.

principais colaboradores. Na apresentação, o organizador do livro, um jornalista, cita um depoimento de Arthur Thomas, gerente da Cia. no tempo dos ingleses, de 1930 até 1949, publicado no *Times of Brazil*:

Para o homem imaginativo, há qualquer coisa de irresistível na contemplação de mapas onde aparecem grandes áreas de terras desabitadas, mas com grandes potencialidades. Seu pensamento voa ao encontro de meios e maneiras de acesso, colonização e desenvolvimento, e seus sonhos logo descortinam um futuro no qual o deserto se cobre de flores e da terra brotam imensas riquezas. Tais foram homens como Raleigh e Penn, Cook e Rhodes. E, em tempos mais recentes, o falecido Simon, Lord Lovat (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 7)³⁴.

Ao longo de *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, há várias passagens reafirmando a ideia do mapa vazio, desabitado. A adjetivação vai de *terras virgens, matas exuberantes* ao se falar do Norte Velho³⁵ ou de *uma imensa região, afamada pela assombrosa fertilidade de suas terras roxas*, conforme matéria paga publicada no jornal *O Estado de São Paulo* (15/01/1924) pela Cia. Ferroviária São Paulo - Paraná a fim de atrair a atenção do presidente da Sudam Cottom, Lord Lovat, para as terras do norte paranaense. A ideia de região desabitada continua sendo construída em *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná* com um ensaio de Cassio Vidigal, presidente da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, por muitos anos.

Vejamos o que diz o engenheiro Vidigal sobre o mapa do norte do Paraná, no início da década de 1920, quando os ingleses se interessaram pela região.

Em 1924, o governo do Brasil convidou a Inglaterra para conhecer sua situação agrícola e participar de investimentos dessa natureza, evento que, irrelevante em sua aparência, foi o fator principal da expansão do Paraná. Entre outros benefícios, ele motivou a compra das ações da companhia ferroviária pelos ingleses liderados por Lord Lovat, técnico de agricultura e reflorestamento da Missão Montagu, que aqui chegou no início daquele ano, atendendo o convite brasileiro. Entre as regiões visitadas, a margem esquerda do Paraná impressionou particularmente, embora a penetração não ultrapassasse Cambará. Para a frente só havia densa mata, que confirmava as informações dos mapas de Lovat: trezentos e cinquenta quilômetros de floresta virgem se estendiam até o rio Paraná e os povoados, ao lado de rios caudalosos, eram pouquíssimos (COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 241)³⁶.

34 COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, 1975, p. 7.

35 O Norte Velho do Paraná é a região entre os rios Itararé/Parapanema e o Tibagi.

36 COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, 1975, p. 241.

As brochuras enaltecedoras do pioneirismo e construtoras do mapa do norte do Paraná em branco são reproduções do discurso oficial da Companhia de Terras. Em 1974, um médico/político de Rolândia – cidade entre Londrina e Maringá – escreveu o livro *Rolândia, Terra de Pioneiros*. Vejamos o que ele diz:

Nesta vasta região, até então, quase sem futuro, devido ao fato de não existirem cidades ou vilas, muito menos estradas, a não ser uma trilha antiga denominada boiadeira, que se dirigia de leste para oeste (VILLANUEVA, 1974, p. 19)³⁷.

Mais adiante:

Fora a fazenda Coati, da CTNP (hoje Shangri-la) e algumas pequenas derrubadas em Heimtal o resto era uma imensa floresta virgem do rio Tibagi ao rio Paraná (VILLANUEVA, 1974, p.66)³⁸.

O vazio no mapa se apresenta frente aos pioneiros, que estão no ponto mais avançado da colonização, como um enorme desafio a ser vencido. Passadas quatro décadas, o mapa, antes vazio, apresenta-se pontilhado de cidades, vilas, povoados, estradas. O sertão foi “amansado”, foi ocupado. Agora chegou a hora de escrever a história dessa grande epopeia. Em 1982, a Prefeitura de Mandaguari publicou *Mandaguari: sua História, sua gente*, e como os mandaguarienses de 1982, viram o trabalho de seus conterrâneos ocorrido há quarenta anos aparecer escrito em uma das passagens do livro.

É preciso, sobretudo, estoicismo na tarefa da colonização. Na missão de domar matas virgens, enfrentando o desconhecido sem nenhum trabalho de infraestrutura capaz de debelar, prontamente, os perigos que rondavam os colonizadores (SILVA, 1982, p. 5)³⁹.

E quais eram os perigos que o mapa vazio apresentava aos pioneiros?

(...) eram os animais selvagens, as aves e os insetos, que super-povoando as matas invadiam as plantações, destruindo, muitas vezes, todo o produto de um plantio feito com dificuldades. (...) a terrível epidemia denominada febre amarela. Alcunhada pelos caboclos de febre dos macacos, grassou a famigerada febre, que deixava os macacos mortos espalhados pelas matas transmitindo o vírus aos colonos, propagando-se a moléstia como uma incontrolável epidemia a ceifar centenas de vidas no Norte do Paraná. (...) as freqüentes chuvas, que tornavam as estradas intransitáveis. (...) Nenhum perigo ou dificuldade abalou o ânimo do colonizador. Porém, o espectro negro da geada de 1942, mostrou-se

37 VILLANUEVA, Orion . **Rolândia, Terra de Pioneiros**, 1974, p. 19.

38 VILLANUEVA, Orion. **Rolândia, Terra de Pioneiros**, 1974, p. 66.

39 SILVA, José A. F. **Mandaguari: sua História, sua gente**, 1982, p. 5.

um inimigo insuperável. Esse liquidou com a economia cafeeira local, principal responsável pelo progresso regional (SILVA, 1982, p. 5)⁴⁰.

As matas foram derrubadas; os animais selvagens, abatidos pelos caçadores; os insetos, queimados juntos com as matas ou vencidos pelos agrotóxicos; as epidemias, debeladas ou mudaram de nome; as estradas, consertadas, asfaltadas. Novas geadas ocorreram em outros anos, queimando milhões de pés de café, abalando a economia da região, que foi diversificando suas atividades com o plantio de culturas mais resistentes às geadas. Enfim, os colonizadores venceram todas as condições adversas, domaram o sertão e povoaram o *mapa vazio*.

Mais uma vez, foi repetida a operação: apresenta-se uma região coberta de matas selvagens e cheia de perigos. Constrói-se o mapa de uma região apenas com os acidentes geográficos, despovoado, e em seguida acontece o processo de ocupação. Cada mapa surgido incorpora os feitos da frente de expansão que avança sertão adentro.

Essa ideia continuou a se repetir em muitas outras obras que trataram da história das cidades do norte do Paraná.⁴¹ Todas partiram do pressuposto do vazio demográfico ocupado pela colonização da região a partir dos anos 1930 com a chegada das companhias colonizadoras. Essa história contrasta com outro passado que mostra a presença de populações tradicionais em todas as regiões do Paraná, como vimos nos capítulos anteriores.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO NO PARANÁ NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX

O esgotamento das áreas tradicionais de produção do café, a saber, vale do Paraíba no RJ, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, desde o final do século XIX e início do século XX, levou a expansão da cafeicultura pelas terras norte-paranaense, e com ela um grande contingente humano se estabeleceu no norte do Paraná acompanhando essa expansão⁴².

Relembramos que o processo de colonização das terras do norte do Paraná se inseria em um contexto de política nacional integrada aos interesses da economia internacional. Primeiro, no sentido de atender aos interesses de expansão e exportação

40 SILVA, José A. F. **Mandaguari**: sua História, sua gente. 1982, p. 5.

41 Cf. SILVA, Paulo M. S. . *História de Paranavaí*. p. 32: "Porém a história de Paranavaí, mais propriamente, tem início no começo deste século. Naquela época toda a região do vale do Rio Ivaí era completamente despovoada, coberta de matas virgens, constituída de terras devolutas de propriedade do Estado. A partir daí foi que se iniciou o povoamento e a colonização da região."

42 Sobre o processo de colonização do norte do Paraná ver: LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. São Paulo, 1980.

da cafeicultura e seu produto; e em segundo lugar, angariar lucros com a venda de terras pelas empresas privadas e pelo próprio Estado. Nesse sentido, foram criadas propagandas para incentivar a vinda de migrantes para a região. Essa política pública e privada de incentivo à migração contou com a propaganda feita pessoa a pessoa para o sucesso da colonização.

Embora a produção cafeeira tenha sido freada em seu crescimento em todo o Brasil no período que vai de 1929, ano da depressão, e 1945, ano que marca o final da 2ª. Grande Guerra mundial, no Paraná essa produção continuou a ser incentivada até a década 1960. Vale lembrar que entre os anos 1945-1960 houve dinamização da cafeicultura estimulada não somente pelo Estado como também pelas geadas acontecidas no Paraná nos anos 1953 e 1955, que contribuíram para elevar o preço do café no mercado internacional⁴³.

Visando à maximização dos lucros, a Companhia de Terras (CTNP) elaborou um plano de ocupação e colonização dos 515.000 alqueires adquiridos no norte paranaense. O procedimento utilizado para organizar essa ocupação foi dividir as terras adquiridas em *zonas que, após os serviços de medição e demarcação, abertura de picadas e estradas, eram sucessivamente colocadas à venda*⁴⁴. Após a divisão em zonas partia-se para as divisões em glebas nas quais reservavam-se áreas para a localização de patrimônios e cidades. As áreas destinadas às aglomerações urbanas possuíam cerca de 15 alqueires. Os lotes rurais, por sua vez, formavam longas faixas planejadas “*com frente para a estrada que passava no alto dos espigões e com aguadas nos fundos*”⁴⁵. Os patrimônios eram construídos com o objetivo de se tornar ponto de apoio às propriedades rurais que ficavam a quinze quilômetros de outro patrimônio ou de uma cidade⁴⁶.

43 Para maiores informações sobre a cafeicultura no Paraná ver: CANCIAN, Nadir. **A cafeicultura paranaense, 1900-1970**, Curitiba, 1981.

44 WESTPHALEN, Cecília Maria e outros. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. n. 7 Curitiba: 1968.

45 WESTPHALEN, Cecília Maria e outros. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. n. 7 Curitiba: 1968.

46 WESTPHALEN, MACHADO; BALHANA, Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. n. 7 Curitiba: 1968.



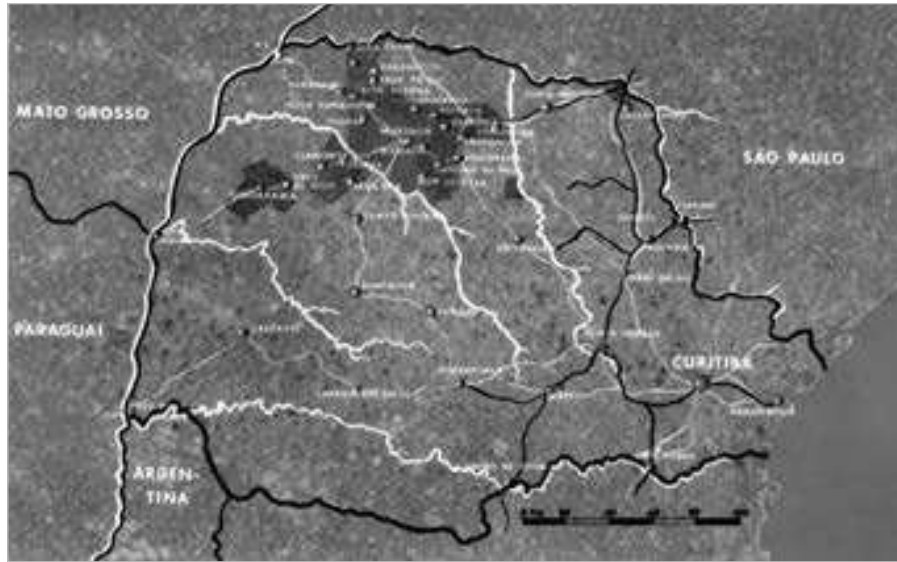


Figura 2 - Área mais escura, terras adquiridas pela CTNP.

Fonte: CMNP, 1975.

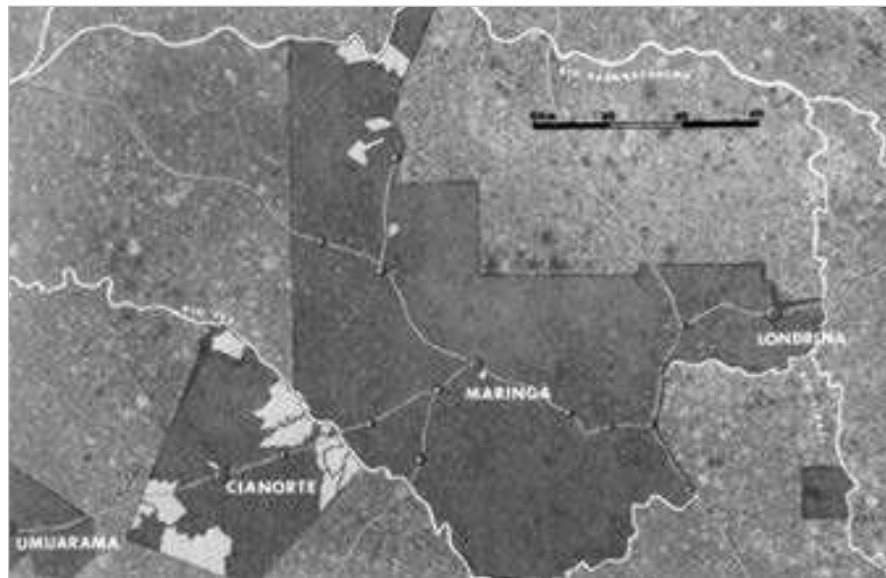


Figura 3 - Terras da CTNP (CMNP) no Norte Novo e Novíssimo do Paraná.

Fonte: CMNP, 1975.



Figura 4 - Visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras da CTNP e depois da CMNP. As casas dos moradores em torno de um riacho, ribeirão ou rio eram denominadas **Águas**.

Fonte: CMNP, 1975.

Dividiam-se os espaços destinados à construção de um novo município em lotes na *zona* rural e lotes (*datas*) urbanas, os quais podiam variar entre 5 e 20 alqueires, conforme a localidade, enquanto que as *datas*, lotes urbanos, possuíam em média 600m². Alguns proprietários, por sua vez, adquiriam mais de um lote formando fazendas de até 150 alqueires. Ressaltamos, no entanto, que na zona rural predominou a pequena propriedade, sobretudo aquelas com área entre 5 e 10 alqueires.

A primeira atividade que o colono fazia quando da chegada em seu lote de terra era a construção de um rancho para seu abrigo e de sua família e em seguida começava a derrubada das matas.

Existem inúmeros relatos de colonos que descrevem como a mata foi derrubada para dar lugar aos cafezais. Essa é uma lembrança comum aos entrevistados que evocam, juntamente com essa recordação, as dificuldades da falta de infraestrutura como estradas, energia elétrica, etc.

A madeira era retirada não somente para dar lugar às plantações de café e aos núcleos urbanos. A construção de estradas também necessitou que extensas áreas de matas naturais fossem derrubadas para dar lugar às vias de comunicação entre os núcleos populacionais. Ela era retirada do interior das matas por caminhões menores, depois era levada até os caminhões de maior capacidade, alguns inclusive podendo transportar até 15.000 kg.

Outro dado importante sobre a técnica e os maquinários utilizados para extrair as madeiras das matas era o uso de caminhões com carrocerias munidas de catracas, as quais puxavam a tora para os caminhões com cabo de aço. Levando-se em



consideração que as toras podiam alcançar até quatro metros de comprimento e 80 cm de largura, é compreensível que os recursos utilizados para o transporte fosse feito por empresas profissionais e que a extração de madeira tenha entrado na descrição das atividades que se destacaram na região até o esgotamento das florestas.

Sobre o procedimento para a derrubada das matas utilizava-se primeiro a roçada, e em um segundo momento derrubavam-se as árvores maiores com o machado. Esse madeiramento era recolhido e vendido para as serrarias. O desmatamento era feito não respeitando o limite destinado às matas ciliares na barranca dos rios.

Conforme informações de um morador da cidade de Lobato, essa atividade ocorria da seguinte forma:

- E tinha muitos caminhões aqui nessa época?
- *Tinha.*
- Tinha muito caminhoneiro aqui para puxar madeira?
- *Tinha muito caminhoneiro.*
- E como era a derrubada do mato?
- *Tirava as madeiras, as madeiras boas, as madeira de lei, e o resto derrubavam e metiam fogo.*
- Queimava?
- *Queimava tudo.*
- Como é que o sr. entrava lá no meio do mato para pegar a madeira que estava cortada lá dentro?
- *Primeiro, eles tiravam a madeira.*
- Como é que eles tiravam essa madeira?
- *Tinha carreador, fazia carreador.*
- Ah! Fazia o carreador lá dentro?
- *Carreador, chegava lá, tirava.*
- E tinha bois também para puxar *madeira* ou não?
- *Não, tirava tudo com caminhão.*
- Tudo com o caminhão?
- *Tudo caminhão.*
- Primeiro, fazia a estrada dentro do mato.
- *Dentro do mato.*
- Ia até onde estava a tora?
- *Tinha um caminhão para esplainar a madeira.*
- Esplainar era o quê?
- *Esplainar a madeira, tirar a madeira lá de dentro do lugar que só um caminhãozinho podia, e punha para nós que tínhamos os caminhões grandes⁴⁷.*

47 Entrevista com morador da cidade de Lobato – Pr.

Derrubada a mata, vinha o cultivo do café, e além desse cultivo, amplamente difundido no norte e noroeste do Paraná, as comunidades constituídas nas águas desenvolviam outras atividades agrícolas, entre as quais o cultivo diversificado de alimentos como hortaliças para o consumo familiar e a criação de animais para o próprio sustento. Eram cultivadas hortas de diversas hortaliças e legumes. E criavam-se vários animais domésticos, como porcos e galinhas. Culturas como a do feijão, do arroz, do milho, da mamona e do algodão são citadas como alternativas produzidas entre as ruas do cafezal.

Esses dados confirmam as informações das fontes oficiais como a existência de lavouras de subsistência cultivadas pelo trabalho familiar tanto por arrendatários quanto por proprietários e pequenos produtores no período de colonização do norte paranaense.

Ainda as comunidades organizadas nas aguadas fabricavam diversos produtos domésticos, como o sabão, por exemplo, produzido pelas próprias donas-de-casa. As roupas eram confeccionadas também pelas mulheres, e era comum comprar uma peça de tecido fechada para confeccionar não somente roupas, mas o que fosse necessário para o lar e a família.

Organizadas nas águas, as comunidades rurais do norte e oeste do Paraná mantiveram aspectos de suas culturas regionais e de suas religiosidades. Apesar de estarem longe de seus locais de nascimento, de suas comunidades originárias, os colonizadores não estavam despojados de sua cultura. Como alega Alfredo Bosi: *os agentes da colonização (...) são crentes que trouxeram em suas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer*⁴⁸. As populações que para o norte e oeste do Paraná vieram, apesar de longe dos seus povoados, de suas famílias, de seus parentes e vizinhos, mantiveram formas de convívio ou privacidades herdadas dessas comunidades de origem. Elas lutaram para manter vivo seu passado, sua cultura, seus costumes, suas crenças e suas lembranças.

Nas descrições de caráter religioso, a solidariedade é sempre lembrada como um componente ativo nos eventos promovidos pela sociedade. A solidariedade das festas religiosas sempre aparece descrita a partir da fartura de alimentos existente nesses eventos. Frango assado, leitoa assada, sacas de feijão, de arroz, café, etc., faziam parte das doações da população para o evento, que podia ser uma festa junina ou comemorações dedicadas ao padroeiro da cidade.

Em muitos povoados e pequenas cidades havia cinemas que marcaram a juventude da época, com apresentação de filmes épicos e religiosos. Juntar-se em grupos no local que posteriormente se construiu a praça pública para contar histórias, namorar

48 BOSI, Alfredo . *Dialética da Colonização*. São Paulo : Cia da Letras 1995, p.15.

também era uma das formas de lazer encontrada pelos adolescentes para distração nos finais de semana. Outros tipos de diversão, como bailes, futebol, caçadas e pescarias e concurso para eleição de miss da cidade também fizeram parte do cotidiano de muitas comunidades. Por exemplo, muitos bailes aconteceram na roça, nas águas, nos sítios, ou em um clube na zona urbana, muitos deles animados por acordeons tocados pelos próprios moradores.

Quanto ao futebol, havia jogos todos os domingos. A maioria das partidas acontecia em uma *Água* a cada fim de semana, e cada *Água* podia ter seu próprio time de futebol. Transportados em carrocerias de caminhões, os atletas de final de semana podiam, inclusive, e não raras vezes, transformar esses momentos de lazer em momentos de acirradas disputas. Para os adultos, a prática da caça e da pesca também fazia parte de programas de distração, uma vez que havia animais em abundância no início da colonização.

Outra forma de lazer praticada ou de manter-se informado em relação ao Brasil e ao mundo era o ato de ouvir rádio, que funcionava a pilha por não haver energia elétrica na maioria dos municípios e muito menos nas distantes águas. Às vezes, havia um gerador que funcionava das seis da tarde às dez da noite, mas esse fornecimento de energia não atendia a toda a população, apenas àqueles que podiam pagar pela sua utilização, ou funcionava precariamente por falta de combustível ou por defeitos de difíceis e demorados reparos. Mas de qualquer forma, foi através do rádio que grandes parcelas de populações do interior do norte do Paraná souberam da morte de Getúlio Vargas, acompanharam novelas da época e ouviram os sucessos da música sertaneja. E o ato de ouvir rádio era ainda um momento de confraternização comunitária em que vizinhos se juntavam para apreciar a programação e ali conversavam sobre os mais diversos assuntos, além de saborear um bom café servido pela família dona do aparelho transmissor.

A vida nas vizinhanças das águas, nos pequenos povoados e cidades do norte e oeste do Paraná transcorreu em plena atividade com o plantio de café até o início dos anos de 1970, quando por diversos fatores essa conjuntura começou a mudar. As geadas das décadas de 1950 e 1960, as migrações de populações ocorridas de cidades do norte do Paraná para as novas frentes que se abriam no oeste paranaense contribuíram para a diminuição da população das **Águas** nos diversos municípios do norte e noroeste do Estado.

Entretanto, o impacto que mudou completamente a vida das pessoas, das famílias, das vizinhanças das águas e das cidades da região foram as mudanças ocorridas na agricultura regional.

Essas mudanças começam já na década de 1960, quando se iniciaram as políticas governamentais de erradicação do café, e terminaram com a grande geada ocorrida em 1975 que atingiu em cheio os cafezais da região.

Daí em diante, cada vez mais, percebemos uma redução na área plantada de café e o crescimento de outras culturas, como o milho, o algodão e a soja, por exemplo⁴⁹.

Essa diversificação da agricultura no norte do Paraná foi incentivada por uma nova política governamental adotada a partir dos anos de 1970, a qual objetivava modernizar o setor agrícola para posterior desenvolvimento da produção baseada na agroindústria. Com essa nova política agrícola, o governo planejava fornecer produtos para o abastecimento do mercado externo⁵⁰.

O alcance dessas mudanças atingiu não somente o setor agrícola, mas também modificou a vida social na região. Através de dados extraídos dos censos demográficos de 1970, 1975, 1980 e da *Enciclopédia dos Municípios* de 1959 foi possível observar um quadro de intensa diminuição da população rural e dos pequenos municípios do Paraná para cidades de maior porte como Londrina, Maringá, e para outras cidades mais a oeste que ainda não tinham terminado o processo de ocupação, como no noroeste do Estado, e também para as novas frentes de ocupação que se abriam no Mato Grosso, Rondônia e Acre.

Era o fim das vizinhanças das **águas** e da vida sociocultural ali construída desde o início da colonização moderna que vinha desde os anos de 1930. Os cafezais tinham-se transformado em enormes campos de soja e milho mecanizados. As máquinas substituíram os homens. As estradas melhoraram, as pessoas envelheceram, os filhos foram para as cidades grandes e de médio porte, as prefeituras implementaram o transporte escolar e fecharam as escolas rurais, as vendas fecharam por falta de clientes, os campos de futebol foram incorporados aos canais e as águas acabaram. Era a modernização do campo no Paraná iniciada nos anos de 1970 e aprofundada nas décadas seguintes.

Encerrava-se, assim, um ciclo histórico da ocupação do norte e oeste do Paraná sustentado na agricultura cafeeira iniciada em 1930, finalizado com a modernização da agricultura a partir de 1975, com a substituição do café pelo cultivo de grãos.

49 Sobre esse assunto ver os trabalhos do professor Dalton Áureo MORO, principalmente sua tese de doutorado: *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná*, apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rio Claro – SP, 1992.

50 Ver LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **O Paraná nos anos 70**, Curitiba: Iparides, 1989.





Proposta de Atividades

- 1) Como aparece a ocupação do norte e oeste do Paraná nos livros didáticos que você conhece?
- 2) Se você morou ou conhece alguém que viveu na roça, em alguma água, descreva uma atividade ou conte alguma história que retrate a vida dos moradores dessas localidades.
- 3) A modernização da agricultura ocorreu em sua região? Comente o que aconteceu.



Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Curitiba, 30 jun. 1879, p. 99-91. Doc. Manuscrito.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Curitiba, 30 jun. 1880, Ofício 26 out. 1880.
p. 40-42 Manuscrito.

AZEVEDO, Victor de. **Manuel Preto, o herói de Guairá**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1983.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. **História del nuevo mundo: los mestizages 1550-1640**. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1999. v.2.

BERNARDES, Lysia M. C. Distribuição da população no Estado do Paraná em 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 1940.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 58-68, out./dez. 1952.

BETTANINI, A. **Espaço e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BIGG-WITHER, Thomas. **Novo caminho no Brasil Meridional, a Província do Paraná: três anos de vida e suas florestas e campos, 1872/1875**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

BORBA, Nestor. Excursão ao Salto de Sete Quedas pêlos capitão Nestor Borba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 97, p. 65-87, 1896.

BORBA, Telemaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: [s.n.], 1908.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

BOTELHO, Afonso. Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 76, p. 10, 1956

CANCIAN, Nadir. **Cafeicultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba, Grafipar, 1981.

CAPANEMA, Barão de. Questões a estudar em relação aos princípios da nossa história. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 52, n.1, p. 499-509, 1889.

CARNEIRO, Davi. **Afonso Botelho de São Payo e Souza**. Curitiba: IHGEP Estante Paranista, 26, 1986.

_____. **História do período provincial do Paraná: galeria de presidentes 1853-** Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1960.

_____. **O Paraná na história militar do Brasil**. Curitiba: Tipografia João Haupt, 1942.

CARTA Régia de novembro de 1808. In: MARTINS, Romário. **Documentos comprobatórios dos direitos do Paraná na questão de limites com Santa Catharina**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1945. v. II. p. 86.

CASSIRER, Ernst. **El problema del conocimiento**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

CAVASO, Frei Emílio da. Sobre a atividade dos capuchinhos do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, n. 37, p. 262-263, 1980.



CHICHORRO, Manuel da Cunha A. C. Memória em que se mostra o estado econômico, militar e político da Capitania de São Paulo quando do seu governo tomou posse a 8/12/1814. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 219, 1873.

CLEVE, Daniel. Arquivo Público do Paraná, Curitiba. Ofício. 11 jul. 1879, p. 145-147 (doc. manuscrito).

COELHO JUNIOR, Carlos Alberto T. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba: Guairá, 1946.

COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil- 1853. [S. l.:s.n.], 1853.v.1. Pte. 1.p. 50. Publicação original.

COLLINGWOOD, R. G. **The idea of nature**. Londres: Clarendon, 1945.

COLOMBINA, Francisco Tose. **Descobrimento das terras do Tibagi**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1974.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Cia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

CORTESÃO, Jaime. (Org.) **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951.

FIGUEIREDO, Lima. **Oéste Paranaense**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Museu Paranaense, 1943.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed. , 2000.

GLACKEN, Clarence. **Traces on the Rhodian shore**. Berkeley: [s.n.], 1967.

GONÇALVES, José H. Rollo; DIAS, Reginaldo Benedito. (Org.). **Maringá e norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, Eduem, 2000.

HANNERZ, Ulf. **Conexiones transnacionais: cultura, gente, lugares**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

_____. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.3-39, 1997.

_____. Fronteras. **Revista de Antropologia Experimental**, Jaén Espana, , n.1, p. 6, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KELLER, José e KELLER, Francisco. Relatório da Exploração do Ivahy Tibagi e Paranapanema. In: Paraná. Governador (1866: Fleury). **Anexo A, da falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná na primeira sessão da oitava legislatura a 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Padua Fleury**. Curityba : Typ. Lopes, 1866.

KOZAK, V.; BAXTER, D.; WILIAMSON. L.; CARNEIRO, R. L. Os índios Héta: peixe em lagoa seca. **Boletim do Inst. Hist. Geogr. Etnogr. Paranaense**. Curitiba, v.38, p.:9-120, 1981.

KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava**. Guarapuava, Fundação Santos Lima, 1999

LAMING-EMPERAIRE, Annette et al. **O trabalho da pedra entre os Xetá, Serra dos Dourados, Estado do Paraná**. Coletanea de Estudos em Homenagem a annete Laming-Emperaire. São Paulo: Museu Paulista, 1978, p. 11-82.

LAMING, Anete; Emperaire, José. A jazida José Vieira: um sítio Guarani e pré-cerâmico no interior do Paraná. **Arqueologia**, Curitiba, v. 1,1969. Inclui observações em possíveis sítios arqueológicos na região de Apucarana.

LEÃO, Igor Zanoni C.C. **O Paraná nos anos 70**. Curitiba: Ipardes, 1989.



LEVILLIER, Roberto. **Américo Vespúcio el nuevo mundo**: cartas relativas a SUS viajes y descubrimientos. Buenos Aires: Editora Nova, 1951.

_____. **Américo Vespúcio**. Madri: Cultura Hispânica, 1966.

LIMA, Antônio C. de Souza. **Um grande cerco da paz**: poder tutelar e indianidade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória do descobrimento e colônia de Guarapuava. **R. Inst. Hist. Geogr. Bras.** Rio de Janeiro, v.4, n.13, p.43-64, 1842.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá: A Prefeitura, 1997.

MAACK, Reinhard. A modificação da paisagem natural pela colonização e suas conseqüências no norte do Paraná. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 2/3, p. 29, 40, 41, 44, 1961.

MARTINS, Romário. **Documentos comprobatórios dos direitos do Paraná na questão de limites com Santa Catharina**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1915.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. São Paulo: Anhembi, 1955.

MELLO, Amilcar D'Ávila. **Expedições**: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos. Florianópolis: Expressões, 2005.

MERCER, Edimundo; MERCER, Luiz Leopoldo. **História do Tibagi**. Tibagi: Prefeitura Municipal de Tibagi, 1977.

MÉTRAUX, Alfred. Migrations historiques dès tupi-guarani. **Journal de la Societé des Americanistes de Paris**, Paris, n. 19, p. 1-45, 1927.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte do Paraná. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, p.12, abr. 1945.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Júlio Estrela. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1975, p. 206

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná.** 1992. Tese (Doutorado)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1992.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos Índios Kaingang.** Maringá, Eduem, 1994.

_____. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. **Uri Wáxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang.** Londrina: Eduel, 2000.

MURICY, José Cândido da Silva. **Viagem ao país dos jesuítas.** Curitiba: [s.n.], 1975.

NEVES, W. A.; PILÒ, L. B. **O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos.** São Paulo: Globo, 2008. P. 84.

NEVES, W. et al. O povoamento da América à luz da morfologia craniana. **Revista USP**, São Paulo, n. 34, p. 105, jun./ago. 1997.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1970.

PARANÁ. Governador (1867- 1868: Ferraz de Abreu) **Relatório do Primeiro Vice-Presidente da Província do Paraná Carlos Augusto Ferraz de Abreu apresentado ao Dr. Antonio Augusto da Fonseca ao entregar a administração da Província em 14 de setembro de 1868.** Rio de Janeiro: MEC/SEAC – Biblioteca Nacional, Serviço de Reprografia, [18--?]. 1 bobina de microfilme 35 mm.

PARANÁ. Governador (1880 - 1881: José Pedrosa) **Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. João José Pedrosa apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura em 16 de fevereiro de 1881.** Rio de Janeiro: MEC/SEAC – Biblioteca Nacional, Serviço de Reprografia [18--?].1 bobina de microfilme de 35 mm.



PARANÁ. Governador (1882 - 1883: Augusto de Carvalho) **Relatório do Vice-Presidente da Província do Paraná Antonio Alves de Araujo ao passar a administração da Província ao Dr. Carlos Augusto de Carvalho em 26 de maio de 1883.** Rio de Janeiro: MEC/SEAC - Biblioteca Nacional, Serviço de Reprografia, Rio de Janeiro - Brasil. [18--?]. 1 bobina de microfilme de 35 mm, p. 6.

PARANÁ. Governador (1854-1856: Góes e Vasconcellos) **Relatório do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855.** Rio de Janeiro: MEC – SEAC, Biblioteca Nacional, Serviço de Reprografia, [18--?]. 1 bobina de microfilme; 35 mm.

PARANÁ. Governador (1865-1866: Padua Fleury). **Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. André Augusto da Padua Fleury na Abertura da 2º sessão da 7º legislatura em 21 de março de 1865.** Rio de Janeiro: MEC – SEAC, Biblioteca Nacional, Serviço de Reprografia do Rio de Janeiro- Brasil. 1 bobina de microfilme ; 35 mm.

PARANÁ. **Dicionário histórico-biográfico do Paraná.** Curitiba: Chain, 1991. P. 90-91.

PARELLADA, C. I. Revisão dos sítios arqueológicos com mais seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. **Fundamentos**, São Raimundo Nonato, n. 7, p. 118-135, 2008.

PRANDINI, Neyde. Aspectos da Geografia urbana de Londrina. **Anais da Associação Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p.74, 1951/1952.

PRESTES, Antônio Dias Baptista. Viagem do capitão D. Prestes e seu irmão Manoel D. B. Prestes desta província de São Paulo a Cuiyabá em 21/04/1851. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, n. 28, p. 777, 1851.

REBOUÇAS FILHO, Antônio. In: PARANÁ. Governador (1869 - 1870: Affonso de Carvalho) **Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho apresentado à Assembléia Legislativa na abertura da 1ª sessão da 9º legislatura em 15 de fevereiro de 1870.** Rio de Janeiro: MEC/SEAC – Biblioteca Nacional, Serviço de Reprografia, Rio de Janeiro – Brasil. 1 bobina de microfilme 35mm.

- REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 12 n. 4, p. 565, 1950.
- REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA. Maringá, Ago. 1957.
- REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA. Maringá, maio. 1972, p. 194.
- RIBEIRO, Joaquim. **A nova gazela alemã**. Rio de Janeiro: Record, [19--].
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à comarca de Curitiba (1820)**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1964.
- SANTOS, Milton. **Espaço e dominação**. São Paulo: Agb, 1978.
- _____. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. **Pensando o espaço do homem**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- STADEM, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo : Beca produções culturais, 2000.
- SILVA, José A. F. **Mandaguari: sua história, sua gente**. Maringá: Clichetec, 1982.
- SILVA, C. L. **Em busca da sociedade perdida: o trabalho da memória Xetá**. 2003. Tese (Doutorado)PPGAS/UNB, Brasília, 2003.
- SILVA, Paulo M. S. **História de Paranavaí**. [S. I.: s.n., 19--]. p. 32.
- SIMIONATO, E. C. **Campo Mourão: sua gente e sua história**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TAUNAY, Affonso de E. **A grande vida de Fernão Dias Paes**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1955.
- TIME LIFE LIVROS E ABRIL LIVROS. **A Aurora da Humanidade**. São Paulo, 1993.





Secretaria de
Educação a Distância

Ministério
da Educação

